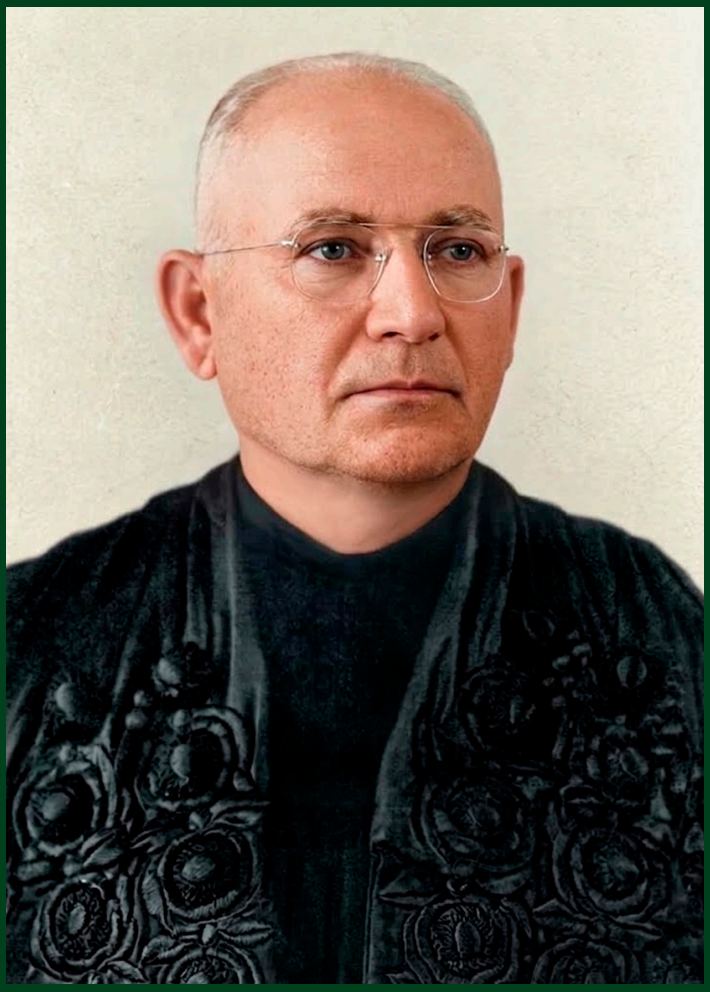
Revista da Academia Lagartense de Letras



Lagarto - Sergipe n. 19 / v. 1 - Out. 2026

Dossiê Enoch Santiago

ISSN 2594-5378

Revista da Academia Lagartense de Letras

Número 19 - v. 1

Dossiê Enoch Santiago

(Edição eletrônica— ISSN 2594-5378)

Instalada no dia 19 de abril de 2013, a Academia Lagartense de Letras reúne intelectuais e agentes culturais de diversas áreas, com importantes ações desenvolvidas na sociedade e inúmeros trabalhos publicados. Ao longo de sua existência, vem se pautando pela defesa da língua nacional e do patrimônio cultural local, representado que é por sua tradicional História, cujas primeiras notícias remontam ao século XVI. Criada para ser instrumento de divulgação da produção lítero-cultural e científica de seus membros, a Revista da Academia Lagartense de Letras também receberá trabalhos da comunidade, incluindo a escolar, com vistas a manter uma estreita relação de interlocução com os sujeitos produtores e gestores de saber, arte e cultura.

Lagarto—Sergipe

2026

© 2026 Revista da Academia Lagartense de Letras

Editor Chefe
Paulo Andrade Prata.

Editores Gerentes:
Claudefranklin Monteiro Santos
Taysa Mércia Santos Souza Damaceno

Conselho Editorial:
Aglaé d'Ávila Fontes
Beatriz Góis Dantas
Deijaniro Jonas Filho
Maria do Carmo Oliveira da Fonseca
Noeme da Silva Dias
Paulo Sérgio Oliveira Nunes
Rodrigo Freire de Amorim
Rosalvo Andrade Nogueira

Conselho de Pesquisa, Revisão e Normas Técnicas
Anselmo Vital de Oliveira
Assuero Cardoso Barbosa
César de Oliveira Santos
Jane Guimarães Vasconcelos Santos
Josefa Suely Rodrigues Prata
José Uesele Oliveira Nascimento
Rusel Marcos Batista Barroso

Conselho Consultivo:
Prof. Dr. Milton Araújo Moura (UFBA).
Prof. Dr. Severino Vicente da Silva (UFPE).
Prof. Dr. José Milton Barbosa (UFS)

Jornalistas Responsáveis
Débora Barreto

Apoio Técnico:
José Carlos Nascimento Júnior
Raildes Fontes

REVISTA DA ACADEMIA LAGARTENSE DE LETRAS

NÚMERO 19
VOLUME 01

Dossiê Enoch Santiago

(Edição Eletrônica)
Lagarto-Sergipe
2026

Imagem da capa:

Enoch Santiago

(acervo Luís Jorge Pinheiro de Araujo)

Academia Lagartense de Letras.
A168r Revista da Academia Lagartense de Letras. / Academia Lagartense de Letras. Enoch Santiago. - Lagarto: [s.n.], v.1.n.19, 2026.

196 p.
Semestral.
ISSN: 2594-5378

1. História-Memória -Cultura 2. Literatura-Arte

3.Publicação periódica – Revista Acadêmica-Lagarto/SE
I - Título

CDU: 050:94:008 (813.7)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária: Jane Guimarães Vasconcelos Santos CRB-5/975

Academia Lagartense de Letras

Cadeira 1 (Sílvio Romero)
Rusel Marcos Batista Barroso

Cadeira 2 (Laudelino Freire)
Assuero Cardoso Barbosa

Cadeira 3 (Aníbal Freire)
Joaquim Prata Souza (Fundador)
Rodrigo Freire de Amorim

Cadeira 4 (Ranulfo Hora Prata)
Anselmo Vital de Oliveira

Cadeira 5 (Enock Santiago)
Deijaniro Jonas Filho

Cadeira 6 (Abelardo Romero Dantas)
Claudefranklin Monteiro Santos

Cadeira 7 (Luiz Antônio Barreto)
Emerson da Silva Carvalho (Fundador)
Vaga

Cadeira 8 (Joel Silveira)
Euler Tavares Ferreira (Fundador)
Vaga

Cadeira 9 (Vicente Francisco de Jesus, Con.)
Mario Rino Sivieri, Dom. (Fundador)
Vaga

Cadeira 10 (João B. de Carvalho Daltro, Mons.)
José Carvalho de Souza, Mons. (Fundador)
Vaga

Cadeira 11 (José Martins Fontes)
Taysa Mércia Santos Souza Damaceno

Cadeira 12 (José Vicente de Carvalho)
Maria Angélica Amorim Correia

Cadeira 13 (**José Nogueira Fontes)**
Rosalvo Andrade Nogueira

Cadeira 14 (**Adalberto Fonseca)**
Beatriz Góis Dantas

Cadeira 15 (**José Cláudio Monteiro Santos**)
Paulo Andrade Prata

Cadeira 16 (**José Antônio da Costa**)
Aglaé d'Ávila Fontes

Cadeira 17 (**Onofre Silva Santos**)
Euclides Oliveira Santos (Fundador)
Vaga

Cadeira 18 (**Armando Hora de Mesquita**)
Noeme da Silva Dias

Cadeira 19 (**Teodureto Arcanjo do Nascimento**)
Antônio José Monteiro Rocha (Fundador)
Vaga

Cadeira 20 (**Joaquim Prata Souza**)
Paulo Sérgio Oliveira Nunes

Cadeira 21 (**João Almeida Rocha**)
Maria do Carmo Oliveira da Fonseca

Cadeira 22 (**Themístocles Emílio de Carvalho**)
Alessandro Santos Monteiro

Cadeira 23 (**Joviniano Ramos Romero**)
José Uesele Oliveira Nascimento

Cadeira 24 (**Nilo Romero)**
Josefa Suely Rodrigues Prata

Cadeira 25 (**José Machado dos Santos)**
César de Oliveira Santos

APRESENTAÇÃO

O número 19 da Revista da Academia Lagartense de Letras dedica especial atenção à memória do lagartense Enock Matusalém Santiago (1892-1957), desembargador de envergadura nacional, que está entre os grande nomes da intelectualidade sergipana. No dossiê em sua homenagem, contamos com as valiosas colaborações dos escritores e pesquisadores Luís Jorge Pinheiro de Araújo (conhecido como seu Jorge de Dovão) e Gilfrancisco. Afora, o trabalho de Felipe Jovino dos Santos.

Na seção de ensaio, mais um texto do confrade da Academia Sergipana de Letras, Antônio Porfírio sobre David Ricardo. Entre os artigos científicos, importantes pesquisas de autoria de Érick Leonardo dos Santos de Jesus, Daniele Luciano Santos, Edcley Vasconcelos Leite Serra, Manoel Ribeiro Andrade, Willames de Santana Santos e Yanka Santos Silva, às voltas com temas como memória, oralidade, sujeitos, vaquejada, entre outros.

A psicóloga Renata Dantas do Amaral, Tiago Carvalho Santos e Ailton Santos nos brindam com crônicas e contos. Contribuições seguidas por inúmeros poemas de autoria de Ailton Santos, Alessandro Américo Menezes dos Santos (o ator Sandro Américo), André Barbosa de Santana, Ascendino Santos Souza e Mariana Assunção Ralim Santos.

Encerra o presente número de nossa revista, a resenha de Jonatas Silva Santos (aluno do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe), sobre o livro O fantasma da revolução brasileira, de autoria de Marcelo Ridenti.

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos
Editor Gerente

SUMÁRIO

DOSSIÊ – ENOCH SANTIAGO _____ 13

ENOCH MATUSALÉM SANTIAGO "Um Arquiteto da Justiça e do Intelecto" A Trajetória de um Polímata - Biografia Erudita.....15
Luís Jorge Pinheiro de Araujo

ENOCH MATUSALÉM SANTIAGO - Descrição do Busto 17
Luís Jorge Pinheiro de Araujo

ENOCH MATUSALÉM SANTIAGO - Poemas 19
Luís Jorge Pinheiro de Araujo

O Desembargador Enoch Matusalém Santiago 23
Gilfrancisco

Da feira de Lagarto ao palácio de justiça: a educação como vetor de ascensão social na trajetória de Enoch Matusalém Santiago 37
Felipe Jovino dos Santos

ENSAIOS_____ 59

DAVID RICARDO - VALOR DE USO E VALOR DE TROCA 61
Antônio Porfírio de Matos Neto

ARTIGOS_____65

Da memória oral ao patrimônio cultural: a escuta dos mais velhos na documentação e preservação da Festa de São Pedro do Pontal (IPHAN, 2024) 67
Érick Leonardo dos Santos de Jesus

RESSIGNIFICAÇÕES DAS VAQUEJADAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS PARQUES DE VAQUEJADA DO MUNICIPIO DE LAGARTO - SE 75
Daniele Luciano Santos

Pastoril de Ilha das Flores (SE): cultura popular, memória e educação estética na comunidade 93
Edcley Vasconcelos Leite Serra

O HOMEM DA NATUREZA E A ECONOMIA DO SERTÃO 105
Manoel Ribeiro Andrade

"GUTE, GUTE, GUTE" – A TRAVESSIA DO SERTÃO PELA VOZ DE JOSÉ CATARINO: UMA ESCUTA SENSÍVEL DE HISTÓRIA ORAL ENTRE BAHIA E SERGIPE 119
Willames de Santana Santos

Gentil Daltro Dantas: uma trajetória entre documentos, família e memória sergipana 131
Yanka Santos Silva

CRÔNICAS_____**157**

Um dia de Reis? 159
Tiago Carvalho Santos

CONTOS _____ 161

PÉROLAS DOURADAS 163
Ailton Santos

Voinho 169
Renata Dantas do Amaral

POEMAS_____**171**

Esculpir palavras 173
Ailton Santos

Enumerar passados 174
Ailton Santos

CORAGEM DE SER ARRAIÁ 175
Alessandro Américo Menezes dos Santos

MENINA MOÇA 177
André Barbosa de Santana

ESTAÇÃO POLAR 179
Ascendino Santos Souza

CÍRCULO PERFEITO 180
Ascendino Santos Souza

A ESPADA E A LEI 182
Ascendino Santos Souza

DEVOÇÃO 183
Ascendino Santos Souza

QUANDO O DIA AMANHECER 184
Ascendino Santos Souza

RESENHA_____185

RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2010 187
J*onatas Silva Santos*

A CASA DA FAZENDA PIUAÍ ONDE O TEMPO FEZ MORADA (O POEMA)........181

Luís Jorge Pinheiro de Araujo

O SENTIDO DA VIDA 183

Mariana Assunção Ralim Santos

RESENHAS_____185

A IMAGEM ENCARNADA: CORPO, PRESENÇA E ÉTICA NA OBRA MISÉRIA E CARIDADE DE HORÁCIO HORA 187

Paulo Henrique Dias de Souza

RIXOSAS E TURBULENTAS de Mariana Emanuelle Barreto de Gois 191

Rusel Marcos Barroso

DOSSIÊ

Enoch Santiago

ENOCH MATUSALÉM SANTIAGO

"Um Arquiteto da Justiça e do Intelecto”
A Trajetória de um Polímata
Biografia Erudita

Luís Jorge Pinheiro de Araujo

Enoch Matusalém Santiago (1892 – 1957) não foi apenas um homem de seu tempo; foi um homem que moldou o tempo através do exercício exegético do Direito, da pedagogia e da palavra escrita. Nascido na histórica cidade de Lagarto, Sergipe, em 10 de novembro de 1892, a trajetória de Enoch Santiago é a síntese da superação e da busca incessante pela paideia — a formação integral do ser humano.

Do Tebáida à Magistratura: Sua jornada intelectual teve início no rigor da Escola Agrícola Salesiana, no povoado Tebáida, em São Cristóvão. Ali, como interno, forjou seu caráter sob a égide da disciplina e do conhecimento clássico. Essa base sólida permitiu-lhe ascender profissionalmente. Sua vocação para a justiça encontrou terreno fértil na magistratura, onde exerceu o cargo de Juiz de Direito com uma integridade inquebrantável. No Tribunal de Justiça de Sergipe, alcançou o ápice de sua carreira pública ao ser empossado Desembargador. Seus acórdãos e sentenças não eram meras aplicações da lei; eram dissertações sobre a equidade, onde o rigor jurídico encontrava a temperança humanista.

O Intelectual e o Professor: Enoch Santiago foi um humanista par excellence. Intelectual refinado e pesquisador meticuloso, dedicou-se ao estudo aprofundado não apenas do Direito, mas das Letras e da História. Sua cadeira na Academia Sergipana de Letras não era apenas um assento, mas um púlpito de onde emanava erudição. Como professor, sua didática era uma extensão de sua personalidade: clara, inspiradora e rigorosa, formando gerações de mentes críticas.

A Pena e o Espelho de Si: Sua atuação como jornalista foi o canal de diálogo com a sociedade. Através de seus artigos, lançava luz sobre questões sociais e jurídicas, utilizando a palavra como instrumento de clarificação e reflexão. Enoch Santiago deixou para a posteridade uma obra inédita e inacabada, intitulada Memórias de um juiz aposentado. Neste trabalho, a "escrita de si" revela o homem por trás da toga, as angústias da decisão e a busca pela compreensão da condição humana.

Consideração e Respeito: Enoch Matusalém Santiago faleceu em 16 de fevereiro de 1957. Sua vida foi um testemunho de que a erudição não se opõe à humildade, e que a justiça é uma construção contínua de saber e afeto. Sua imagem em bronze é um espelho onde devemos buscar os reflexos da dignidade e da sabedoria.

ENOCH MATULÉM SANTIAGO
Descrição do Busto

Luís Jorge Pinheiro de Araujo

É uma honra e um privilégio, glorificar a memória de tão ilustre figura. O busto que contemplamos na imagem não é apenas uma efígie de bronze; é o repositório visual da alma de Enoch Matusalém Santiago (1892 – 1957). Seus óculos circulares parecem filtros de sabedoria; sua vestimenta, ornada com o relevo de flores, simboliza a floração intelectual que ele cultivou.



Enoch Matusalém Santiago
"O Farol da Toga"
Poema

Luís Jorge Pinheiro de Araujo

Ó Enoch, que em bronze nos contemplas,
Teus olhos circulares veem além,
Do tempo e da lei, onde se contemplam,
A força da justiça e o que ela detém.

Não foste apenas juiz, mas artesão,
Da sentença que acalma e que liberta,
Ouvindo, no silêncio do coração,
A voz da equidade, sempre alerta.

Teu busto é farol de dignidade,
Que a nova geração deve seguir,
Pois em ti reside a verdade,
De que o saber é a forma de existir.

Enoch Matusalém Santiago
Biografia Poética de Reconhecimento

Luís Jorge Pinheiro de Araujo

Nas páginas do tempo em solo sergipano,
Ergue-se a figura do justo e do sábio,
Um olhar profundo, sereno e humano,
Que honrou a justiça em gesto e vocábulo.

Desembargador de alma altiva e calma,
Que na lei encontrou a luz do dever,
Com sabedoria gravou na sua alma
O nobre compromisso de compreender.

Em fevereiro nascia o sonho supremo,
Na faculdade que ajudou a fundar,
Um farol de sabedoria em tom solene
A guiar o futuro e o saber cultivar.

Enoch Matusalém, nome imortal,
Sua força ressoa na história e na memória,
Mestre, magistrado, exemplo sem igual,
Cujo legado ilumina Sergipe com glória.

À Erudição de Matusalém
Soneto

Luís Jorge Pinheiro de Araujo

Enoch Santiago, polímata sereno,
Que uniste a toga à pena e ao labor,
Teu espírito, imenso, nunca pequeno,
Cultivou o saber com imenso amor.

Da Academia a cátedra foi o teu solo,
Onde plantas a flor do intelecto,
E no Tebáida encontraste o consolo,
Do conhecimento, teu lar predileto.

"Memórias" deixaste, espelho d'alma,
De um juiz que aprendeu com a vida,
A manter na tormenta a paz e a calma,
Eis-te em bronze, memória florada,
Um soneto de bronze, luz e palma,
Pela justiça e paz por ti buscada.

Enoch Matusalém Santiago
Estrofes de Reconhecimento

Luís Jorge Pinheiro de Araujo

Enoch Matusalém Santiago,
Nome que evoca respeito e temor,
Pois em ti, magistrado, juiz e mago,
A palavra de ordem sempre foi o amor.

À erudição, à justiça e ao saber,
Onde a tua trajetória foi o farol,
Pois em ti, juiz, o maior dever,
Sempre foi o de buscar o mesmo sol.

Com palavras salutares e respeito,
Te glorificamos, ó mestre da lei,
Pelo caráter firme e pelo efeito,
De tua luz sobre toda a grei.

O Desembargador Enoch Matusalém Santiago

GILFRANCISCO [1]

=========

Na sua recente estadia na cidade de Itabuna, no Estado da Bahia, o dr. Enoch Santiago, atual Chefe de polícia do Estado, foi alvo de uma homenagem prestada pelos advogados e magistrados locais, constituída de um banquete de 74 talheres, à qual se associaram todas as classes da laboriosa cidade, como foi amplamente noticiado pela imprensa desta Capital e da Bahia.

Damos a seguir o discurso pronunciado pelo dr. José Desouza Dantas, integro juiz de direito da vara crime da Comarca de Itabuna, orador oficial do banquete. [2]

José Desouza Dantas

==========

As recentes informações do pesquisador Isnard de Aguiar Cruz (sobrinho-bisneto) de Enoch Santiago, corrige alguns equívocos sobre a origem dos seus pais, as quais utilizamos nesse artigo.

==========

Em fevereiro do ano de 2007 o jornalista, Juiz e Desembargador sergipano Enoch Matusalém Santiago (1892-1957), completou 50 anos de morto. As homenagens pela passagem do seu quinquagésimo aniversário, foram oportunas para que o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe se retratasse publicamente pelas sucessivas perseguições a este magistrado, inclusive, à ausência de um representante do Poder Judiciário, quando do seu falecimento, deixando de prestar ao ilustre Desembargador, as últimas homenagens a que ele fazia jus. Graças à gestão do Presidente, biênio 2007/2009, Desembargador José Ártêmio Barreto, dando prosseguimento a coleção "Documentos Históricos – série Presidentes", coordenada e

[1] É jornalista, escritor, Doutor Honoris Causa concedido pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Membro do Grupo Plena/CNPq/UFS; do GPCIR/CNPq/UFS e do Clic – Crítica Literária e Identidade Cultural – UNEB/SEABRA. gilfrancisco.santos@gmail.com

[2] A mais linda esmeralda... (discursos pronunciados no banquete oferecido ao dr. Enoch Santiago, em 11de junho de 1942, na cidade de Itabuna). Aracaju, Imprensa Oficial, 1942.

organizada pela Diretora do Memorial do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, Ana Maria Fonseca Medina, foi possível a publicação do fascículo sobre o desembargador Enoch Matusalém Santiago, uma edição simples e modesta de 110 páginas, reunindo perfis biográficos, iconografias, anexos (discursos, depoimentos, fotos e documentos) e uma cronologia do homenageado. Durante os 50 anos, excelentes e meritórios esforços no sentido do bem público e da administração, em que teve oportunidade de se distinguir e projetar-se cada vez mais para o futuro, como exemplo acima de tudo, de sensatez, cultura e dignidade. Na magistratura, que constitui o encargo mais espinhoso que exerceu, Enoch Santiago se revelou um juiz integérrimo, um julgador consciente, honrado e glorioso de ver mantido sempre as suas arestas em casos importantes de aplicação do Direito, neste Estado.

Infância - Nascido na cidade de Lagarto no dia 10 de novembro de 1892, Enoch Mathusalém Santiago, filho de Ivo do Santiago Matusalém, fruto de um relacionamento extraconjugal, cidadão importante na cidade de Riachuelo, membro do Partido Republicano, era casado com Maria Pastora Alves de Melo e pai de sete filhos. A mãe de Enoch, Maria Benvinda de Jesus (tratadeira e vendedora de "fato", vísceras) era de origem humilde. Enoch conquistou elevada posição social e golpes de talento e uma força de vontade nunca desmentida. Iniciou seus estudos na Escola Agrícola Salesiana de Tebaida, no município de São Cristóvão, continuou em Aracaju em diversas escolas particulares, sendo seu professor de maior apreço, João Hemetério de Gouveia Silva.

Em novembro de 1906, aos quatorzes anos, residindo em Aracaju, ingressou no funcionalismo público no cargo de contínuo da Inspetoria de Higiene, gradativamente foi subindo nos cargos públicos. Em 5 de março de 1907, é transferido para igual cargo da Recebedoria do Estado, onde foi promovido a Guarda, na função de conferente (escriturário), a 28 de dezembro de 1911. No mesmo cargo foi nomeado para Maruim, fundando ali um jornal com o título de Ganhamoroba, sendo o primeiro número publicado em 14 de setembro de 1913. Assumiu a direção do semanário O Paladino, no dia 13 de maio do ano seguinte, foi secretário e o orador em duas gestões (1916-1917) e (1917-1918), do Gabinete de Leitura da mesma cidade.

Jornalismo - Sempre com vocação para o jornalismo, passou a escrever no Diário da Manhã, que tinha como proprietário e redator, coronel Apulcro Motta (1857-1924) na sessão "Fitas", utilizando o pseudônimo de Max. Foram dezenas de pequenas crônicas humorísticas, publicadas a partir de 20 de janeiro de 1912 estendendo-se até 16 de julho de 1914. Convidado pelo redator do Jornal do Povo que acabara de ser fundado em 1914, Enoch Santiago passa a colaborar com suas matérias, mas teve duas colunas intituladas "Rimas Alegres", publicadas entre 7 de setembro a 23 de dezembro

de 1914, assinadas com o pseudônimo de Kaiser, onde publicou 78 crônicas em versos e "Às Quintas" (1916-1919), assinando com o pseudônimo de Gil do Sul, ultrapassando mais de cem crônicas, que falam do cotidiano contra a carestia.

O lastro cultural que desde jovem adquiriu, serviu de base para os conhecimentos jurídicos que fora adquirindo com o tempo. Residindo em Aracaju, redigiu o semanário de Maruim O Comércio (órgão independente), que saiu o primeiro número em 1º junho de 1916. Em fevereiro de 1917 Enoch realizou no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe a conferência, A individualidade do Comendador Antônio José da Silva Travassos, segundo Ata do IHGSE, 17 de fevereiro, 1917:

Por fim, assomou à Tribuna o inteligente conferencista Enoch Santiago, que por espaço de 40 minutos, brilhantemente dissertou sob a vida do grande político e historiador sergipano comendador Travassos, rematando com muita dedicação o seu bem elaborado trabalho. Disse s. s. que Travassos falecera num Domingo e Ramos, e que enquanto Jesus Cristo entrava triunfantemente na cidade de Jerusalém, o comendador Travassos entrava glorioso nos domínios da história

Jornal do Povo - A imprensa local também noticiou o brilhante acontecimento (Jornal do Povo, 12 de fevereiro). onde o conferencista abordou sob diversos aspectos do eminente sergipano:

Enoch Santiago é uma esperança no meio lítero-histórico de Sergipe, pois a sua conferência de ontem foi o exemplo do que afirmamos.

Antes da conferência S. Ex. o Sr. General Oliveira Valadão, inaugurou o retrato do grande vulto que foi o comendador Travassos.

Depois, S. Ex. antes de levantar a sessão disse referindo ao trabalho do conferencista: – de conferências como esta é que o Instituto precisa para enriquecer o seu patrimônio.

Neste mesmo ano escreve para o Jornal do Povo dois artigos criticando a farsa do Alistamento Militar em Sergipe. Publica ainda um artigo sobre Inácio Barbosa no mesmo jornal, quando comemorava a passagem dos 62º anos da mudança da capital da cidade de São Cristóvão para Aracaju, o nome de Inácio Barbosa foi prestado num obelisco em cujo pedestal foram enterrados os ossos do grande imortal. É preciso lembrar que foi Enoch Santiago que trouxe para a evidência o nome de Inácio Barbosa que há muito andava esquecido. Enoch publicou vários artigos e conferências sobre vários aspectos da mudança da capital, desde 1912 que ele vinha lutando em pró de Inácio Barbosa.

Casamento - O Desembargador Enoch Matusalém Santiago, foi casado com a professora da Escola Normal Adilia Rocha Santiago, filha de Guilherme Rocha e Dona Aurelina Campos, passaram a residir na Rua Itabaiana com quem teve três filhos; Cândida Maria (1918-2001) Maria Conceição e Enoch Santiago Filho (1919-1945), morto aos vinte e cinco anos e casado com a sergipana Magnólia Menezes Santiago (1929). O casamento ocorreu em 10 de abril de 1917 na igreja de Santo Antônio, em Aracaju e a recepção ocorreu na residência da viúva d. Virginia Albuquerque. A festa que teve caráter íntimo, foi somente assistida por paraninfos e pessoas da família. Do ato civil foram testemunhas o almirante Amynthas José Jorge (1860-1945) e o sr. Abelardo Santos; do religioso os srs. Luís Correa e Joaquim Lins, as senhoritas Alice Albuquerque e Julieta Lins.

Curso de Direito - Por decreto de 16 de setembro de 1918, foi nomeado 3º escriturário da recebedoria Estadual. Em 1920 publica uma série de seis artigos que se referem à última Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador do Estado de Sergipe (24.10.1918 a 24.10.1922), Coronel José Joaquim Pereira Lobo (1864-1933).

Embora lutando com sérias dificuldades de ordem financeira, ingressou na Faculdade Livre de Direito da Bahia aonde veio a se diplomar no ano de 1925. Em maio de 1931 foi nomeado pelo Interventor Federal em Sergipe, para participar como membro da Comissão encarregada de proceder à revisão geral nos contratos feitos pelo Estado e pelos municípios com empresas ou particulares. Enoch exerceu a promotoria pública da capital sergipana até 1932 quando assumi a função de Procurador Fiscal dos Feitos da Fazenda, cargo em que deixou merecido renome. Três anos depois mediante concurso, foi nomeado Juiz de Direito de Santo Antônio de Vila Nova (Neópolis), sendo pouco depois transferido para a comarca de Maruim.

Resistência - Dotado de um caráter firme, alheio às injustiças políticas, entrou em conflito com as violências e arbitrariedades do governo na época. Sua independência havia lhe custado o cargo que exercia. Como consequência da mudança da situação política do Estado foi aposentado pelo cruciante art. 177 da turva Constituição de 1937. Enoch negou-se a partilhar das violências e injustiças que o Poder de então pretendera impor à sua judicatura, obrigando-o a deixar o Estado.

Como Juiz o Dr. Enoch Santiago destacou-se pela sobriedade de suas atitudes independentes no pronunciamento dos seus julgamentos, o que o levava constantemente a discrepar dos seus pares, em notáveis votos vencidos, podendo atribuir-se-lhe no Tribunal sergipano. Da sua atuação justa e segura na justiça eleitoral, em um meio pequeno, turbado por violentas paixões políticas, somente com o curso do tempo será possível fazer-se-lhe a necessária justiça, reconhecendo-se as qualidades de Juiz sereno e imparcial.

Por sua atitude de magistrado impoluto, pela sua inteireza moral, que defendeu a Justiça Eleitoral, o Tribunal Eleitoral de Sergipe, acusado em entrevista pública de subordinado, por um candidato a governador, que no último pleito conseguiu vencer e diplomar-se...

Sul baiano - Enoch mudou-se para Ilhéus e Itabuna, montando escritório de advocacia, na Travessa Paulino Vieira, nº 4. Ambas as cidades do sul baiano, onde exerceu a advocacia, ocupando ali o cargo de secretário da subseção da Ordem dos Advogados de Itabuna e militou na imprensa local. Em 1942, a Imprensa Oficial do Estado de Sergipe publicou: **Discursos pronunciados no Banquete oferecido ao Dr. Enoch Santiago, em 11 de junho de 1942, na cidade de Itabuna.**

Vencida aquela fase amargurada de sua vida, até quando lhe foi possível voltar a Sergipe, na Interventoria Maynard Gomes (1886-1957) seu amigo, que soube reparar-lhe as injustiças, exercendo o cargo de Chefe de Polícia do Estado de Sergipe.

Em 1943 foi nomeado Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Aracaju, época em colabora na imprensa local, assinando uma seção no Correio de Aracaju, intitulada Correio Judiciário. Dois anos mais tarde em 1945 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça, cargo que desempenhou até a sua morte. Enoch exerceu ainda as funções de Corregedor Geral da Justiça, membro do Tribunal de Justiça Eleitoral, e seu Presidente.

Morte do poeta - Em fevereiro de 1945 o Desembargador Enoch Santiago é abalado pela morte do filho, Enoch Santiago Filho (1919-1945), no último ano do curso de Direito, cujo prematuro desaparecimento jamais se refizera de todo, pela profunda amizade que o ligava ao filho. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Sergipe, onde era titular da cadeira de Direito Judiciário Civil, tendo sido por duas vezes eleito Vice-Diretor. Como professor o traço marcante de sua personalidade era a afabilidade para com os alunos, achando-se sempre em rodas de alunos. Enoch Santiago era membro da Academia Sergipana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em cuja Presidência faleceu.

Magistrado, professor, ensaísta, dedicado às letras, foi notável poeta lírico, cujas produções figuram em várias antologias. O jornalista Enoch Santiago escreveu também uma peça de teatro, em três atos, intitulada A Calúnia e outros estudos que devido a sua importância se destacaram na época: Percorrendo Sergipe (série de cinco textos); Carta de exposição Casa de Saúde do Dr. Eiras; Mudança da Capital, Gumersindo Bessa; Silvio Romero; Otávio Leite, o magistrado; Centenário de Monsenhor Olímpio Campos, dentre outros.

Falecimento - Vítima de mal súbito (hemorragia cerebral devido a arteria esclerose) que lhe tirou a vida em poucas horas, o falecimento em sua residência, nesta capital, do Professor e Desembargador Enoch Matusalém Santiago em 16 de fevereiro de 1957, causou geral consternação na sociedade sergipana onde gozava do mais elevado conceito.

Logo que soube de seu falecimento, a direção da Faculdade de Direito de Sergipe suspendeu o expediente, providenciando diversas homenagens à sua memória. O seu corpo foi trazido para o edifício da Faculdade de Direito em cujo hall ficou exposto à visitação pública. Ao sair o féretro da Faculdade falou em nome do corpo docente o Professor Manuel Cabral Machado, e em nome dos estudantes o acadêmico Elieser Oliveira.

Por deliberação dos estudantes foi à urna funerária levada a pé até o cemitério Santa Isabel onde à beira do túmulo falaram: o Dr. Osman Hora Fontes (1916-1992) pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Luiz Carlos Rollemberg Dantas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o Dr. Durval Lima Santos pela Associação dos Ex-alunos da Faculdade de Direito de Sergipe e o poeta Freire Ribeiro pela Academia Sergipana de Letras.

Cortejo - Presente ao cortejo, estiveram os Desembargadores acompanhados de esposas e filhos, residentes na cidade do Salvador, Orlando Imbassahy da Silva e Carlos Linhares de Albuquerque, genros do falecido. [3] Ambos tiveram a oportunidade de manifestar-se mui agradecidos às homenagens que a Faculdade de Direito, a Ordem dos Advogados, o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Sergipana de Letras prestou ao seu sogro, Desembargador Enoch Santiago, falaram do brilho, inteligência e a cultura de Enoch, além do papel destacado por ele no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, pelo seu espírito de justiça e amor a liberdade e ao direito.

Tribunal de Justiça - Todavia, ambos não esconderam a grande mágoa e repulsa diante da atitude do Tribunal de Justiça, presidido à época pelo Desembargador Otávio Teles de Almeida (1894-1965), fugindo de prestar ao ilustre morto às homenagens a que ele faria jus. Era inadmissível a ausência de um representante do Poder Judiciário no momento derradeiro de um dos seus membros mais dignos. Durante a entrevista concedida à Gazeta Socialista concluiu:

o tribunal de Justiça de Sergipe pela sua maioria, desonra a memória dos seus ilustres membros falecidos, obscurece a inteligência e a tradição de nobreza dos sergipanos, com tal atitude. Não conheço semelhante fato já ocorrido em outro Estado. É de pasmar de tanta falta de ética.

[3] Orlando Imbassahy da Silva era casado com Maria Conceição Imbassahy da Silva (filha de Enoch Santiago), pais de Antônio José Imbassahy da Silva (ex deputado estadual pela Bahia, 1993-1995 e Prefeito de Salvador em 1996 e reeleito em 2000)

==========

Des. Enock Santiago

Faleceu, em dias da semana passada, deixando um grande vácuo, nas letras jurídicas e na magistratura sergipana, o Des. Dr. Enock Santiago, uma das reservas morais do nosso Estado.

Caráter reto, homem de fibra, desde os seus tempos de Chefe de Polícia, em nossa Capital, que se manifestou um homem à altura das responsabilidades que lhes eram confiadas.

Advogado, fez desse mister uma profissão de sacrifícios, e, não, um meio equívoco de ganhos fáceis. Tal como Carvalho Neto, amou e respeitou o exercício da advocacia, que, embora por pouco tempo, se atendo a ela, nem por isso deixou de tê-la em grande consideração.

Equânime e bondoso, justiceiro e simples, foi, como juiz de Direito, um exemplo, uma afirmação de fé, na Ciência Jurídica, e pô-la em prática, confiante, numa demonstração do a propósito, que o orientava nessa comunicação. Certo de uma certeza lutava pelos princípios do Direito, com denodo, sem estardalho, com energia, sem desespero.

Feito desembargador o Dr.Enock Santiago, pôde, com mais largueza de coração e de espírito entregar-se inteiramente, ao Direito, a quem sempre amou e a justiça, por quem sempre pugnou, em lides, no Fórum, em aulas na Faculdade de Direito, em Acórdãos, no Tribunal de Justiça.

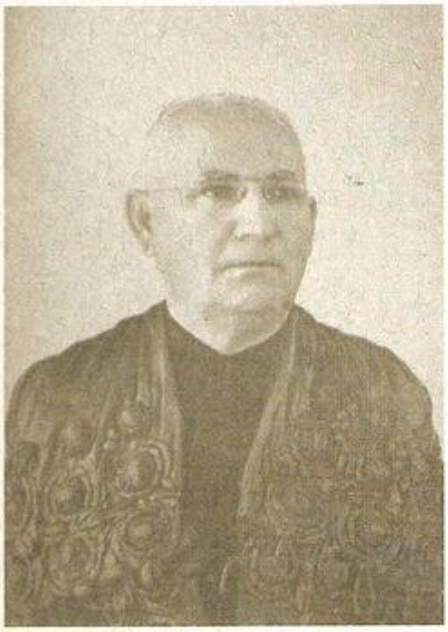
Simples e erudito, inteligente e bom, conciso e breve foi, como intelectual, uma afirmação de espírito, foi como homem uma lealdade à prova, uma dignidade à vista, um caráter à mostra.

Por tudo isso, os que fazem o "Diário de Sergipe" se aliam a dor de sua enlutada família. [4]

[4] Diário de Sergipe. Aracaju, 19 de fevereiro de 1957.

Palavras Verdadeiras: Enoch Santiago

AULA INAUGURAL



PROFESSOR GILFRANCISCO



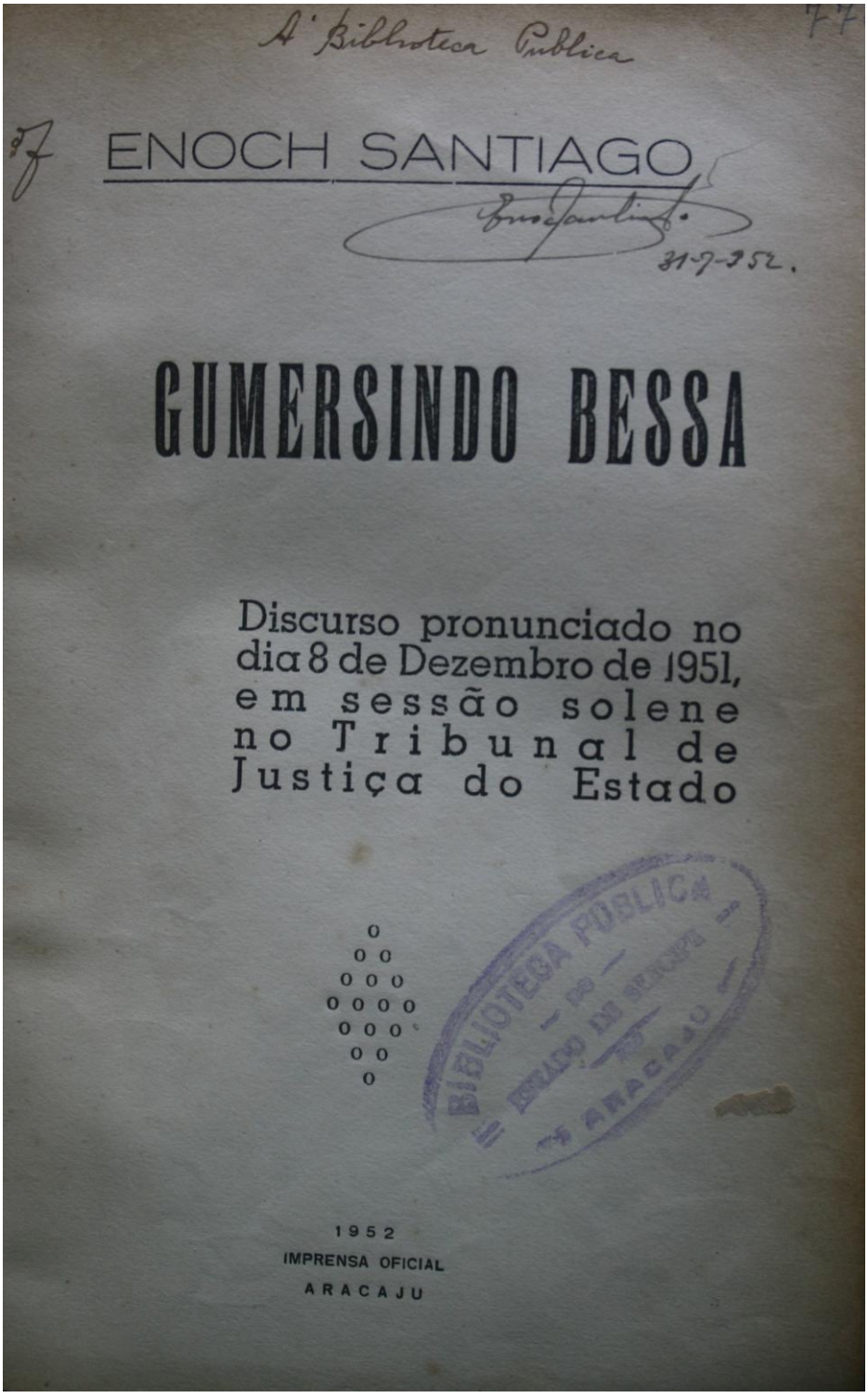
DRS. JOSÉ DESOUZA DANTAS
E
ENOCH SANTIAGO

A MAIS LINDA ESMERALDA...

DISCURSOS PRONUNCIADOS
NO BANQUETE OFERECIDO
AO DR. ENOCH SANTIAGO,
EM 11 DE JUNHO DE 1942,
NA CIDADE DE ITABUNA

ARACAJU
IMPRENSA OFICIAL
— 1942 —

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE


Á Biblioteca Publica
77
ENOCH SANTIAGO
31-7-952.
GUMERSINDO BESSA
Discurso pronunciado no dia 8 de Dezembro de 1951, em sessão solene no Tribunal de Justiça do Estado
BIBLIOTECA PUBLICA
DO
ESTADO DE SERGIPE
ARACAJU
1952
IMPRENSA OFICIAL
ARACAJU



Enock Santiago

DISCURSO

Pronunciado por occasião da sessão magna commemorativa do trigesimo sexto anniversario da fundação do

Gabinete de Leitura

DA

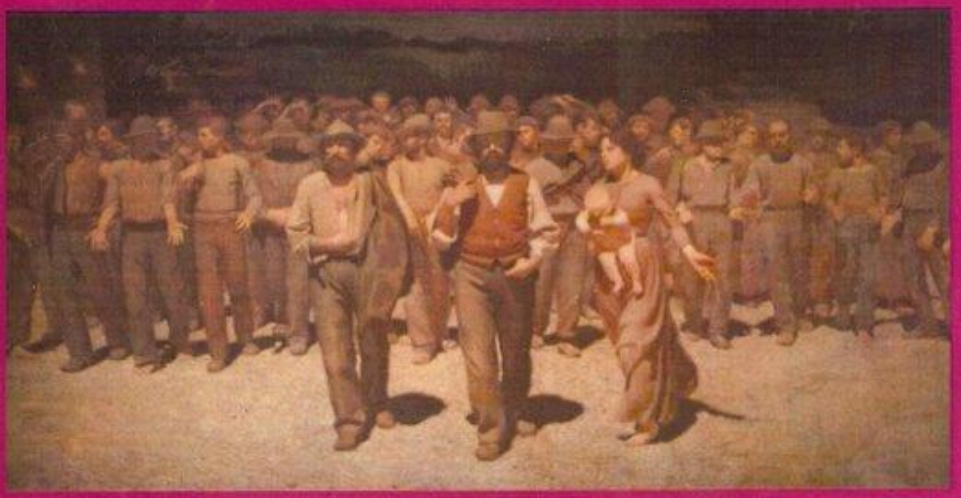
Cidade de Maroim

Na noite de 17 de Agosto de 1913.

IMPRENSA ECONOMICA
DE
VIUVA SOLEDADE & FILHO
MAROIM

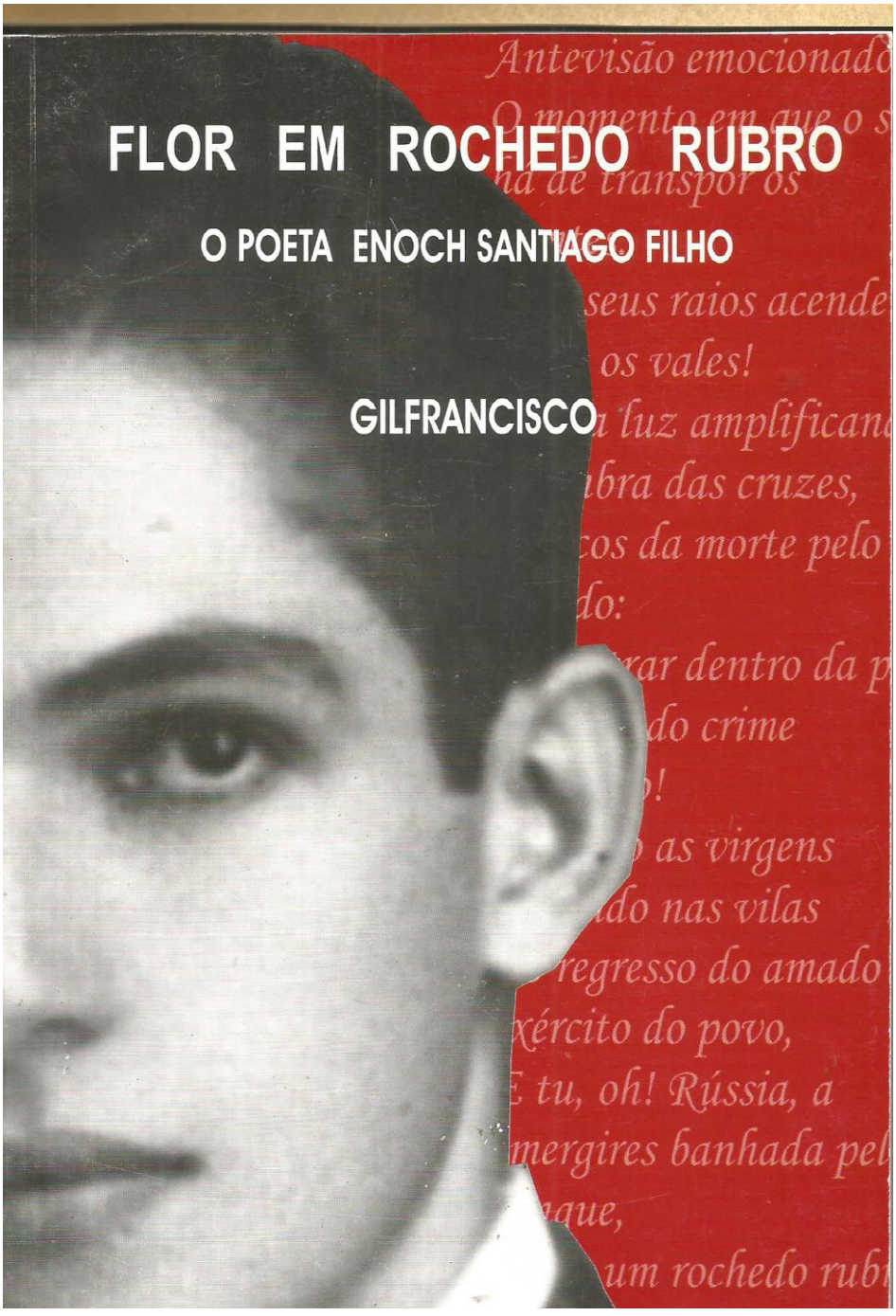
ENOCH SANTIAGO FILHO

POEMAS



Pesquisa, introdução, notas e
bibliografia de GILFRANCISCO

2ª Edição


FLOR EM ROCHEDO RUBRO
O POETA ENOCH SANTIAGO FILHO
GILFRANCISCO
Antevisão emocionado
seus raios acende
os vales!
luz amplificand
bra das cruzes,
os da morte pelo
do:
rar dentro da p
do crime
as virgens
do nas vilas
regresso do amado
xército do povo,
tu, oh! Rússia, a
mergires banhada pel
aque,
um rochedo rubi

Da feira de Lagarto ao palácio de justiça: a educação como vetor de ascensão social na trajetória de Enoch Matusalém Santiago

Felipe Jovino dos Santos[1]

Resumo

Este artigo reconstitui a trajetória de Enoch Matusalém Santiago (1892–1957) a partir da sociologia da educação de Pierre Bourdieu, perguntando como a acumulação de capital cultural e a mobilização de capital social levaram o filho de uma vendedora da feira de Lagarto ao cargo de desembargador e presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe. Com base em fontes do arquivo judiciário e em registros biográficos locais, examina-se o papel da Escola Agrícola Salesiana, do Atheneu Sergipense e da Faculdade de Direito da Bahia na conversão de disposições de classe subalterna em habitus jurídico e intelectual, além da atuação de Enoch na imprensa de combate de Maroim e na Liga Sergipense contra o Analfabetismo. Argumenta-se, por fim, que essa inserção permaneceu vulnerável ao arbítrio do Estado Novo e à violência simbólica de que o boicote fúnebre do tribunal, em 1957, foi a expressão mais nítida.

Palavras-chave: Enoch Matusalém Santiago; Sociologia da Educação; Pierre Bourdieu; Ascensão Social; História de Sergipe.

From Lagarto's market to the palace of justice: education as a vector of social mobility in the trajectory of Enoch Matusalém Santiago

Abstract

This article reconstructs the trajectory of Enoch Matusalém Santiago (1892–1957) through Pierre Bourdieu's sociology of education, asking how the accumulation of cultural capital and the mobilization of social capital carried the son of a market vendor in Lagarto to the office of Desembargador and President of the Court of Justice of Sergipe. Drawing on judicial archives and local biographical records, it examines the role of the Salesian Agricultural School, the Atheneu Sergipense, and the Faculty of Law of Bahia in converting subaltern class dispositions into a legal and intellectual habitus, as well as Enoch's work in Maroim's combat press and in the Sergipe League against Illiteracy. It argues, finally, that this mobility remained vulnerable to the arbitrariness of the Estado Novo and to the symbolic violence whose sharpest expression was the court's funeral boycott of his memory in 1957.

Keywords: Enoch Matusalém Santiago; Sociology of Education; Pierre Bourdieu; Social Mobility; History of Sergipe.

[1] Mestrando em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), com pesquisa em reconhecimento de Libras via aprendizado de máquina e visão computacional. Atua também como Coordenador de TI no setor de software para saúde pública. E-mail: felipejovinogamerplay@gmail.com

1. Introdução

A propaganda modernizadora da Primeira República fez da educação pública e da instrução cívica os pilares retóricos da superação do atraso colonial. Em Sergipe, esse discurso traduziu-se em reformas no ensino secundário e em campanhas contra o analfabetismo do interior. Por trás da fachada, no entanto, as estruturas socioeconômicas seguiram tradicionais: latifúndio, clientelismo e controle oligárquico do aparato estatal. A escola que se anunciava como via de emancipação era, na prática, um recurso escasso e desigualmente distribuído, e sua posse valia menos pelo que ensinava do que pelo que autorizava a pleitear.

Nesse quadro, a mobilidade social ascendente era rara. As parentelas agrárias controlavam os postos de prestígio do funcionalismo, e o Poder Judiciário era o mais fechado deles. A toga e o diploma de bacharel circulavam como heranças de família, transmitidas quase sempre dentro das mesmas linhagens. O bloqueio às classes subalternas não era só financeiro: operava também pelas barreiras de distinção cultural e linguística, a maneira de falar, de escrever e de portar-se, que a elite mobilizava para guardar suas fronteiras. Havia ainda um obstáculo institucional. Sergipe não teve Faculdade de Direito própria até meados do século XX, de modo que o credenciamento para a magistratura passava obrigatoriamente por Recife, Salvador ou Rio de Janeiro. Entre 1889 e 1937, 68,57% da elite jurídica sergipana formou-se no Recife, 17,14% na Bahia e 8,57% no Rio (PETRARCA; NUNES, 2021); custear anos de estudo numa capital distante era, por si, um filtro de classe.

A trajetória de Enoch Matusalém Santiago[2] (1892–1957) interessa contra esse pano de fundo. Nascido em Lagarto, no centro-sul do estado, foi criado pela mãe, Maria Benvinda de Jesus, que se sustentava vendendo vísceras na feira (BARRETO, 2007; GILFRANCISCO, 2025). Partindo daí, Enoch rompeu o destino provável de sua classe: acumulou credenciais escolares legítimas, atuou no jornalismo provincial, militou em ligas de alfabetização, lecionou, chegou à vice-direção da Faculdade de Direito de Sergipe e, no ápice, ao cargo de desembargador e presidente do Tribunal de Apelação de Sergipe, atual Tribunal de Justiça (ver Figura 1). Trata-se, portanto, de uma trajetória incomum, examinada aqui sem convertê-la em modelo geral.

[2] Adota-se a grafia "Enoch", predominante nas fontes biográficas (BARRETO, 2007; GILFRANCISCO, 2025) e no Acervo Digital do TJSE; a variante "Enock" figura na lista oficial de desembargadores (BRASIL, 2022) e na chamada de textos desta Revista.

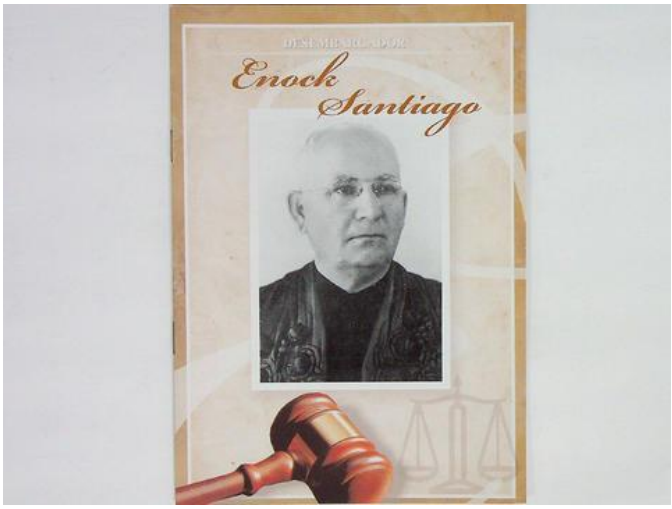


Figura 1: *Capa comemorativa e retrato oficial do Desembargador Enoch Matusalém Santiago. Fonte: Acervo Digital do Arquivo Judiciário – Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE).*

Descarto de saída a moldura hagiográfica, comum na historiografia memorialista regional, e também a narrativa meramente cronológica. Leio a trajetória de Enoch com quatro conceitos de Pierre Bourdieu. O habitus é o sistema de disposições duráveis que uma posição social inscreve no corpo e na mente do agente e que orientam sua percepção, seu gosto e sua conduta. O campo é um espaço estruturado de posições em disputa, dotado de regras próprias e de barreiras de entrada. O capital, nas suas espécies econômica, cultural, social e simbólica, é o recurso desigualmente distribuído cuja posse define a posição de cada agente no campo; o capital cultural existe em estado incorporado (as disposições) e institucionalizado (os diplomas). A violência simbólica, enfim, é a imposição de significações como legítimas que dissimula as relações de força em que se assenta (BOURDIEU; PASSERON, 1992; BOURDIEU, 1998, 2007).

A hipótese que orienta o trabalho é a de que a escola formal foi o principal vetor de acumulação de capital cultural na vida de Enoch, tanto nas disposições incorporadas quanto nos diplomas, e que foi isso que compensou a escassez de capital econômico da família de origem. A ela somo uma segunda: a atuação de Enoch na imprensa de Maroim e na tribuna da Liga contra o Analfabetismo lhe rendeu um capital social que contribuiu para converter o diploma em uma posição efetiva no campo jurídico. As duas hipóteses não competem; descrevem etapas encadeadas de uma mesma estratégia de conversão.

As fontes são de três ordens. A primeira é o arquivo judiciário: o Acervo Digital do Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça de Sergipe, as atas de sessão e a galeria biográfica de desembargadores publicada pela corte (BRASIL, 2022; SERGIPE, 2026). A segunda é a biografia local de circulação, sobretudo o perfil de Barreto (2007), publicado no Portal Infonet, e o ensaio de Gilfrancisco (2025), que incorpora a pesquisa genealógica de Isnard de Aguiar Cruz; são materiais de natureza jornalística, por vezes divergentes entre si, e foram tratados por cruzamento, com as divergências registradas em nota. A terceira é a bibliografia acadêmica sobre elites jurídicas e educação em Sergipe (NUNES, 1984; DANTAS, 2004; LIMA, 2019; PETRARCA; NUNES, 2021)[3], que fornece o quadro estrutural em que a trajetória individual se recorta.

Os campos, em Bourdieu, são espaços de luta, e quem detém o capital simbólico legítimo resiste à entrada de estranhos. A trajetória de Enoch confirma-o pelo avesso. A aposentadoria compulsória que o interventor Erônides de Carvalho lhe impôs em 1938 e o boicote fúnebre da presidência do tribunal em 1957 são tratados aqui como atos de violência simbólica: os momentos em que a corporação togada tornou visível a fronteira que o filho de feirantes havia cruzado e cobrou o custo da travessia.

2. A infância e o internato de Tebáida: a primeira ruptura do habitus familiar

Enoch nasceu em Lagarto em 10 de novembro de 1892. Os registros de maior circulação o descrevem como filho de feirantes (BARRETO, 2007); a pesquisa genealógica de Isnard de Aguiar Cruz, divulgada por Gilfrancisco (2025), matiza a origem. Enoch teria nascido de uma relação extraconjugal entre Ivo de Santiago Matusalém (homem de projeção em Riachuelo, ligado ao Partido Republicano, já casado e pai de outros sete filhos) e Maria Benvinda de Jesus, que se sustentava como tratadeira e vendedora de vísceras, o "fato" da feira. Criado pela mãe, à margem da família legítima, sem o nome nem o amparo do pai, Enoch partiu da condição popular materna, agravada pelo estigma da ilegitimidade num meio provinciano e católico. O trabalho de tratadeira e de vendedora de vísceras era, dentro da própria hierarquia da feira, uma das ocupações de menor prestígio: informal, sem ponto fixo, associada ao manuseio do resto do abate e exercida por mulheres pobres. A trajetória começa daí, não do ponto de um pequeno comerciante estabelecido, mas do de quem revende as sobras.

[3] As referências LIMA (2019) e PETRARCA; NUNES (2021) são do mesmo autor, Arthur Ives Nunes da Mota Lima, que assina a dissertação como "Lima" e o artigo, escrito com Fernanda Rios Petrarca, como "Arthur Ives Nunes".

Ivo de Santiago dispunha de posição e trânsito político, mas o não reconhecimento fechou qualquer via hereditária: não houve transmissão de capital econômico, social ou simbólico do lado paterno. A ascensão posterior de Enoch não herdou nada do pai; construiu-se contra a ausência dele. O que a mãe pôde legar foi outra coisa, a experiência de uma economia de subsistência autônoma, feita de trabalho diário na praça pública, sem patrão e sem renda fixa. Enoch parte da feira livre de Lagarto, então centro da economia popular do município, praça de tabaco, frutas cítricas e gado. As famílias de posição do lugar convertiam terra e comércio em cargos de juiz, de promotor, de professor; a mãe de Enoch convertia vísceras em comida (MACIEL, 2016).

O contraste com os outros desembargadores nascidos em Lagarto mede a exceção. A galeria do tribunal registra Abílio de Vasconcelos Hora (nascido em 1886, bacharel pela Bahia em 1908), Armando Hora de Mesquita (1884, Recife, 1906), Ascendino D'Ávila Garcez (Rio de Janeiro, 1909), Libério de Souza Monteiro (Recife, 1888) e Benilde de Vasconcelos Ramos Romero (Recife, 1883), todos credenciados fora do estado (BRASIL, 2022). Vários carregavam sobrenomes compostos das linhagens de posição do município; a linhagem "Vasconcelos Hora" aparece na filiação de mais de um deles (BRASIL, 2022). Filho de feirantes, Enoch é o único de origem popular no conjunto, e o único cujo acesso à corte não se explica como continuidade de um patrimônio familiar.

O habitus primário que ele recebeu foi moldado pela escassez. Nas classes populares do interior sergipano daquele tempo, a socialização infantil corria emoldurada pelo trabalho e pela tradição oral. Escola secundária, ou mesmo alfabetização regular, eram horizontes remotos para filhos de feirantes, cuja vida era organizada pela necessidade imediata de garantir a sobrevivência física. O destino provável de Enoch era reproduzir a condição de trabalhador informal da praça.

A ruptura veio cedo, quando ele foi matriculado na Escola Agrícola Salesiana, no povoado de Tebáida, em São Cristóvão. A escolha do povoado tem explicação. São Cristóvão perdera para Aracaju o status de capital em 1855 e entrara numa estagnação econômica prolongada, que barateou terras e imóveis e fez da velha capital um refúgio de fábricas de tecido e, sobretudo, de ordens religiosas de ensino[4]. Cidades assim, decaídas, baratas e católicas, eram onde congregações voltadas à instrução popular podiam instalar internatos extensos. A Congregação Salesiana, fundada por Dom Bosco e chegada ao Brasil em 1883, trazia o chamado sistema preventivo, uma

[4] São Cristóvão, fundada em 1590, foi capital da província até 1855, quando o presidente Inácio Joaquim Barbosa transferiu a sede administrativa para Aracaju a fim de aproximar o governo do porto açucareiro na foz do rio Sergipe (PORTO, 1991; NUNES, 1984).

pedagogia que combinava instrução profissional, vigilância constante e formação moral religiosa, dirigida a meninos pobres que se queria afastar da rua e do ócio. As colônias e escolas agrícolas eram um dos formatos preferenciais dessa ação no país, voltadas a formar colonos, hortelões e artífices, gente para o trabalho qualificado da terra e da oficina, não para o bacharelado. A trajetória posterior de Enoch contraria, portanto, o que a própria escola se propunha a formar.

A escola de Tebáida funcionava em regime de internato pleno. É possível descrevê-la, com Goffman (2001), como uma "instituição total": um estabelecimento fechado onde um grande número de indivíduos leva a vida inteira sob a mesma autoridade, num cronograma único, isolado do mundo externo. Para um menino vindo da feira de Lagarto, o efeito foi uma descontinuidade brusca com tudo o que constituía seu meio de origem. A ruptura foi dupla: espacial, porque o afastou de Lagarto e da mãe, e simbólica, porque o transferiu para um universo regido pela escrita, pelo latim e pela autoridade clerical. Essa descontinuidade, a suspensão do meio primário, é o que em Bourdieu torna possível inscrever um habitus novo sobre o antigo. Ali se abriu a primeira fratura no habitus familiar de Enoch.

Longe de Lagarto e do convívio com a mãe, sua rotina passou a ser regulada por um cronograma rígido: leitura e escrita elementares, trabalho no campo, ofício religioso, refeições e silêncio em horários fixos. Regimes de internato como esse costumavam incutir disposições duráveis de pontualidade e de obediência a hierarquias de papel; é razoável situar aí a origem do hábito de estudar sozinho, com método, que Enoch demonstraria anos depois na preparação autodidata para o Atheneu. Embora a escola fosse técnico-agrícola e voltada ao trabalho manual qualificado, foi nela que Enoch adquiriu a alfabetização e a leitura que fundaram seu capital cultural incorporado, além da disposição, incomum para alguém de sua origem, de procurar na capital um horizonte escolar mais alto do que aquele a que fora destinado.

3. O trabalho, o Atheneu e a conquista do capital escolar

Em 1906, com quatorze anos incompletos, Enoch mudou-se para Aracaju e entrou no serviço público como contínuo da Inspetoria de Higiene (BARRETO, 2007). No ano seguinte transferiu-se, na mesma função, para a Recebedoria Estadual, onde permaneceu até 1911. A cidade que o recebeu tinha meio século e fora traçada numa malha quadriculada pelo engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, sobre terreno de mangue, para encenar visualmente o progresso e a racionalidade que o traçado colonial sinuoso de São Cristóvão não oferecia (PORTO, 1991). Enoch chegava, portanto, a um lugar que era ele mesmo um projeto de modernização, e entrava nele pela porta de serviço.

Contínuo era o degrau mais baixo do funcionalismo: recados, transporte de papéis e serviço braçal nos gabinetes. Mas a posição, ainda que subalterna, colocou o rapaz no interior das repartições e no convívio diário com os burocratas, advogados e intelectuais que operavam a máquina do estado. Ele via de perto como se redigia um parecer, como se tratava um chefe, que leituras davam prestígio. A Inspetoria de Higiene e a Recebedoria eram, além disso, os lugares em que o estado sergipano montava, respectivamente, seu aparato sanitário e seu aparato fiscal; foi nesse cotidiano que Enoch absorveu o idioma burocrático (o vocabulário, as fórmulas, a hierarquia de papéis) que mais tarde manejaria como promotor e como juiz. O emprego, por outro lado, era condição de sobrevivência e tornava impossível a matrícula regular no único estabelecimento secundário oficial do estado, que funcionava em horário integral. Para contornar o obstáculo, Enoch montou uma estratégia autodidata de acumulação escolar.

A promoção a grande conferente, em 1911, e a transferência para Maroim[5], então próspera com a exportação de açúcar e algodão pelo Porto das Redes, na confluência dos rios Sergipe e Ganhamoroba, deram-lhe a estabilidade financeira necessária para custear os estudos. De volta a Aracaju, foi promovido a 3º escriturário da Recebedoria em 1918 (BARRETO, 2007), num cargo administrativo de nível médio que fechou a lacuna de sua cronologia burocrática antes do ingresso no ensino superior. Cada promoção comprava tempo e dinheiro para a próxima etapa de estudo.

Nesse período, Enoch executou um plano deliberado de validação acadêmica. Sem tempo para as aulas regulares do secundário, contratou os intelectuais Hemetério de Gouveia e Silva e Manoel Cândido dos Santos Pereira para prepará-lo aos exames preparatórios do Atheneu Sergipense (BARRETO, 2007). O Atheneu era o principal credenciador do estado para o ingresso no ensino superior nacional (NUNES, 1984)[6], e funcionava, na prática, como um dos filtros sociais mais eficazes do sistema de ensino da época. As provas eram prestadas disciplina por disciplina (português, latim, francês, geografia, história, matemática), cada uma diante de sua própria banca e ao longo de anos, e cobravam o domínio da norma culta e da erudição clássica que a escola de elite cultivava desde a infância e que dificilmente se improvisava. Os tutores contratados por Enoch não forneciam apenas instrução: Hemetério de Gouveia e Silva era figura reconhecida da intelectualidade sergipana, e ter estudado com ele funcionava também como aval, uma forma de crédito pessoal transferida ao aluno. Aprovado por essa via

[5] Adota-se a grafia histórica "Maroim", predominante nas fontes do período e na nomenclatura dos periódicos editados por Enoch (O Ganhamoroba, O Paladino); a grafia atual do município é "Maruim".

[6] O Atheneu Sergipense foi criado em 4 de outubro de 1870, no governo de Francisco Cardoso Júnior, e entre 1925 e 1938 foi denominado Atheneu Pedro II (NUNES, 1984).

lateral, Enoch demonstrou uma capacidade rara de acumular capital cultural legítimo por fora do circuito regular de ensino das elites e, sobretudo, de fazer reconhecer esse capital pelas instâncias oficiais de certificação.

A estratégia custava caro. Aulas particulares, taxas de exame e, ao fim, os anos de curso em Salvador somavam muito mais do que o salário anual de um contínuo ou de um escriturário. O plano só se sustentou porque cada promoção no funcionalismo, a grande conferente e depois a escriturário, financiava a etapa seguinte de estudo, num encadeamento em que emprego público e acumulação escolar avançavam juntos.

A acumulação consolidou-se, no plano privado, com o casamento com Adélia Rocha Santiago, professora de canto orfeônico da Escola Normal de Aracaju. A Escola Normal era a principal instituição de formação docente feminina do estado e um ponto de passagem obrigatório na sociabilidade da classe média letrada da capital. O enlace fixou Enoch no círculo dos funcionários letrados e dos intelectuais urbanos, conferindo-lhe uma respeitabilidade que a origem familiar, sozinha, não lhe daria, e ampliando a rede de relações de que ele dependeria na etapa seguinte.

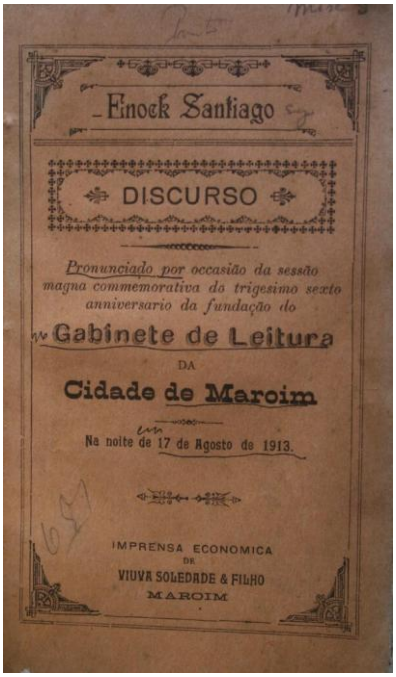
O ponto culminante dessa fase veio em 8 de dezembro de 1925, com o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia, em Salvador (BRASIL, 2022). A Faculdade da Bahia, das mais antigas do país, era um dos grandes centros de formação e de reprodução das elites políticas, jurídicas e administrativas do Nordeste. O diploma valia como capital cultural institucionalizado do mais alto valor de mercado: na Primeira República, o título de bacharel funcionava como uma espécie de patente de nobreza civil, credencial que abria acesso quase imediato a carreiras de prestígio, como a promotoria pública e a magistratura de carreira (ADORNO, 1988). Aos trinta e três anos, o ex-contínuo da Inspetoria de Higiene detinha o mesmo documento que, até então, só as linhagens de posição de Lagarto haviam conseguido para os seus.

4. O capital social em ação: imprensa, oratória e a entrada no campo jurídico

A entrada de Enoch no campo jurídico foi pavimentada antes, no espaço das letras e do ativismo cívico. Na virada do século, a fronteira entre jornalismo, literatura e direito era fluida em Sergipe: escrever bem, falar bem na tribuna e assinar ensaios na imprensa local eram estratégias reconhecidas de legitimação para quem aspirava a cargo público. O bacharel que não publicava e não discursava tinha o título, mas não o nome.

Em Maroim, entre 1911 e 1916, Enoch aliou o trabalho na Recebedoria a uma vida literária intensa. Tornou-se membro e orador do Gabinete de

Leitura local e dedicou-se ao jornalismo, editando os periódicos O Ganhamoroba (1913) e o semanário O Paladino (1914) (BARRETO, 2007). A cidade favorecia essa atividade: antigo "Empório de Sergipe", dotado de oito consulados estrangeiros no auge do comércio de açúcar e algodão, Maroim conservava, mesmo no declínio econômico frente a Aracaju, uma sociabilidade letrada ativa (GILFRANCISCO, 2025). De volta à capital, a projeção de Enoch ampliou-se: passou a colaborar em O Comércio (1916), no Diário da Manhã, em O Estado de Sergipe e no Jornal do Povo, boa parte sob pseudônimo. Foi Max nas crônicas humorísticas da seção "Fitas", Kaiser nas setenta e oito crônicas em verso de "Rimas Alegres" (1914) e Gil do Sul na coluna "Às Quintas" (1916–1919), com mais de cem textos de crítica à carestia (GILFRANCISCO, 2025). O recurso sistemático ao pseudônimo e o tom satírico dessas colunas marcam uma imprensa de combate, e foi dela, antes do diploma, que veio o primeiro reconhecimento público de Enoch (ver Figura 2). Na província, o jornal fazia e desfazia reputações. Nomear adversários e satirizar autoridades era arriscado e, por isso mesmo, dava a quem o fazia a autoridade do polemista que o público identifica e teme. O anonimato relativo do pseudônimo permitia a Enoch, funcionário do estado, exercer essa crítica sem expor o cargo.


Enock Santiago

DISCURSO

Pronunciado por occasião da sessão magna commemorativa do trigesimo sexto anniversario da fundação do

Gabinete de Leitura

DA

Cidade de Maroim

Na noite de 17 de Agosto de 1913

IMPRENSA ECONOMICA

DE

VIUVA SOLEDADE & FILHO

MAROIM

Figura 2: *Capa do discurso proferido por Enoch Santiago na sessão comemorativa do 36º aniversário do Gabinete de Leitura da Cidade de Maroim, em 17 de agosto de 1913 (Imprensa Econômica de Viúva Soledade & Filho, Maroim). Fonte: GILFRANCISCO (2025)*

Essa visibilidade cívica rendeu-lhe o posto de orador da Liga Sergipense contra o Analfabetismo, associação fundada em 24 de setembro de 1916 por iniciativa de intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS). A Liga sergipense funcionava como braço local da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, dentro do projeto nacionalista e "civilizador" da Primeira República, que via na alfabetização em massa um modo de sanear as bases eleitorais e intelectuais do país (SOUSA, 2016). Na tribuna da Liga, Enoch estreitou relações com os principais atores letrados da capital e com a rede reformista de então, convertendo o capital cultural que acumulara em capital social efetivo. O cargo de orador dava-lhe uma função concreta, a de proferir os discursos de abertura nas sessões solenes e nas datas comemorativas. Era o gênero de fala pública, cerimonial e argumentativa, que Enoch reempregaria no plenário do tribunal, na cátedra da Faculdade de Direito e nas sessões do IHGS. No próprio IHGS a presença se repetiu. Em fevereiro de 1917, antes ainda de bacharelar-se, proferiu concorrida conferência sobre o comendador Antônio José da Silva Travassos, saudada pela imprensa local; e, desde 1912, dedicava artigos e conferências a Inácio Barbosa, o autor da transferência da capital, num gesto que ligava a erudição histórica à conquista de um lugar no campo intelectual sergipano (GILFRANCISCO, 2025).

Depois de 1925, os retornos desse capital social vieram rápido. Em 16 de outubro de 1926, Enoch foi nomeado promotor público da 3ª Vara Cível de Aracaju. Como promotor, posicionou-se favoravelmente à acusação no processo-crime contra o teosofista espanhol José María Dominguez y Dominguez, preso por exercer a arte de curar sem diploma, e, em dezembro de 1928, indeferiu o pedido de restituição de fiança apresentado pela defesa, mantendo o enquadramento no artigo 156 do Código Penal de 1890, que punia o curandeirismo (OLIVEIRA, 2014). O gesto alinhava o ex-contínuo da Inspetoria de Higiene ao discurso higienista e cientificista da elite letrada da capital, para a qual o monopólio do diploma sobre a "arte de curar" era uma fronteira a defender, pela mesma lógica de credenciamento que abrira a Enoch a carreira jurídica. Há uma ironia no episódio. Quem punia o curandeiro sem diploma tinha, ele mesmo, conquistado o diploma por uma via que o sistema regular não previa, e sabia por experiência o que era depender do reconhecimento oficial de um saber adquirido à margem.

O magistrado que avalizara a prisão de Dominguez no juízo municipal era Luiz Loureiro Tavares (OLIVEIRA, 2014), futuro desembargador do Tribunal de Apelação a partir de 1935 e integrante de uma das linhagens hereditárias mais consolidadas da magistratura sergipana (BRASIL, 2022). Em 1928, portanto, o filho dos feirantes de Lagarto operava em plena sintonia com a mesma elite togada que, três décadas mais tarde, lhe sonegaria a consagração fúnebre na corte. Isso não contradiz o argumento; mostra que o habitus burocrático do campo jurídico em consolidação já estava incorporado. A ascensão prosseguiu com a nomeação para a Comissão de Revisão dos

Contratos do Estado (1931), para os cargos de procurador dos Feitos da Fazenda (1932) e procurador fiscal do Estado (1935) e, em 2 de março de 1935, após aprovação em concurso público, para a titularidade da Comarca de Vila Nova, atual Neópolis, com transferência para a Comarca de Maroim em 1937 (BARRETO, 2007).

A ascensão sofreu uma interrupção violenta no fim da década de 1930. Sob o governo do médico e político Erônides de Carvalho, a lógica da interventoria exigia o alinhamento de juízes e promotores aos interesses do Palácio do Governo (DANTAS, 2004). Magistrado de reputação sóbria e independente, que não raro discrepava dos pares em votos vencidos (GILFRANCISCO, 2025), Enoch opôs-se a uma manobra de transferência forçada de volta para a comarca de Vila Nova, invocando as prerrogativas de inamovibilidade inerentes ao cargo de juiz. A represália veio em 8 de janeiro de 1938: o decreto que o aposentou compulsoriamente "a bem do serviço público" (BARRETO, 2007), com fundamento no artigo 177 da Constituição outorgada de 1937, dispositivo que autorizava o regime a afastar servidores por conveniência política e que se tornou um dos principais instrumentos de expurgo da magistratura durante o Estado Novo (GILFRANCISCO, 2025). O artigo 177 foi aplicado em larga escala no país, atingindo centenas de juízes e funcionários; o caso de Enoch é uma ocorrência local de um mecanismo nacional, e deve ser lido como fato de estrutura, não como desavença pessoal com um interventor.

A punição teve motivo de facção, não apenas ideológico. Erônides de Carvalho liderava um grupo político local em atrito constante com a corrente tenentista de Augusto Maynard Gomes, seu rival (DANTAS, 2004). Ao recusar a conveniência da transferência, Enoch posicionou-se como elemento insubordinado frente à rede clientelar do governo, e o preço foi o expurgo burocrático seguido de quatro anos de exílio profissional no sul da Bahia. O episódio mostra os limites que a máquina estadual impunha a quem subia sem conexões políticas de família. Um gesto de independência bastava para reverter a ascensão por decreto.

O exílio, porém, não foi recolhimento. Enoch residiu e advogou nas cidades cacaueiras de Ilhéus e Itabuna, e em Itabuna ocupou a secretaria da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, seguiu colaborando na imprensa local e manteve a produção intelectual, reunindo antologias de textos jurídicos e poéticos (GILFRANCISCO, 2025). Em 1942, a Imprensa Oficial publicou em volume os discursos do banquete oferecido em sua homenagem na cidade, sinal de que o capital simbólico acumulado o precedia mesmo fora de Sergipe (ver Figura 3). Ainda antes do retorno pleno ao tribunal, foi nomeado, em 1943, juiz de direito da 1ª Vara de Aracaju, recompondo o posto efetivo perdido em 1938, e retomou a coluna Correio Judiciário no Correio de Aracaju (GILFRANCISCO, 2025), reativando o nexo entre direito e imprensa que o acompanhava desde Maroim.



Figura 3: *Capa de A Mais Linda Esmeralda..., reunindo os discursos do banquete oferecido a Enoch Santiago em Itabuna, em 11 de junho de 1942, durante seu exílio profissional no sul da Bahia (Imprensa Oficial, 1942). Fonte: GILFRANCISCO (2025); exemplar do Arquivo Público do Estado de Sergipe.*

5. O apogeu institucional e o conflito simbólico pós-morte

O exílio terminou em 1942. Por decreto de 18 de fevereiro daquele ano, a aposentadoria compulsória de Enoch foi revogada (BARRETO, 2007), num movimento que coincidiu com a queda de Erônides de Carvalho e o retorno de Augusto Maynard Gomes ao poder. Maynard, derrotado por Erônides nas eleições indiretas de 1935 e então recusado a transmitir o cargo, foi nomeado em março de 1942 para o segundo mandato de interventor federal de Sergipe (DANTAS, 2004). Ligado a Enoch por amizade, encarregou-se de reparar as injustiças sofridas pelo magistrado (GILFRANCISCO, 2025): em 1º de abril, nomeou-o chefe de Polícia da Interventoria (BARRETO, 2007). Enoch voltou ao serviço público por um cargo de confiança política direta, não pela magistratura.

À frente do Departamento de Segurança Pública nos meses dos torpedeamentos atribuídos ao submarino alemão U-507, em agosto de 1942, Enoch conduziu dois inquéritos confidenciais sobre suspeitas de

espionagem da "Quinta Coluna" em Sergipe, ouvindo cinquenta e sete pessoas entre estrangeiros do Eixo e ex-integralistas exaltados (COSTA, 2012; MAYNARD; SANTOS, 2024). Nos relatórios de 16 de outubro e 22 de dezembro, enviados ao interventor, concluiu não ser "plausível a existência de um suporte logístico aos ataques" (TRINDADE, 2014, p. 21), embora registrasse indícios isolados. Na propriedade do italiano Nicola Mandarino foram apreendidos 456 cartuchos de guerra, 1.402 balas de rifle, 19 bananas de dinamite e material de propaganda de inspiração nazista (MAYNARD; MAYNARD, 2019). O alemão Herbert Merby, afinador de pianos, teve a conduta qualificada como "contrária aos interesses da segurança do Brasil" depois de exclamar, diante de um quadro do Coração de Jesus na casa de um cliente, "tire esse judeu cretino da parede!". O episódio rendeu poema satírico na coluna "Setas e Flechas" da Folha da Manhã, em 15 de outubro de 1942, com versos que citavam trechos do próprio relatório do chefe de Polícia[7]. O relatório de dezembro chegou a classificar os investigados em duas categorias, "integralistas fervorosos" e "amigos comerciais da Alemanha" (COSTA, 2012), mas a maioria dos acusados foi inocentada por falta de provas materiais.

Os relatórios não se limitaram ao registro dos fatos. Neles, Enoch afirmou ter conduzido os inquéritos "com a mais louvável liberdade, como deve proceder a Polícia num regime democrático", recusando de forma expressa a equação entre polícia e opressão (MAYNARD; SANTOS, 2024). Como observam Maynard e Santos (2024), essa retórica, produzida em pleno Estado Novo, era uma das estratégias discursivas pelas quais o regime ditatorial procurava se revestir de legitimidade democrática. Para Enoch, que quatro anos antes fora vítima do mesmo dispositivo de exceção, falar a gramática jurídica liberal era também um modo de se reinscrever no campo da magistratura legítima, ainda que agora a partir de um cargo de coerção e de dependência direta do interventor. A independência que lhe custara o expurgo em 1938 reaparece, em 1942, como discurso, não como posição.

A consagração definitiva veio em 2 de julho de 1945, com a nomeação para desembargador do Tribunal de Apelação de Sergipe; a

[7] Os primeiros versos, assinados pelo pseudônimo "Enio", são: "Só mesmo fuzilamento / ao tal alemão audaz / afinador de pianos / dos reinos de Satanaz (sic) / da casa do seu Antão / um palavra de arcabuz / chama de judeu cretino / um coração de Jesus" (MAYNARD; MAYNARD, 2019, p. 9). As expressões "judeu cretino" e "coração de Jesus" reproduzem o próprio relatório do chefe de Polícia.

posse formal deu-se no dia 6 (BRASIL, 2022). No mesmo ano, entre 8 de novembro de 1945 e 1º de abril de 1946, Enoch presidiu o Poder Judiciário do estado, substituindo o desembargador Hunald Cardoso, afastado para assumir a Interventoria Federal (BARRETO, 2007). Ao presidir as sessões do colegiado, o filho da feira de Lagarto ocupava a posição mais alta do campo jurídico local (ver Figura 4).

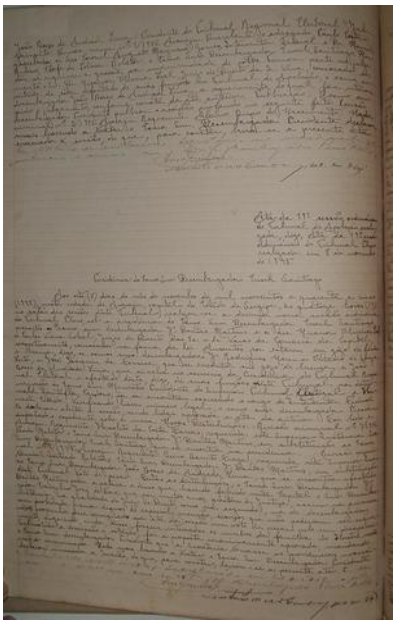


Figura 4: *Ata da 19ª sessão ordinária do Tribunal de Apelação de Sergipe, realizada em 8 de novembro de 1945, registrando o início da presidência do Desembargador Enoch Santiago. Fonte: Acervo Digital do Arquivo Judiciário - Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE).*

O recrutamento do próprio tribunal dá a medida do que ele havia atravessado. Entre 1892 e 1960, a quase totalidade dos desembargadores da corte consagrou-se por meio de diplomas obtidos fora do estado. Considerado o período de 1889 a 1937, 68,57% da elite jurídica sergipana formou-se no Recife, 17,14% na Bahia e 8,57% no Rio de Janeiro (PETRARCA; NUNES, 2021); a lista da própria corte confirma a predominância de Recife e Salvador entre os desembargadores (BRASIL, 2022). O acesso ao cargo máximo seguia uma lógica hereditária de conservação de privilégios, perceptível tanto nas filiações diretas entre magistrados registradas pela própria corte quanto na recorrência de sobrenomes tradicionais nos seus assentos; Lima (2019), ao estudar os padrões de recrutamento dos desembargadores sergipanos entre 1891 e 2018,

mostra que as redes de relações familiares foram o único recurso social que se manteve constante ao longo de todo o período, mesmo quando a formação acadêmica e a carreira profissional se tornaram progressivamente mais autônomas em relação à política. O caso mais documentado dessa transmissão dinástica é a linhagem dos "Loureiro Tavares", presente em três nomeações: João Maria Loureiro Tavares, desembargador em 1899, e os irmãos João Maria Loureiro Tavares (1926) e Luiz Loureiro Tavares (1935), ambos filhos de um homônimo (BRASIL, 2022). A ela somam-se sobrenomes que se repetem nos assentos da corte, como "Vieira de Mello" e "Maynard" (BRASIL, 2022). Num quadro assim, a nomeação de um filho de feirante para presidir o colegiado não era rotina de carreira; era uma anomalia para a corporação.

Na presidência, Enoch encabeçou o Memorial dos desembargadores e juízes de Direito ao interventor federal, documento coletivo que cobrava reajuste salarial e condições materiais para o exercício da magistratura no estado (BARRETO, 2007). Presidiu por duas vezes o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, atuou três vezes como seu vice-presidente e exerceu as funções de corregedor do TRE (BARRETO, 2007). No magistério, foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Sergipe, onde, a partir de 1951, lecionou como titular da cadeira de Direito Judiciário Civil e foi por duas vezes eleito vice-diretor (BARRETO, 2007; GILFRANCISCO, 2025). No âmbito cultural, presidiu o IHGS entre 1953 e 1955 e integrou o Instituto dos Advogados de Sergipe. Acumulava, ao fim da vida, um prestígio institucional que poucos dos seus pares de origem tradicional igualavam.

O sucesso institucional, porém, não apagou as fraturas que acompanham o trânsito de um homem de origem popular por dentro de elites tradicionais. A primeira delas atingiu a reprodução familiar. Em 1945, ano da consagração no tribunal, o único filho homem de Enoch, o poeta Enoch Santiago Filho, morreu aos vinte e cinco anos, às vésperas de concluir o curso de Direito na Faculdade da Bahia[8].

A morte precoce interrompeu a transmissão intergeracional do capital acumulado. O capital cultural institucionalizado e o prestígio profissional conquistados pelo pai não seriam herdados pelo filho varão, e a dinastia jurídica que chancelaria o êxito da linhagem, nos moldes das "Loureiro Tavares", não chegou a se formar. O capital acumulado numa geração só se converte em pertencimento de elite quando pode ser transmitido; sem o herdeiro varão que o levasse adiante na mesma carreira, Enoch permanecia, aos olhos das dinastias, um recém-chegado de primeira geração. A dor está

[8] Gilfrancisco (2025) precisa a data: "Em fevereiro de 1945 o Desembargador Enoch Santiago é abalado pela morte do filho, Enoch Santiago Filho (1919–1945), no último ano do curso de Direito". A morte antecedeu em poucos meses a posse no Tribunal (6 de julho de 1945), o que explica a referência às "amarguras de um grande desalento" no discurso inaugural.

registrada no discurso de posse: "Estou chegando ao ponto culminante da minha vida pública, em um momento em que, pela sua singularidade crucial, ocorreu bem próximo às amarguras de um grande desalento" (BARRETO, 2007). A linhagem só se recomporia pelas filhas, Cândida Maria e Maria da Conceição. Do casamento da primeira com o engenheiro Orlando Imbassahy nasceu o neto de Enoch, Antônio Imbassahy, que se tornaria prefeito de Salvador, governador da Bahia, deputado federal e ministro de Estado (BARRETO, 2007)[9]. Foi uma conversão de longo prazo do prestígio de Enoch em capital político, realizada no estado vizinho.

Houve ainda o desquite de Adélia Rocha Santiago. Em uma sociedade provinciana, fortemente católica e tradicionalista como a de Sergipe em meados do século XX, o desquite podia acarretar custos simbólicos e tensionar a relação com setores conservadores da elite local.

O conflito latente com essa elite tornou-se explícito depois da morte de Enoch. Em 16 de fevereiro de 1957, o desembargador faleceu de forma súbita, em decorrência de um derrame cerebral (BARRETO, 2007). Enquanto a imprensa, a Faculdade de Direito, a Academia Sergipana de Letras e o IHGS lhe prestaram amplas homenagens, a presidência do Tribunal de Justiça, então exercida pelo desembargador Otávio Teles de Almeida, recusou-se a enviar representante oficial ao sepultamento e a prestar qualquer homenagem pública ao seu ex-presidente (BARRETO, 2007). O contraste foi público: o corpo de Enoch foi velado no saguão da Faculdade de Direito e conduzido a pé pelos estudantes até o cemitério Santa Isabel, com discursos da Ordem dos Advogados, do IHGS e da Academia Sergipana de Letras (GILFRANCISCO, 2025). Em entrevista à Gazeta Socialista, familiares do magistrado denunciaram o silêncio da corte: "o Tribunal de Justiça de Sergipe, pela sua maioria, desonra a memória dos seus ilustres membros falecidos [...]. Não conheço semelhante fato já ocorrido em outro Estado. É de pasmar tanta falta de ética" (GILFRANCISCO, 2025).

A ausência de homenagem oficial pode ser lida como ato de demarcação de fronteira simbólica, sobretudo quando considerada em contraste com as homenagens prestadas por outras instituições. As fontes consultadas não permitem atribuir de modo conclusivo a decisão à origem popular, ao desquite ou ao perfil combativo de Enoch (o enfrentamento a interventores, a redação de periódicos de combate); permitem, contudo, registrar a discrepância entre a conduta da presidência do tribunal e as homenagens prestadas pela Faculdade de Direito, pelo IHGS, pela Academia

[9] As fontes divergem quanto à ocupação dos genros de Enoch Santiago. Barreto (2007) registra Orlando Imbassahy como engenheiro; Gilfrancisco (2025) refere-se a ambos os genros, Orlando Imbassahy da Silva e Carlos Linhares de Albuquerque, como desembargadores em Salvador. Adota-se aqui a primeira versão, sem que a divergência se resolva de modo conclusivo a partir das fontes disponíveis.

Sergipana de Letras e pela imprensa. O silêncio da corte sobre a morte do desembargador de origem humilde permanece, assim, um dado a interpretar: o gesto mais visível de que sua ascensão continuava, para a corporação, uma anomalia não plenamente absorvida.

6. Considerações finais

A distância entre a feira de Lagarto e o Tribunal de Justiça de Sergipe não foi encurtada por herança, e sim por meio século de acumulação escolar e associativa. A alfabetização recebida no internato salesiano de Tebáida e a aprovação nos exames do Atheneu Sergipense deram a Enoch o capital cultural incorporado que a família não podia fornecer; o diploma da Faculdade da Bahia acrescentou-lhe o capital institucionalizado que o habilitava, legalmente, a concorrer no campo jurídico; a atuação na imprensa de Maroim e na tribuna da Liga contra o Analfabetismo converteu esse acúmulo em capital social, transformando o bacharel numa figura pública reconhecida. As três formas de capital não agiram em paralelo: cada uma tornou possível a seguinte.

O mesmo percurso, no entanto, expõe o que as estruturas de poder opõem à permanência de agentes de origem popular no alto da hierarquia de distinção. Enoch foi aposentado à força em 1938 por um gesto de independência, viu a transmissão do próprio prestígio interrompida pela morte precoce do filho e teve a memória sonegada pela corte em 1957. Lidos em conjunto, esses episódios evidenciam os limites e as vulnerabilidades da inserção de um agente de origem popular no campo jurídico sergipano. O expurgo político, a interrupção da transmissão familiar do capital e a ausência de consagração fúnebre assumem, neste artigo, o estatuto de indícios dessas tensões.

Enoch não foi apenas vítima do sistema que o excluiu. Em 1928 endossou a ortodoxia higienista como promotor, ratificando o monopólio do diploma sobre a arte de curar; em 1942 operou a máquina policial do Estado Novo à frente da Chefia de Polícia da Interventoria. O mesmo homem que o regime aposentou compulsoriamente em 1938 e que a corte calou em 1957 foi, em outros momentos, agente dos instrumentos de coerção e de distinção de que se tornou alvo. A leitura bourdieusiana permite enxergar essa ambivalência, e não uma linha ascendente sem atritos: o agente que atravessa a fronteira de um campo tende a incorporar, para nele permanecer, as próprias disposições que o excluíam.

O caso não autoriza concluir que a estrutura oligárquica sergipana fosse permeável. Autoriza uma formulação mais restrita: essa estrutura podia ser rompida em pontos isolados, por uma estratégia de acumulação escolar e associativa excepcionalmente intensa e prolongada, mas dispunha de mecanismos para conter o rompimento depois de consumado. O expurgo político de 1938, o bloqueio da herança pela morte do filho e a recusa da

homenagem em 1957 são, vistos em conjunto, esses mecanismos em operação. A mobilidade de Enoch foi real, mas vigiada, em parte revertida e, ao fim, contestada no terreno em que a elite tinha a última palavra: a consagração simbólica.

A dispersão da obra escrita segue o mesmo padrão de isolamento institucional. Poeta lírico, ensaísta e autor de uma peça em três atos, A Calúnia, Enoch escreveu ainda estudos histórico-biográficos sobre Sílvio Romero, Gumersindo Bessa e Inácio Barbosa, além da série Percorrendo Sergipe (GILFRANCISCO, 2025). Publicou pouco em livro: o essencial de sua produção literária, poética e jurídica sobreviveu fragmentado na imprensa de combate de Maroim, Aracaju e Itabuna e em discursos avulsos impressos ao longo de décadas pela Imprensa Oficial (ver Figura 5). Nesse quadro, o manuscrito autobiográfico inacabado, Memórias de um juiz aposentado, ganha o peso de uma última estratégia de resistência: contra o silêncio institucional, a escrita de si foi a tentativa de Enoch de fixar a própria versão dos fatos e de reivindicar o direito à memória histórica que a elite jurídica sergipana lhe recusou até o fim. A trajetória do filho dos feirantes de Lagarto mostra que a mobilidade ascendente era possível numa estrutura oligárquica, mas a um custo alto para quem a realizava.

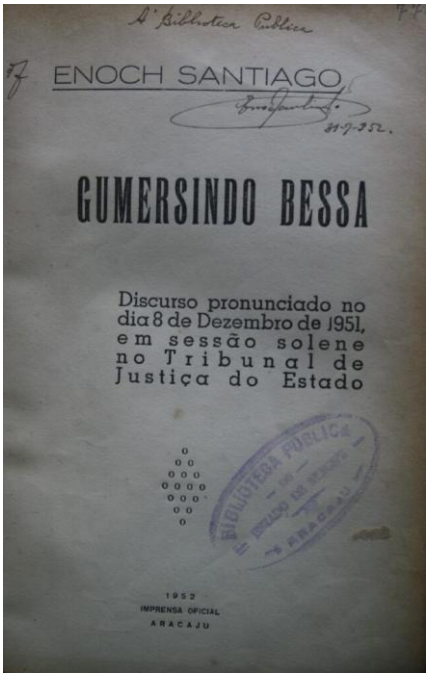


Figura 5: *Capa de Gumersindo Bessa, discurso pronunciado por Enoch Santiago em sessão solene do Tribunal de Justiça em 8 de dezembro de 1951 (Imprensa Oficial, Aracaju, 1952), exemplo da produção intelectual madura do magistrado. Fonte: GILFRANCISCO (2025); exemplar da Biblioteca Pública Estadual.*

Referências

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BARRETO, Luiz Antonio. Enoch Santiago: jornalista, magistrado, professor. **Infonet**, seção Blogs, 31 ago. 2007. Disponível em: https://infonet.com.br/blogs/enoch-santiago-jornalista-magistrado-professor/. Acesso em: 15 maio 2026.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Sergipe. **Portal da Memória do Tribunal de Justiça de Sergipe**: galeria de presidentes: Enoch Matusalém Santiago (1892-1957). Aracaju: TJSE, 2022. Disponível em: https://www.tjse.jus.br/portal/arquivos/documentos/portal-memoria/desembardagores_1892-2022.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

COSTA, Anailza Guimarães. Os torpedeamentos no litoral de Sergipe em 1942: estrangeiros e integralistas sob suspeitas. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, UFS, n. 6, 2012. Disponível em: https://ufs.emnuvens.com.br/tempo/article/download/2770/2416. Acesso em: 26 maio 2026.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: república (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

GILFRANCISCO. Enoch Santiago: palavras verdadeiras. **Notícia Capital**, 25 ago. 2025. Disponível em: https://noticiacapital.com.br/enoch-santigo-palavras-verdadeiras/. Acesso em: 20 maio 2026.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LIMA, Arthur Ives Nunes da Mota. **Direito, política e poder** – padrões de recrutamento dos desembargadores de Sergipe (1891-2018). 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/11260. Acesso em: 9 set. 2026.

MACIEL, Carlos Roberto Santos. Poder e prestígio social na Vilas de Boquim e Lagarto (1850-1888). In: CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA, 5.; ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SE, 5., 2016, Aracaju. **Anais eletrônicos do**

V Congresso Sergipano de História e V Encontro Estadual de História da ANPUH-SE. Aracaju: ANPUH-SE, 2016. p. 1-13. Disponível em: https://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1477156461_ARQUIVO_PoderePrestigiosocialnaVilasdeBoquimeLagarto.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Segunda Guerra Mundial: notas sobre o cotidiano de Aracaju após o ataque do U-507 (1942-1945). **Boletim do Tempo Presente**, São Cristóvão, UFS, n. 13, p. 58-69, 2019. Disponível em: https://ufs.emnuvens.com.br/tempopresente/article/download/11705/8896. Acesso em: 26 maio 2026.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos; SANTOS, Priscila Antônia dos. Reuniões secretas, prisões e suspeitos: estrangeiros do Eixo em Sergipe (1942). **Boletim Historiar**, São Cristóvão, UFS, v. 11, n. 2, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/historiar/article/download/23559/17339. Acesso em: 10 maio 2026.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe, 1984.

OLIVEIRA, Daiane de Jesus. **"Da arte de curar à prisão de um ocultista"**: ocultismo, magia e ciência em Aracaju, SE (1923-1928). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5639/1/DAIANE_JESUS_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

PETRARCA, Fernanda Rios; NUNES, Arthur Ives. Uma "república de bacharéis": entre mandarins do direito e donos do poder. **Revista de História**, São Paulo, n. 180, a13820, 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.178375. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rh/a/Mqt7sr9x9FGsKBWXZrND4Sc/?lang=pt. Acesso em: 9 set. 2026.

PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju, 1855-1865**: ensaio de evolução urbana. 2. ed. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe; FUNDESC, 1991.

SERGIPE. Tribunal de Justiça. **Acervo Digital do Arquivo Judiciário**: Des. Enoch Santiago. Aracaju: TJSE, [2026]. Disponível em: https://acervo.tjse.jus.br/index.php/des-enoch-santiago-2. Acesso em: 20 maio 2026.

SOUSA, Clotildes Farias de. **A Liga Sergipense contra o Analfabetismo**. Aracaju: EDISE, 2016.

TRINDADE, Mônica Porto Apenburg. **Sob suspeita**: o combate aos estrangeiros em Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial (1942). Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/bitstream/riufs/6955/2/Monica_Porto_Apenburg_Trindade.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

ENSAIOS

DAVID RICARDO - VALOR DE USO E VALOR DE TROCA

Antônio Porfírio de Matos Neto[1]

Um dos maiores economistas de seu tempo, David Ricardo nasceu em Londres em 1772, falecendo em 1823. Foi considerado ainda em vida o legítimo sucessor de Adam Smith. Sua obra é vasta e abrange uma vasta gama de temas como política monetária, teoria dos lucros, da renda fundiária e da distribuição, teoria do valor e do comércio internacional, dentre outros.

Muitos teóricos, seguindo os primados do economista britânico David Ricardo, passaram a elaborar teorias acerca do valor de uso e de valor de troca. De forma geral, e segundo estes, todo produto criado pelo trabalho humano tem valor de uso e valor de troca no capitalismo. Um veículo, um equipamento, um livro, tudo isso tem um valor de uso e valor de troca.

O valor de uso é definido pela capacidade de satisfazer necessidades humanas. Assim, um veículo tem valor de uso porque temos necessidade de nos transportar, um equipamento porque precisamos produzir e assim com todos os produtos criados pelo trabalho humano. O valor de uso, portanto, depende da utilidade do produto. Por consequência, não terá valor de uso o que não tenha qualquer utilidade.

Tendo valor de uso, também tem valor de troca. Tal valor, por sua vez, é definido pela quantidade de um produto que é possível conseguir em troca de uma certa quantidade de outro produto. Se alguém possui carne e quer trocar por feijão, por exemplo, a troca é feita considerando o valor monetário de cada um. Sendo a carne mais cara do que o feijão, deverá haver uma equivalência na quantidade até que se obtenha um justo valor de troca.

A base de estudos tais possui no valor das mercadorias proposta por David Ricardo seu principal fundamento. Ricardo não se deteve simplesmente no valor da troca de um produto por outro, mas desde o valor de sua produção até demais custos agregados ao produto. Para o economista, não era o custo

[1] Graduado em Filosofia, Graduação em Ciências Jurídicas, Economia, Ciências Políticas e Administração Especialista em Gestão Municipal, Mestre em Economia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, Doutorando em Filosofia, Membro da Academia Sergipana de Letras e Membro da Academia de Letras de Aracaju- Email: antonioporfirio56@gmail

de produção que determinava o valor das mercadorias e sim o custo coordenado de salários e lucros. Entendendo-se por salários e lucros tudo o que inclui nos custos de produção.

O que defendeu Ricardo é o que atualmente se conhece como teoria do valor-trabalho. Assim, o valor econômico de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que, em média, é necessário para produzir, incluindo todo o trabalho anterior para produzir a matéria-prima. Em consequência, o preço de uma mercadoria deve reproduzir a quantidade de trabalho nela colocado, sendo o trabalho o único elemento que realmente gera valor.

David Ricardo desenvolveu uma teoria de valor bastante original, e o fez, muitas vezes, amparado nas teorias desenvolvidas por Adam Smith. Para Ricardo, a utilidade, o uso ou a finalidade de uma determinada mercadoria não é a fonte de seu valor de troca. Eis o que diz o economista em *Princípios de Economia Política e Tributação* (1823):

> Algumas mercadorias têm seu valor determinado somente pela escassez. Nenhum trabalho pode aumentar a quantidade de tais bens, e, portanto, seu valor não pode ser reduzido pelo aumento da oferta. Algumas estátuas e quadros famosos, livros e moedas raras, vinhos de qualidade peculiar, que só podem ser feitos com uvas cultivadas em terras especiais das quais existe uma quantidade muito limitada, são todos desta espécie. Seu valor é totalmente independente da quantidade de trabalho originalmente necessária para produzi-los, e oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-los. (RICARDO, 1823, p.24)

Contudo, o autor admite que certas mercadorias, por possuírem características muito particulares e incomuns, têm seus preços determinados pela sua escassez. Para Ricardo nenhum trabalho pode aumentar sua oferta e a quantidade de trabalho empregada na sua produção tampouco afeta seu preço. Quanto mais um bem for demandado pelos consumidores, maior será sua escassez e, portanto, maior o seu preço.

Na sua teoria do valor, Ricardo propõe que o seu trabalho deve determinar o seu preço. Enquanto se podem manter as mesmas proporções de capital fixo nas diferentes linhas de produção, o preço das mercadorias fica determinado pelo trabalho incorporado a essas mercadorias. Não só o aumento ou redução da quantidade de trabalho necessária na produção influi

nos preços, mas também o nível de salários e lucros. Ante as variações surgidas no processo de produção, o trabalho incorporado explica parcialmente o movimento dos preços, devido a influencia de lucros e salários na determinação deste.

Com relação ao valor de uso e de troca, Ricardo defende que o valor de uso é essencial para haver o valor de troca. Contudo, o valor de uso não deve ser, necessariamente, o valor de troca. Em mercadorias que não podem ser reproduzidas pelo trabalho humano, apenas a escassez ou a demanda irá definir seu valor. A utilidade do produto em si não influencia muito no seu valor de troca, mas a sua escassez.

Para Ricardo, mercadorias que possuem a mesma quantidade de trabalho presente podem apresentar valores de troca diferentes, simplesmente por empregar mais ou menos capital na sua produção. Ricardo introduz então, a noção de capital fixo e circulante, de acordo com a durabilidade de cada um. O capital circulante - quase que exclusivamente o fundo de salários - é consumido durante o período de produção. Já o capital fixo dura mais de um período de produção, sendo constituído por edificações, instrumentos, maquinarias, dentre outros.

Assim, a diferença de durabilidade dos diversos tipos de capital fixo e circulante e as diferentes proporções em que se combinam fazem surgir uma nova causa para as oscilações dos valores relativos das mercadorias: o aumento ou redução dos salários e lucros.

Tenha-se, por fim, que os estudos elaborados por Ricardo continuaram referenciando as teorias econômicas posteriormente desenvolvidas, até mesmo através de críticas ou de tentativas de solucionar problemas deixados pelo economista britânico. Marx, por exemplo, desenvolveu uma nova teoria do valor, cujas bases possuem fundamentos ricardianos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

RICARDO, David (1823). **Princípios de Economia Política e Tributação**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1996

ARTIGOS

Da memória oral ao patrimônio cultural: a escuta dos mais velhos na documentação e preservação da Festa de São Pedro do Pontal (IPHAN, 2024)

Érick Leonardo dos Santos de Jesus[1]

MEMÓRIA, ORALIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL

A memória constitui um importante instrumento para a compreensão da história de uma comunidade, especialmente quando se trata de manifestações culturais que são transmitidas de geração em geração por meio da oralidade, das práticas coletivas e das experiências compartilhadas. Em comunidades tradicionais, muitas informações sobre acontecimentos, costumes, celebrações religiosas e formas de organização social não estão necessariamente registradas em documentos oficiais, mas permanecem vivas nas lembranças daqueles que participaram ou acompanharam essas experiências ao longo dos anos.

Nesse sentido, a memória oral assume papel fundamental na preservação da história local. Os relatos dos moradores mais antigos possibilitam recuperar acontecimentos, personagens, práticas e significados que podem não aparecer em registros escritos. A escuta dessas pessoas permite compreender não apenas quando e como determinada manifestação cultural aconteceu, mas também os sentidos atribuídos a ela pela própria comunidade.

A Festa de São Pedro do Pontal insere-se nesse contexto. Mais do que uma celebração religiosa, a festa constitui um espaço de encontro, sociabilidade, fé, lazer e transmissão de conhecimentos. Ao longo do tempo, diferentes gerações participaram de sua construção e contribuíram para a permanência de práticas que fazem parte da identidade cultural da comunidade.

O conceito de patrimônio cultural, portanto, precisa ser compreendido para além de monumentos, prédios históricos e objetos materiais. As manifestações culturais, celebrações, saberes, modos de fazer e formas de expressão também constituem elementos importantes da memória coletiva de uma sociedade. Dessa maneira, preservar uma festa tradicional significa também preservar as histórias, os conhecimentos e os vínculos comunitários associados a ela. (IPHAN, 2024)

[1] Licenciando em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), modalidade EAD, Polo de Estância, Sergipe. E-mail: leonardoproferickleonardo@gmail.com

A oralidade torna-se, assim, uma ferramenta relevante para o registro desse patrimônio. Ao ouvir os moradores mais antigos, a pesquisa possibilita transformar experiências individuais em fontes para a construção da história coletiva, contribuindo para que conhecimentos que durante décadas foram transmitidos principalmente pela fala possam ser documentados e compartilhados com as novas gerações.

A FESTA DE SÃO PEDRO DO PONTAL: HISTÓRIA E MEMÓRIA

A Festa de São Pedro do Pontal constitui uma manifestação de grande significado para a comunidade do Pontal, no município de Indiaroba, Sergipe. Sua realização reúne aspectos religiosos, culturais e sociais, estabelecendo vínculos entre a tradição, a memória dos moradores e a identidade local.

A continuidade da festa ao longo do tempo demonstra a capacidade da comunidade de manter determinadas práticas culturais mesmo diante das transformações sociais. Embora os modos de organização, os espaços, os participantes e algumas atividades possam sofrer alterações, permanece a referência à celebração como parte da história coletiva do lugar.

A compreensão dessa trajetória depende, em grande medida, da memória dos moradores que acompanharam diferentes momentos da festa. Pessoas que participaram de edições antigas podem contribuir para a identificação de mudanças na organização, nas formas de participação, nas manifestações religiosas e nas atividades culturais relacionadas à celebração.

Nesse processo, a memória deixa de ser compreendida apenas como lembrança individual e passa a ser analisada como elemento de construção da identidade coletiva. As recordações sobre a festa relacionam-se às experiências vividas pela comunidade e ajudam a estabelecer uma ligação entre passado e presente.

A Festa de São Pedro também pode ser compreendida como um espaço de transmissão cultural. Crianças, jovens, adultos e idosos participam, de diferentes maneiras, de uma manifestação que possibilita o contato entre gerações. É nesse encontro que determinados conhecimentos, histórias e práticas podem ser ensinados e reelaborados.

A dimensão religiosa constitui um dos elementos centrais da celebração. Entretanto, a festa também envolve relações de vizinhança, encontros familiares, manifestações culturais, participação comunitária e outras práticas que ultrapassam o caráter estritamente religioso. Dessa forma, sua importância deve ser analisada considerando a multiplicidade de significados atribuídos pelos próprios moradores.

A ESCUTA DOS MAIS VELHOS COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO

A participação dos moradores mais velhos é fundamental para a construção de uma narrativa sobre a história da Festa de São Pedro do Pontal. Essas pessoas possuem experiências acumuladas ao longo de décadas e podem contribuir para recuperar acontecimentos que não foram registrados de maneira sistemática.

A utilização da história oral permite que essas experiências sejam incorporadas ao processo de pesquisa. A entrevista, nesse contexto, não representa apenas uma coleta de informações, mas constitui um momento de escuta e valorização das experiências dos sujeitos que participaram da construção da história local. (THOMPSON, 1998)

Ao contar suas lembranças, os moradores podem apresentar diferentes interpretações sobre a festa, suas transformações e seus significados. Uma mesma celebração pode ser lembrada de maneiras distintas por diferentes pessoas, e essa diversidade não representa necessariamente um problema para a pesquisa. Pelo contrário, ela evidencia que a memória é construída a partir das experiências individuais e coletivas.

A escuta dos mais velhos também contribui para combater o risco de desaparecimento de determinados conhecimentos. Quando uma prática cultural permanece apenas na memória de poucas pessoas e não é registrada ou transmitida às novas gerações, existe a possibilidade de que parte dessa história seja perdida.

Nesse sentido, documentar as narrativas dos moradores constitui uma forma de preservação. Fotografias, entrevistas, documentos, relatos e outros registros podem formar um conjunto de fontes capaz de contribuir para a construção de um acervo sobre a Festa de São Pedro.

A pesquisa assume, portanto, uma dimensão de valorização da comunidade. Ao reconhecer os moradores como sujeitos produtores de conhecimento histórico e cultural, deixa-se de considerar a história local apenas como uma reprodução de informações externas e passa-se a valorizar o conhecimento produzido no próprio território.

Da memória ao patrimônio cultural

A discussão sobre patrimônio cultural está diretamente relacionada à preservação da memória. Quando uma comunidade reconhece determinada manifestação como parte de sua identidade, cria-se uma base social importante para sua valorização e continuidade. (IPHAN, 2024)

No caso da Festa de São Pedro do Pontal, o registro de memórias e documentos pode contribuir para demonstrar a importância histórica e

cultural da celebração. A documentação permite reunir informações sobre sua trajetória, seus participantes, suas práticas e os significados atribuídos pela população.

O processo de valorização patrimonial não deve ser compreendido apenas como uma ação institucional. A participação da comunidade é fundamental, pois são os próprios sujeitos que vivenciam a manifestação cultural que podem explicar seus significados e sua importância.

Nesse contexto, a construção de um acervo sobre a festa representa uma estratégia de preservação da memória local. Entrevistas com moradores, fotografias antigas e atuais, documentos, cartazes, registros das celebrações e outros materiais podem contribuir para organizar uma memória documental da manifestação.

A transformação da memória oral em documentação não significa substituir a tradição oral por registros escritos. Ao contrário, significa criar novas possibilidades para que essas memórias continuem circulando e possam ser conhecidas pelas futuras gerações.

A valorização patrimonial também pode fortalecer ações de educação patrimonial no próprio território. A escola, por exemplo, pode utilizar a história da Festa de São Pedro como instrumento para trabalhar história local, identidade, cultura, oralidade e pertencimento. Os estudantes podem participar da realização de entrevistas, produção de registros fotográficos, organização de exposições e elaboração de materiais sobre a história da comunidade.

Assim, a preservação da festa deixa de ser responsabilidade exclusiva dos organizadores ou das instituições públicas e passa a ser compreendida como uma construção coletiva.

A Festa de São Pedro e as futuras gerações

A preservação de uma manifestação cultural depende de sua capacidade de estabelecer diálogo com as novas gerações. Uma tradição permanece viva quando é conhecida, compreendida, praticada e ressignificada pelos sujeitos que participam dela.

Nesse sentido, os jovens possuem papel importante na continuidade da Festa de São Pedro do Pontal. A participação juvenil pode ocorrer tanto nas atividades tradicionais quanto na produção de novas formas de registro e divulgação da memória da comunidade.

As tecnologias digitais podem contribuir para esse processo. Fotografias, vídeos, entrevistas e documentos históricos podem ser

organizados em arquivos digitais, possibilitando que parte da memória da festa seja preservada e acessada por diferentes gerações.

A escola também pode funcionar como espaço privilegiado para essa transmissão. O desenvolvimento de projetos de história local pode aproximar os estudantes dos moradores mais antigos, permitindo que as novas gerações conheçam as histórias do lugar onde vivem.

Uma proposta dessa natureza possibilita que o estudante compreenda que a história não está presente somente nos livros didáticos. Ela também está nas narrativas de seus familiares, nas festas da comunidade, nos espaços de convivência, nas práticas religiosas, nas manifestações culturais e nas lembranças dos moradores.

Dessa forma, a Festa de São Pedro pode ser utilizada como objeto de educação patrimonial, estimulando nos estudantes o reconhecimento e a valorização da cultura local. A aproximação entre escola e comunidade pode contribuir para fortalecer sentimentos de pertencimento e responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural.

DISCUSSÃO

A análise da memória oral relacionada à Festa de São Pedro do Pontal evidencia a existência de uma relação significativa entre memória, identidade e patrimônio cultural. As lembranças dos moradores mais antigos permitem compreender que uma manifestação cultural não é constituída apenas por uma programação anual, mas por um conjunto de experiências acumuladas ao longo do tempo. (IPHAN, 2024)

A festa representa, nesse sentido, um espaço no qual diferentes dimensões da vida comunitária se encontram. A religiosidade, as relações familiares, a convivência entre moradores, as práticas culturais e as lembranças individuais articulam-se em torno de uma celebração que ultrapassa o momento específico de sua realização.

A documentação dessas memórias pode contribuir para reduzir a distância entre a história vivida e a história registrada. Muitas vezes, acontecimentos importantes para uma comunidade permanecem restritos às lembranças dos seus moradores. A pesquisa de história oral permite transformar essas lembranças em fontes de investigação, sem desconsiderar seu caráter subjetivo. (THOMPSON, 1998)

É importante reconhecer, entretanto, que a memória não é uma reprodução exata do passado. As lembranças são construídas a partir das experiências, emoções e interpretações de cada indivíduo. Por isso, a pesquisa

deve considerar diferentes relatos e, quando possível, relacioná-los a outras fontes, como fotografias, documentos e registros históricos.

Essa articulação entre diferentes fontes permite construir uma narrativa mais ampla sobre a Festa de São Pedro do Pontal. Ao mesmo tempo, preserva-se a centralidade dos sujeitos que vivenciaram a manifestação e que possuem conhecimentos fundamentais para sua compreensão.

A pesquisa demonstra, portanto, a importância de registrar não apenas a existência da festa, mas também os significados que ela possui para aqueles que dela participam. Preservar o patrimônio cultural significa preservar práticas, conhecimentos, memórias e relações sociais que dão sentido à manifestação. (IPHAN, 2024)

Considerações finais

A investigação sobre a Festa de São Pedro do Pontal permite compreender a importância da memória oral para a documentação e preservação do patrimônio cultural local. As lembranças dos moradores mais velhos constituem fontes relevantes para recuperar aspectos da trajetória da celebração e compreender os significados atribuídos a ela pela comunidade. (IPHAN, 2024)

A pesquisa também evidencia que preservar uma manifestação cultural não significa apenas manter sua realização ao longo dos anos. É necessário registrar suas histórias, valorizar seus protagonistas, incentivar a transmissão dos conhecimentos e criar condições para que as novas gerações reconheçam a importância dessa herança cultural.

Nesse processo, a história oral apresenta-se como uma importante ferramenta de pesquisa e preservação. A escuta dos moradores permite valorizar conhecimentos que muitas vezes não estão presentes em documentos oficiais, contribuindo para ampliar a compreensão sobre a história da comunidade. (THOMPSON, 1998)

A documentação das memórias relacionadas à Festa de São Pedro pode, portanto, constituir um importante legado para o Pontal. Ao reunir relatos, fotografias, documentos e outros registros, torna-se possível construir um acervo capaz de preservar parte da história da comunidade e servir como fonte para futuras pesquisas.

Por fim, a preservação da Festa de São Pedro deve ser entendida como uma construção coletiva. Poder público, comunidade, escola, famílias e novas gerações podem contribuir para que essa manifestação continue sendo não apenas uma celebração anual, mas também um espaço de memória, identidade, pertencimento e transmissão cultural.

Nesse sentido, passar da memória oral à documentação não significa encerrar uma tradição em um registro histórico. Significa criar condições para que ela continue viva, sendo conhecida, compartilhada e ressignificada pelas gerações que virão.

RESSIGNIFICAÇÕES DAS VAQUEJADAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS PARQUES DE VAQUEJADA DO MUNICIPIO DE LAGARTO - SE

Daniele Luciano Santos[1]

RESUMO

Este estudo analisa a dimensão socioespacial, cultural e econômica da vaquejada no município de Lagarto, Sergipe. Originada nas práticas da lida pecuária tradicional e na antiga corrida de mourão, a vaquejada passou por intensa ressignificação espacial e simbólica, transformando o ofício rural em uma indústria moderna de esporte, entretenimento e turismo. O texto destaca a consolidação de Lagarto como polo nacional do setor, articulando tradição e modernização corporativa. A infraestrutura local combina arenas históricas, como o Parque Zezé Rocha, com grandes empreendimentos de alta tecnologia, a exemplo do Complexo Equestre Haras Fábio José e Parque das Palmeiras. Trata-se de uma cadeia produtiva milionária que engloba o melhoramento genético de equinos Quarto de Milha, leilões, moda equestre e comércio regional. A oficialização de Lagarto como Capital Nacional da Vaquejada (Lei Federal nº 14.930/2024) ratifica sua relevância na preservação identitária e no desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Vaquejada; Ressignificação Espacial; Patrimônio Cultural; Indústria Equestre; Município de Lagarto.

RE-SIGNIFICATIONS OF VAQUEJADAS: A CASE STUDY ON THE VAQUEJADA PARKS IN THE MUNICIPALITY OF LAGARTO – SE

ABSTRACT

This study analyzes the socio-spatial, cultural, and economic dimensions of vaquejada in Lagarto, Sergipe. Originating from traditional cattle-herding labor and the historical "corrida de mourão," vaquejada underwent a profound spatial and symbolic re-signification, evolving from rural work into a modern sports, entertainment, and tourism industry. The text highlights Lagarto's consolidation as a national hub, linking heritage with corporate modernization. Local infrastructure combines traditional arenas, such as Parque Zezé Rocha, with high-tech complexes like the Haras Fábio José and Parque das Palmeiras. This multimillion-dollar productive chain encompasses Quarter Horse genetic breeding, auctions, equestrian fashion, and regional commerce. Lagarto's official recognition as the National Capital of Vaquejada under Federal Law No. 14,930/2024 underscores its pivotal role in preserving northeastern cultural identity while fostering regional socio-economic growth.

Keywords: Vaquejada; Spatial Re-signification; Cultural Heritage; Equestrian Industry; Municipality of Lagarto.

[1] Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe; Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura –CNPq/UFS; Membro efetivo da Academia Itaporanguense de Letras – AIL, Cadeira nº12; E-mail: danilucisan@gmail.com; Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8774-8633.

RESIGNIFICACIONES DE LAS VAQUEJADAS: UN ESTUDIO DE CASO SOBRE LOS PARQUES DE VAQUEJADA DEL MUNICIPIO DE LAGARTO - SE

RESUMEN

Este estudio analiza la dimensión socioespacial, cultural y económica de la vaquejada en el municipio de Lagarto, Sergipe. Originada en las prácticas ganaderas tradicionales y en la antigua "corrida de mourão", la vaquejada atravesó una profunda reconfiguración espacial y simbólica, transformando el oficio rural en una moderna industria de deporte, entretenimiento y turismo. El texto destaca la consolidación de Lagarto como centro nacional del sector, articulando tradición y modernización corporativa. La infraestructura local combina arenas históricas, como el Parque Zezé Rocha, con grandes emprendimientos de alta tecnología, como el Complejo Ecuestre Haras Fábio José y Parque das Palmeiras. Se trata de una cadena productiva millonaria que abarca el mejoramiento genético de equinos Cuarto de Milla, subastas, moda ecuestre y comercio regional. La declaración de Lagarto como Capital Nacional de la Vaquejada (Ley Federal nº 14.930/2024) ratifica su valor cultural y socioeconómico.

Palabras clave: Vaquejada; Reconfiguración Espacial; Patrimonio Cultural; Industria Ecuestre; Municipio de Lagarto.

INTRODUÇÃO

A presença da pecuária, em toda a extensão territorial sergipana, desde sempre imprimiu suas marcas nas diferentes dimensões da sociedade. Subsidiária a outras atividades produtivas, como, por exemplo, a cana-de-açúcar no Leste sergipano ou mesmo enquanto propulsora da economia do Agreste ao Sertão, a criação de gado é uma das atividades definidoras das territorialidades culturais e das identidades do rural sergipano.

A imagem do gado, do cavalo, do vaqueiro e do cavaleiro está impregnada de tal modo na cultura sergipana, especialmente no Sertão e Agreste, onde a pecuária sobressai desde as primeiras ocupações, que a configuração das territorialidades em seu entorno, bem como das manifestações culturais a ela relacionadas, é impulsionada por dimensões diversas.

As vaquejadas que a princípio eram associadas ao espaço rural, carregadas de um simbolismo e ligadas ao imaginário de quem é do campo, foram expandidas para os espaços urbanos, atreladas ao mercado de entretenimento e do turismo, que respondem às

necessidades de acumulação do capital. O mundo rural na sociedade urbana se expressa distintamente em contextos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. São vários rurais, assim como são vários Nordestes[2]. Não obstante, a expansão da 'racionalidade urbana' sobre o rural traz efeitos não só no campo material referente aos quesitos socioeconômicos e políticos, mas também no campo imaterial referente às práticas, representações e expressões de valores culturais/simbólicos.

Diante disso, o presente artigo constitui um estudo de caso que tem como objetivo analisar o contexto, a importância e a expressividade econômica e cultural das vaquejadas de mourão no município de Lagarto, localizado no Agreste Sergipano. Lagarto foi oficializada como a Capital Nacional da Vaquejada pela Lei Federal nº 14.930, sancionada em julho de 2024, O título coroa a importância histórica, econômica e cultural que o município tem para a preservação e o desenvolvimento dessa tradição nordestina.

O campo que por tanto tempo esteve associado, entre outros aspectos, à lida com a terra, as atividades de plantio e à criação de animais, passou a ser associado à ideia de espaço de lazer, evento, entretenimento e turismo. Suas práticas e, consequentemente, suas manifestações culturais, a exemplo da vaquejada de mourão, passaram a despertar interesses voltados para a lucratividade, ligados especialmente aos setores do turismo e do entretenimento.

Assim sendo, o interesse sobre os espaços que reúnem essas manifestações culturais traz um rastro de transformações materiais, bem como nos suportes de expressão dos símbolos, no instante em que são inseridos em circuitos econômicos de turismo e eventos por meio da sintonia entre políticas de fomento a cultura e a atuação da iniciativa privada empresarial.

No tocante às vaquejadas, Sergipe é um celeiro da cultura popular e o município de Lagarto é um berço de modernizações e lucratividades. É curioso compreender as expressividades das vaquejadas nos diversos sujeitos como produtores e fazedores[3], em múltiplas circunstâncias envoltas pelas

[2] ANDRADE (1973).

[3] Entende-se por produtores os sujeitos que atuam na organização, realização, financiamento, transformação e, muitas vezes, comercialização das manifestações culturais. E por fazedores os sujeitos que vivenciam a manifestação cultural, reconhecem seu valor, possuem identificação com ela e estabelecem uma relação de pertencimento com espaços, práticas, memórias e saberes.

formas de apropriações e mudanças que marcam os seus processos de ressignificação e reinvenção; uma pluralidade singular que contribui para a conformação de espaços próprios, com nuances do passado e do presente definidas pelas intencionalidades e, evidentemente, traduzidas na conformação dos espaços e das socioespacialidades.

1. CORRIDA DE MOURÃO: DO OFÍCIO AO ESPORTE DA VAQUEJADA

Há muitos registros históricos e literários sobre as vaquejadas ou corridas de mourão enquanto uma prática contemporânea, nova, recente. Porém, o que muitos desconhecem é que sua raiz está nas tradicionais apartações. As primeiras corridas de mourão não aconteciam em parque, elas eram uma espécie de recompensa dadas pelos coronéis e fazendeiros aos vaqueiros que conseguiam capturar o barbatão[4] no mato. Elas consistiam em quatro corridas de boi no pátio cercado, ou seja, quatro carreiras de mourão (Alves, 1986). Mourão é cada uma das estacas mais grossas fixadas verticalmente, nas quais são pregados os arames ou varas finas da cerca.

Segundo Pereira (2019), a corrida de mourão inicialmente ocorria em uma área da fazenda com chão batido e duro, se destacou na década de 1940 com os vaqueiros dos estados da Bahia e do Ceará que ganharam fama por suas habilidades. Era comum os mesmos coronéis organizadores das corridas de mourão fazerem apostas em seus vaqueiros preferidos. E o que se destacava na puxada do boi tornava-se o vencedor e ganhador de um prêmio simbólico. Essa modalidade se popularizou e segundo Aires (2018, p. 57) a vaquejada sofreu alteração "à proporção que a pecuária intensiva permitiu que os vaqueiros começassem a construir currais, para cuidar do gado. Assim, passaram a utilizar este espaço para derrubar boi, substituindo a apartação pela vaquejada de mourão".

Naquela época, o objetivo principal era a recreação dos vaqueiros e por este motivo ainda não havia a preocupação em criar regras regulamentadoras para a prática, a única regra era derrubar o boi o mais próximo do local de saída do animal. Com a popularização viu-se a necessidade da criação dos primeiros espaços próprios para a realização da corrida de mourão, foi assim que surgiram as primeiras arenas. Portanto, a corrida de mourão começou a ser praticada dentro de arenas construídas especificamente para este fim e não apenas nos pátios das fazendas. A recreação dos vaqueiros gradativamente incorporou ares de competição, à medida que as disputas se tornavam cada vez mais acirradas e crescia a participação dos vaqueiros foi preciso criar regras para a corrida de mourão.

[4] Animais ariscos, semisselvagens.

Conforme as mudanças aconteciam, a corrida de mourão apontava para um novo estilo. E, assim, na década de 1970 a terminologia esporte da vaquejada começou a ser difundida e a adjetivação de mourão passa a ser cada vez menos utilizada. Alves (1986) foi um dos primeiros a registrar o termo como indicativo de que havia surgido um novo gênero da vaquejada, agora um evento também produzido por citadinos à medida em que a realidade urbana cada vez mais se concretizava no interior do Nordeste brasileiro.

De acordo com os registros nos documentos encontrados, embora essas manifestações culturais sejam originárias de práticas populares ligadas ao ofício do ser vaqueiro, de certa forma desde sempre houve a apropriação delas por iniciativas privadas. Nas entrelinhas da história até aqui relatada não é difícil perceber que a apartação e a derrubada do boi, a princípio apenas parte do trabalho do vaqueiro, aos poucos ganharam ares de festa e passaram a ser promovidas pelos grupos de vaqueiros e posteriormente também por fazendeiros. Surgem aqui as primeiras pistas de corrida, rudimentares, com cercas de madeira e arame, mas que posteriormente deram origem aos primeiros parques de vaquejada.

As pequenas festas de vaqueiros começaram a ganhar conhecimento também daqueles que não viviam no campo, passou a despertar interesse em lideranças e políticos locais que viam oportunidades de visibilidade na promoção delas (Vargas e Neves, 2009; Santos, 2018; Santos e Vargas, 2020). Tais práticas culturais expandiram-se para além do campo, os desfiles dos vaqueiros ganharam as ruas e as praças das cidades (Castro, 2012). Com o advento das primeiras grandes festas de vaqueiro, a iniciativa privada e seus grupos de empresários iniciaram as primeiras parcerias que começaram a ganhar destaque no ramo do entretenimento. As parcerias aconteciam e continuam acontecendo entre os próprios empresários, mas também entre eles e a esfera pública administrativa. E em um período mais recente emerge a consolidação dos alegóricos parques de vaquejada.

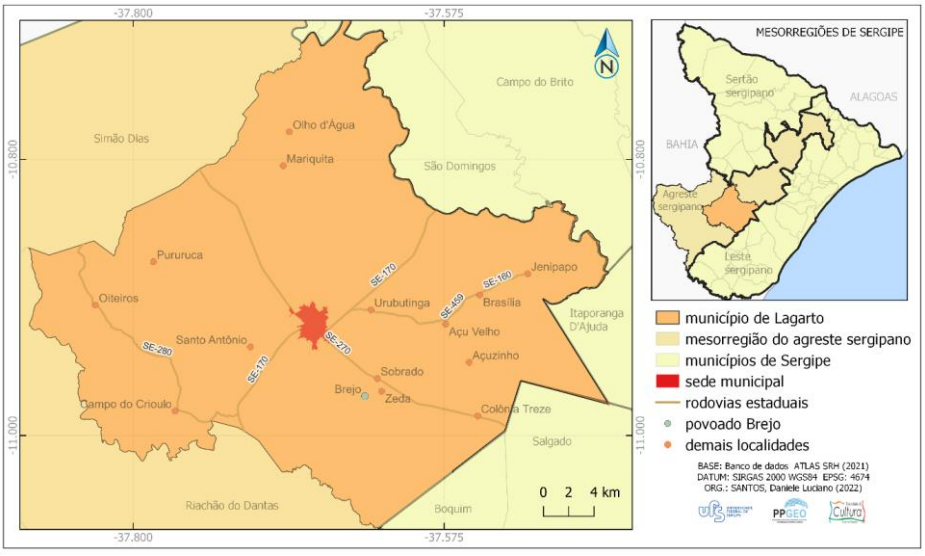
A vaquejada de mourão conhecida a partir de então como o esporte da vaquejada gradativamente ganhou uma dimensão econômica que movimenta a renda não somente atrelada aos prêmios destinados aos vaqueiros como também e principalmente lucros frutos dos investimentos feitos por grandes fazendeiros e empresários. Nesse contexto, Barbosa (2006) afirma que na década de 1990 houve um crescimento exponencial do capital nesse ramo, visivelmente notado com o surgir dos grandes parques que não mais se resumem a uma simples arena com estacas de mourão, passou a oferecer infraestruturas para acomodar uma quantidade maior de público além de oferecerem shows com bandas regionais de forró.

Segundo Maia (2003) a vaquejada assumiu a constituição de um espetáculo feito por corredores para um público assistente. Definitivamente vem tornando-se o que Cascudo (1976, p. 27) já afirmava: “um esporte da

aristocracia rural". Derrubar boi deixou de ser apenas para aqueles que tinham essa prática ligada ao seu cotidiano, pela coragem e destreza, e passou a fazer parte de eventos de cunho econômico e cultural realizados em parques, muitas vezes localizados nas periferias urbanas, organizados por empresários e, ainda incorporados aos festejos cívicos por administradores públicos. Acrescenta-se ainda estarem inseridos no circuito mercadológico, tornaram-se uma indústria milionária, eventos rentáveis que movimentam fortunas em rendas e prêmios, sendo, portanto, de grande interesse econômico para os organizadores e participantes.

2. OS PARQUES DE VAQUEJADA DO MUNICIPÍO DE LAGARTO - SE

Ao percorrer caminhos, estradas e veredas, Sergipe é descoberto como um estado pequeno em extensão, mas grande em diversidade de realidades políticas, econômicas e culturais, sobretudo traduzida pelas coexistências e sobreposições das manifestações culturais com animais de montaria. O Sergipe, das pegas de boi no mato, é o mesmo que abriga o Complexo Equestre Haras Fábio José, um dos maiores do ramo no Brasil e o maior do Nordeste, que corresponde a aproximadamente 900 hectares (1.681 campos de futebol), sediado na Fazenda Senhor do Bonfim no povoado Brejo do município de Lagarto, localizado no Agreste sergipano (Mapa 1).



Mapa 1 - Localização do Município de Lagarto - SE

A propriedade pertence à família Barbosa há aproximadamente quarenta anos[5]. Atualmente os Barbosa se mantêm proprietários da rede de postos de gasolinas Petrox, na gerência de Noel Barbosa, bem como do complexo Fábio José, gerido pelo empresário Geraldo Majella Barbosa Prata.

O Complexo Equestre Fabio José reúne vários empreendimentos que se complementam, distinto por suas funcionalidades: no Haras Fábio José – HFJ é realizada a criação dos equinos da raça Quarto de Milha, a manipulação e a comercialização de sêmen de garanhões e éguas de linhagem, associado à criação e comercialização de pôneis; no Parque das Palmeiras ocorrem as competições de vaquejadas e provas de tambor; no Espaço Multieventos FJ Ringo acontecem os eventos como leilões e festas ancorado por lojas e restaurantes, entre eles a FJ Store que comercializa produtos personalizados da grife FJ e o parque de exposições inaugurado em outubro de 2022.

O empresário Geraldo Majella, desde o ano de 2020 faz parte do Hall da Fama da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha - ABQM. Ele construiu o complexo, fundou o local em homenagem *in memoriam,* ao seu filho primogênito, Fábio José e, de início, adquiriu os primeiros animais: um garanhão e três éguas no ano de 2007. Quando fundou o haras em 2012 já contava com pelo menos trinta éguas puras de linhagens especiais. Em uma entrevista cedida ao Portal Cavalus, Geraldo Majella declara que:

> Construímos uma estrutura já bem específica para desenvolver a raça, com laboratório para transferência de embriões, preocupamos em uma seleção mais específica com linhagens voltadas para o trabalho. E, quando vimos, estávamos com uma estrutura completa preparada, 63 baias de alvenaria, laboratório de reprodução, casa dos tratadores em cima das baias, redondel, lanchonete para 37 animais. Só que começaram a nascer os potros e precisavam de um lugar para doma. Como ia fazer uma pista, já fizemos do tamanho certo e de repente o Haras teve uma projeção espetacular, formando um dos parques mais completos não só para doma, mas também para competições, para tudo, Parque das Palmeiras. (MAJELLA, 2017, n.p.).

Segundo Majella (2017) o crescimento do complexo equestre tomou proporções anteriormente inimagináveis. Atualmente o Haras Fábio José é referência nacional no manejo e criação da raça Quarto de Milha, conta com uma tropa de animais de primeiríssima linha formada com as mais consagradas

[5] A propriedade, atualmente correspondente ao Haras Fábio José, foi herdada de Gentil Barbosa, antigo dono da rede de supermercados Gbarbosa, posteriormente vendida para o Grupo Cencosud S.A., uma rede de consórcio empresarial multinacional chilena.

genéticas da raça. É a casa de exemplares equinos campeões na vaquejada e na prova de tambor. A estrutura do haras conta com escritório, redondel para doma, pavilhão de preparação de potros, piquetes, lanchonetes, baias padrões, baias especiais para os garanhões, duchas, depósito de ração, depósito para acessórios de montaria, galeria de premiações, apartamento para funcionários, caminhão de transporte de carga viva, além do mirante do Cristo Redentor e a Capela de São Geraldo (Figura 10).



Figura 10 - Dependências do Haras Fábio José

Legenda: A - Escritório; B - Redondel para doma; C - Depósito de ração; D - Piquete; E - Pavilhão de preparação para potros; F - Baias padrões; G - Lanchonete; H - Depósito para acessórios de montaria; I - Galeria de premiações. Fonte: Anderson Cavalcanti, via Haras Fábio José, 2018.

O salão de coleta do sêmen do haras é estruturado de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, sendo que após a coleta, os espermatozoides e os óvulos são armazenados em câmara fria, resfriados à temperatura de 5ºC. As doses inseminantes produzidas no Haras Fábio José são vendidas para todo o país, porém as vendas são mais direcionadas para a região Nordeste e Sudeste, especialmente, para o estado de São Paulo. Por

mês são produzidas em média trinta e seis doses inseminantes, seus valores variam de acordo com a linhagem dos animais, e correspondem ao rendimento médio de um bilhão de reais/ano. (Figura 11).



Figura 11 - Laboratório de coleta de sêmen - Haras Fábio José
Fonte: Daniele Luciano Santos, 2022.

De fato, este é um mercado promissor e os números chamam atenção. Segundo Abib (2021), em março do ano de 2021, durante o 6º Leilão do Haras Fábio José realizado no Espaço Multieventos FJ Ringo e promovido pela modalidade *live*, o evento totalizou a receita geral de R$ 3.394.800,00. Cada um dos 34 animais exclusivamente da criação HFJ voltados para vaquejada, apurou em média o valor de R$ 94.023,53. Os potros mais caros, filhos do garanhão Throwin A Fit, foram comercializados pelos valores de R$ 295.200,00 e R$ 100.800,00, fêmea e macho respectivamente. O valor unitário da cobertura[6] bateu o recorde nesse mesmo leilão. Cada uma das coberturas do personagem principal do evento, o garanhão Throwin A Fit, foi levada pela cifra de R$ 39.600,00 e tornou-se a mais valorizada entre os reprodutores que estão em atividade no Brasil.

Além dos cavalos da raça Quarto de Milha, o haras possui na fazenda Bonfim, a criação de gado da raça nelore destinada ao corte. Estes animais são criados e vendidos para o comércio local, com destaque especial para o município de Itabaiana que, através do Frigorífico Serrano, é o principal

[6] A cobertura é o procedimento natural no qual um cavalo, garanhão não castrado, consegue emprenhar uma égua.

comprador atual. E, no ano de 2019, o haras começou o investimento na criação de pôneis, o valor de cada animal varia em torno de R$ 20.000,00 a R$ 40.000,00. O retorno financeiro dessa produção, comparado às demais, ainda é considerado incipiente porque segundo o administrador geral do haras, ainda estão conquistando mercado e premiações.

Como já mencionado, o Complexo Equestre Haras Fábio José iniciou as suas atividades com a reprodução dos animais. Posteriormente o crescimento da tropa direcionava a administração do Haras para outras necessidades. Diante disto, surgiu a ideia de construir um espaço destinado aos treinos, com o objetivo de preparar os animais para as competições. Isto levou a construção do que hoje corresponde ao Parque das Palmeiras, composto por duas pistas em padrão oficial, para prova de tambor e vaquejada, arquibancada coberta, camarote, cabines de locução, de filmagem, para juízes, boxes para 18 lojas, lavatórios azulejados para os cavalos em todo o parque, vestiários completos, farmácia veterinária, restaurantes, área de estacionamento de caminhões, entre outras locações (Figura 12).

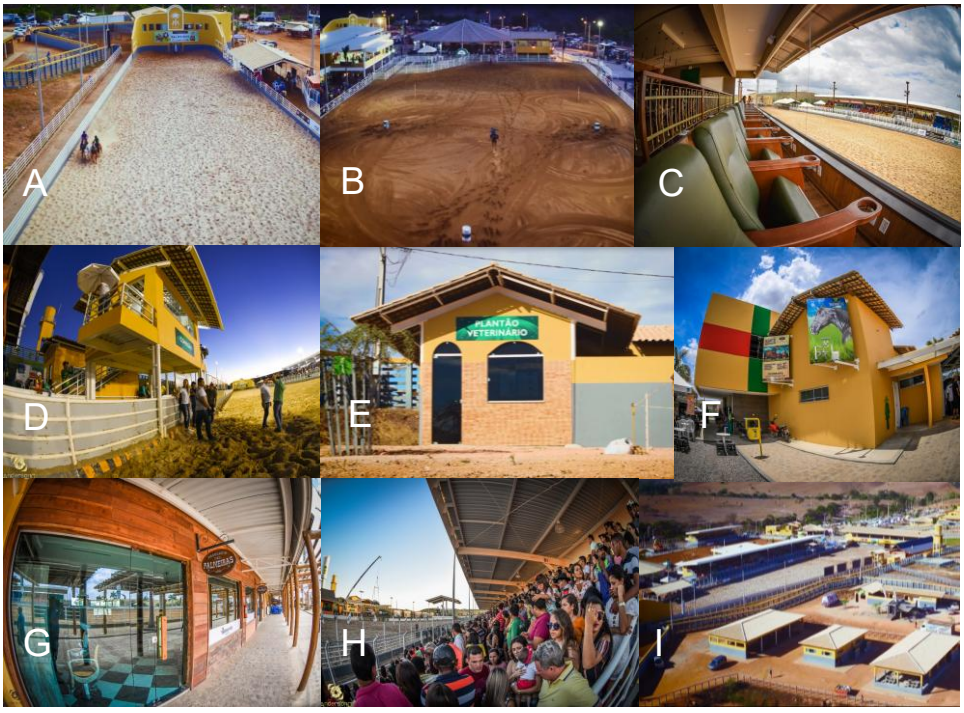


Figura 12 - Dependências do Parque das Palmeiras

Legenda: A - Pista de vaquejada. B - Pista de prova de três tambores. C - Espaço interno de um dos camarotes. D - Guarita para juízes. E - Plantão Veterinário. F - Restaurante. G - Centro comercial. H - Arquibancadas. I - Espaço dos competidores. Fonte: Anderson Cavalcanti, via Haras Fábio José, 2018.

Em 2017 foi inaugurada mais uma locação do complexo equestre, o Espaço Multieventos FJ Ringo. Leva esse nome em homenagem ao filho Fábio José e seu cavalo de estimação, Ringo. O espaço é um salão projetado para festas de grande escala, com capacidade para até 1.500 pessoas sentadas, climatizado, com toalhetes, estacionamento, baias para os animais ofertados nos leilões e alojamentos feminino e masculino (Figura 13).

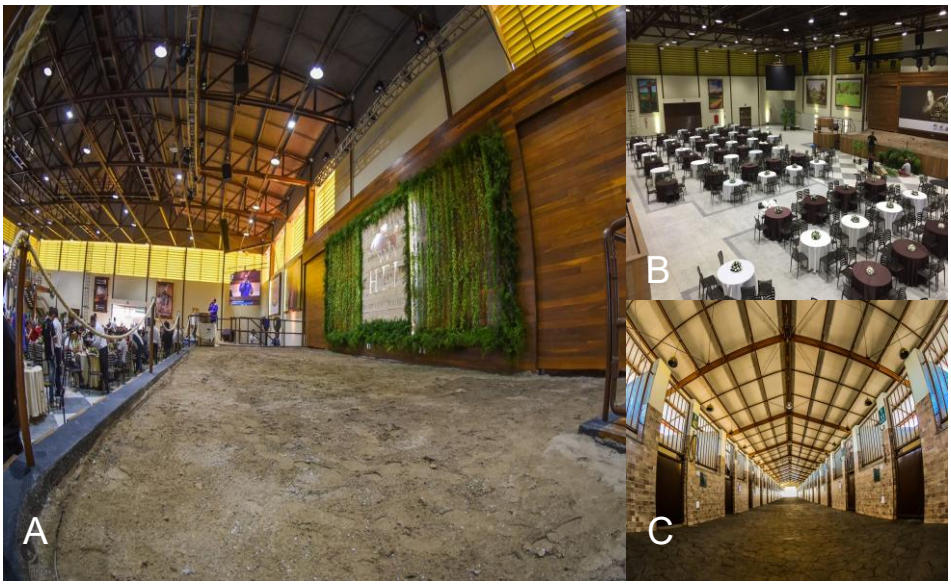


Figura 13 - Dependências do Espaço Multieventos FJ Ringo

Legenda: A - Espaço de apresentação dos leilões; B - Espaço interno; C - Pavilhão de Baias. Fonte: Anderson Cavalcanti, via Haras Fábio José, 2018.

No mesmo ano foi inaugurada a FJ Store anexa ao complexo, uma marca própria de moda equestre com vendas online e loja física. Os produtos estampam as iniciais FJ, os nomes dos animais de linhagem do haras, a paixão pelo Quarto de Milha e pelos esportes equestres. O complexo reúne, dentro das suas estruturas físicas, serviços que garantem uma experiência completa para empresários, produtores e criadores de animais, competidores de esportes equestres, pesquisadores e entusiastas do ramo (Figura 14).

Figura 14 - Dependências da loja FJ Store



Legenda: A - Fachada da loja; B - Espaço interno; C - Produtos à venda. Fonte: Anderson Cavalcanti, via Haras Fábio José, 2018.

Sem dúvidas, o complexo Fábio José combina o que há de mais moderno no mundo empresarial da produção e criação de animais de primeira linha. Inclusive, o progresso do empreendimento foi reconhecido oficialmente por meio do Decreto 424 de 20 de janeiro de 2016 emitido pela Prefeitura Municipal de Lagarto. De acordo com o decreto, o Parque de Vaquejada das Palmeiras é destinado à prática de esporte, ao lazer, ao turismo e à realização de atividades educacionais e culturais ao ar livre, está situado em área rural consolidada, tendo especial importância para o desenvolvimento socioeconômico da região. É um empreendimento com potencialidade de promover o fluxo de investimento ao município de Lagarto, bem como gerar a criação de considerável contingente de postos de trabalho na construção e posterior operação do empreendimento (LAGARTO, 2016). Isto é, o documento ressalta a importância socioeconômica do Parque das Palmeiras para o município, ao impulsionar não somente a economia por meio do turismo, bem como a movimentação, exploração e crescimento do comércio, o incentivo à geração de empregos e a valorização da cultura local.

O decreto impresso é destaque em uma das paredes da sala de premiações localizada na sede do haras. O mesmo recinto possui como simbolismo o orgulho do seu proprietário, ao resguardar objeto emblemáticos como troféus, medalhas, placas de homenagens, cópias de matérias de jornais estampando notícias relacionadas ao parque, acessórios usados pelos primeiros animais, quadros dos cavalos pintados à mão e até mesmo o martelo do primeiro arremate realizado no Espaço Multieventos FJ Ringo em novembro de 2017 (Figura 15).

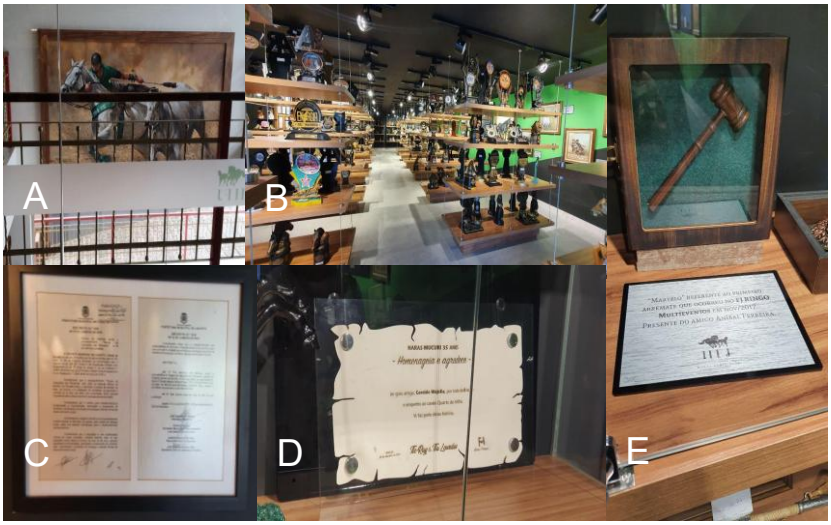


Figura 15 - Objetos da sala de premiações do Haras Fábio José

Legenda: A - Quadro no hall de entrada; B - Sala com as premiações; C - Decreto emoldurado; D - Placa de homenagem; E - Martelo do primeiro arremate. Fonte: Daniele Luciano Santos, 2021.

Como apontado pelo decreto mencionado, o empreendimento tornou-se um ponto turístico que movimenta o município de Lagarto e região, especialmente durante os fins de semana, quando grupos e famílias visitam a propriedade com paradas obrigatórias no monumento do Cristo Redentor e na capela a São Geraldo, onde alguns aproveitam para participar da missa celebrada aos domingos. (Figura 16).



Figura 16 - Monumentos turísticos do Haras Fábio José

Legenda: A - Capela de São Geraldo; B - Monumento do Cristo Redentor; C - Espaço interno do Haras; D - Parque Infantil; E - Praça comunitária; F - Praça do Vaqueiro. Fonte: Anderson Cavalcanti, via Haras Fábio José, 2018.

Os ambientes estruturais que compõem o complexo equestre possuem atributos para atrair e manter por mais tempo o público interessado, além de especialmente atender as demandas oriundas dos períodos de grandes eventos de competições, o maior deles a vaquejada. De acordo com o administrador do parque, a vaquejada ocorre durante dias com data definida apenas para o início, não possui limites de inscritos e por isso se estende até o último competidor finalizar a sua prova. O espaço, por exemplo, já foi locação de uma vaquejada que durou oito dias.

As competições das vaquejadas realizadas no parque são eventos de grande porte, recebem participantes e assistentes de todo o país, principalmente da região Nordeste. Por isso o empreendimento disponibiliza os seus espaços para instalação de *trailers*, barracas, caminhões e ônibus que servem de acomodação para os competidores e visitantes. A hospedagem dos participantes por vezes foi destacada como uma das maiores dificuldades para a organização dos eventos. O município de Lagarto não possui uma rede de hotelaria por esse motivo, por volta do ano de 2018, houve a tentativa de construção de um hotel de médio porte pertencente à família de Geraldo Majella, o Hotel Palmeiras. Porém, foi vendido para José Augusto Maratá, empresário local, proprietário da marca Grupo Maratá e grande investidor dos esportes equinos no município de Lagarto. A construção do hotel, situado na Rodovia Antônio Martins de Menezes, fica aproximadamente a 11 km do Parque das Palmeiras (Figura 17).



Figura 17 - Hotel das Palmeiras Município - Lagarto/ SE

Legenda: A - Construção do Hotel; B - Projeto original. Fonte: Semam Estruturas Metálicas, via Haras Fábio José, 2018.

Outro aspecto destacado é a rede de cooperação existente entre os diversos empresários, criadores de equinos, proprietários de parques e arenas de vaquejada. Essa rede possibilita a organização do calendário de eventos do

ramo, sem que ocorra a coincidência de datas e beneficie a participação e o lucro dos envolvidos durante o ano. Os eventos são fiscalizados pela Associação Brasileira de Vaquejada - ABVAQ, com o objetivo de garantir inscrições com valores equiparados, de acordo com os gastos com estrutura e premiações, bem como o bom trato com os animais.

É necessário enfatizar que o Parque das Palmeiras não é o único empreendimento do tipo no município de Lagarto que possui tradição no ramo pela quantidade de pistas de 'corrida de mourão', haras, arenas, parques, centros de treinamento para vaqueiros e equinos competidores. Um exemplo disto é o Parque Zezé Rocha situado na sede do município, no Bairro Cidade Nova, em funcionamento há pelo menos cinquenta e nove anos, pertencente ao empresário e ex-prefeito do município José Rodrigues dos Santos, popularmente denominado de Zezé Rocha. Além da sua trajetória política, é conhecido como um empreendedor de destaque por atuar em vários ramos empresariais, especialmente no segmento agropecuário que o levou à construção do parque de vaquejada que carrega o seu nome e atualmente abriga um dos maiores eventos do gênero no Nordeste brasileiro (Figura 18).



Figura 18 - Parque de Vaquejada Zezé Rocha município de Lagarto/ SE

Legenda: A - Entrada do parque; B - Acesso à arena de competições; C - Alojamento.
Fonte: Alisson Rocha, via Parque Zezé Rocha, 2018.

Sem dúvida, Lagarto encontra-se no *hall* da fama entre os municípios da região Nordeste que se destacam pela tradição da vaquejada de mourão. Esse segmento é facilmente impulsionado pela presença dos grandes parques que servem não somente como local para sua prática enquanto esporte, bem como atrair a inserção de iniciativas privadas que corroboram para a sua manutenção e estão diretamente ligadas à estruturação de uma rede que movimenta toda uma economia.

Destarte, a cultura da vaquejada é geradora de negócios, impulsionada e impulsionadora de uma cadeia produtiva, revela não somente os aspectos da apropriação simbólica enquanto cultura, patrimônio, identidade e memória como pode e é apropriada enquanto importante estratégia de desenvolvimento pela política e economia. Quanto ao município de Lagarto, a manutenção da tradição da vaquejada, a contribuição financeira que esses empreendimentos e seus eventos trazem para o local, demonstram como essa atividade cultural tem se fortalecido cada vez mais enquanto empreendimento lucrativo, embora isso não seja necessariamente atenuante da prática enquanto lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui desenvolvida demonstra como a vaquejada no município de Lagarto transcendeu suas raízes históricas advindas do trabalho cotidiano das apartações, para se consolidar como um complexo fenômeno socioespacial, econômico e cultural. A transição do ofício do vaqueiro para o "esporte da vaquejada" reflete a expansão da racionalidade urbana sobre o espaço rural, alterando não apenas as estruturas materiais de produção e entretenimento, mas ressignificando os símbolos, as memórias e as identidades associadas à pecuária em Sergipe e de modo particular no município de Lagarto.

Nesse cenário, Lagarto assumiu um papel de vanguarda em Sergipe ao articular tradição e modernização corporativa, trajetória ratificada com a oficialização do município como a Capital Nacional da Vaquejada (Lei Federal nº 14.930/2024). A coexistência de arenas tradicionais com empreendimentos de grande porte e alta tecnologia, como o Complexo Equestre Haras Fábio José, ilustra a força de uma cadeia produtiva milionária. Essa rede movimenta o melhoramento genético de equinos, o mercado de leilões, a moda equestre, o turismo e o comércio local, contando com o suporte de parcerias entre a iniciativa privada e o poder público.

Portanto, os parques de vaquejada em Lagarto constituem espaços nos quais o passado do vaqueiro com seu trabalha do campo e o presente mercadológico se entrelaçam. A prática preserva sua dimensão simbólica e identitária ao mesmo tempo em que se firma como uma sólida estratégia de desenvolvimento socioeconômico e turístico regional.

Diante da relevância conquistada por Lagarto no cenário nacional, projetam-se horizontes de consolidação e desafios centrais para o futuro dos parques de vaquejada no município. O crescimento contínuo dos grandes eventos exige a expansão contínua da infraestrutura urbana, garantindo suporte adequado ao grande fluxo de competidores e turistas, bem como atender a população residente no município. Também é importante pensar na sustentabilidade do setor no longo prazo que dependerá do aprimoramento contínuo das normas de fiscalização por entidades, assegurando a proteção e o manejo adequado dos animais, além da padronização competitiva. Um outro desafio premente reside no equilíbrio entre a dimensão mercantil do espetáculo e a salvaguarda da dimensão imaterial e do lazer comunitário da vaquejada. É essencial o fomento a políticas públicas de cultura que valorizem a figura do vaqueiro tradicional e os saberes populares locais.

Por fim, é recomendável a realização de estudos desdobrados que analisem a geração de empregos diretos e indiretos, o impacto socioespacial da expansão dos complexos equestres e as transformações na dinâmica urbana das áreas de entorno de grandes empreendimentos desse setor.

REFERÊNCIAS

ABIB, Abdalla Jorge. Leilão Haras FJ fica próximo dos R$ 3,4 milhões. In: **Portal Vaquejada**. Campina Grande: Assessoria de Imprensa No Galope, 2021. Disponível em: < https://www.portalvaquejada.com.br/noticia/throwin-a-fit-atingiu-o-valor-de-cobertura-mais-valiosa-entre-os-garanhoes-em-atividade-r-usd-39-6-mil > Acesso em 09 de setembro de 2022.

AIRES, Francisco Jânio Filgueira. **"Sob à luz da cultura e do negócio": vaqueiros e patrões nas vaquejadas contemporâneas no Rio Grande do Norte-RN.** 160 f. Doutorado em Ciências Sociais: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2018.

ALVES, Celestino. **Vaqueiros e Vaquejadas.** Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: 3ª ed., Editora Brasiliense, 1973.

BARBOSA, Eriosvaldo Lima. Valeu boi! **O negócio da vaquejada.** Universidade Federal do Piauí, Teresina: EDUFPI, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. **A vaquejada nordestina e sua origem.** Natal, Fundação José Augusto, 1976.

CASTRO, Jânio Roque Barros de. Concepções de festa, os sentidos do festejar e as dimensões socioeconômicas, culturais e lúdicas das festas juninas. In: **Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 39-84.

CHAGAS, Marcelo Déda. Conhecer, reconhecer e valorizar. In: **Sergipe: cultura e diversidade.** Salvador: Solisluna Design Editora, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

LAGARTO. **Decreto n. 424, de 20 de jan. de 2016**. Declara de interesse social o empreendimento "Parque de Vaquejada das Palmeiras". Lagarto: Prefeitura Municipal de Lagarto, 2016.

MAJELLA, Geraldo. Geraldo Majella Barbosa Prata: Uma história de paixão aos cavalos deixada pelo filho e o simples projeto de um Haras em sua homenagem, se transformou em um Centro Esportivo Equestre. [Entrevista concedida a] Verônica Formigoni. **Portal Cavalus**, 2017. Disponível em: < https://cavalus.com.br/modalidades/vaquejada/geraldo-majella-barbosa-prata/ > Acesso 08 de setembro de 2022.

MAIA, Doralice Sátyro. A vaquejada: de festa sertaneja a espetáculo nas cidades. **Geografia Leituras Culturais.** Goiânia: Alternativa: p.159-183, 2003

PEREIRA, Helyanna de Siqueira. **Pega de Boi no Mato.** Serra Talhada: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2019.

SANTOS, Daniele Luciano. **As sócio-espacialidades e ressignificações das cavalgadas - Itaporanga d'Ajuda/SE.** Orientadora Maria Augusta Mundim Vargas. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2018. 136 f.: il.

SANTOS, Daniele Luciano; VARGAS, Maria Augusta Mundim. Ressignificações de manifestações culturais com animais de monta em Sergipe. In: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda; DEUS, José Antônio Souza. **Novos usos do espaço rural e suas resiliências: transformações e ruralidades em Goias, Minas Gerais e Sergipe.** Aracaju: Criação Editora, 2020.

VARGAS, Maria Augusta Mundim; NEVES, Paulo Sérgio da Costa**. Inventário Cultural dos territórios de Sergipe e elaboração de um atlas da cultura sergipana.** Relatório. Seplan/SE: Aracaju, 2009.

Pastoril de Ilha das Flores (SE): cultura popular, memória e educação estética na comunidade

Edcley Vasconcelos Leite Serra[1]

Resumo

O presente artigo analisa o Pastoril de Santo Antônio, desenvolvido no município de Ilha das Flores, Sergipe, enquanto manifestação da cultura popular e possibilidade de educação estética para sua comunidade. A pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas realizadas com brincantes e espectadores do Pastoril. O estudo discute os processos de memória, pertencimento cultural, musicalidade, corporeidade e experiências sensíveis produzidas pela manifestação. Os resultados evidenciam que o Pastoril ultrapassa a dimensão do entretenimento, constituindo-se como prática educativa, espaço de fortalecimento identitário e resistência cultural. A pesquisa demonstra que o Pastoril promove experiências coletivas de afeto, sociabilidade e valorização das tradições populares nordestinas, especialmente no contexto comunitário de Ilha das Flores.

Palavras-chave: Pastoril; Cultura popular; Educação estética; Memória cultural; Sergipe.

Pastoril of Ilha das Flores (SE): popular culture, memory and aesthetic education in the community

Abstract

This article analyzes the Pastoril of Santo Antônio, developed in the municipality of Ilha das Flores, Sergipe, as a manifestation of popular culture and as a possibility of aesthetic education for its community. The research is based on a qualitative approach using bibliographic review and semi-structured interviews conducted with performers and spectators of the Pastoril. The study discusses processes of memory, cultural belonging, musicality, corporeality and sensitive experiences produced by the manifestation. The results show that the Pastoril goes beyond entertainment, constituting itself as an educational practice, a space for strengthening identity and cultural resistance. The research demonstrates that the Pastoril promotes collective experiences of affection, sociability and appreciation of Northeastern popular traditions, especially in the community context of Ilha das Flores.

Keywords: Pastoril; Popular culture; Aesthetic education; Cultural memory; Sergipe.

[1] Licenciado em Teatro e Mestre em Culturas Populares pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisador das culturas populares, do teatro, da psicanálise e da educação estética. Integrante do grupo de pesquisa em educação patrimonial e culturas populares – CAPES e integrante da comissão sergipana do folclore. E-mail: edcley.dvasconcelos@gmail.com.

Introdução

As manifestações culturais populares constituem importantes espaços de preservação da memória coletiva, transmissão de saberes tradicionais e fortalecimento das identidades culturais brasileiras (ARANTES, 1981; ABIB, 2015). Entre essas manifestações encontra-se o Pastoril, folguedo tradicional nordestino marcado pela musicalidade, teatralidade, dança, oralidade e participação comunitária.

Historicamente relacionado às festividades natalinas e às representações religiosas cristãs, o Pastoril desenvolveu-se no Nordeste brasileiro incorporando elementos populares, profanos e comunitários ao longo do tempo (SILVEIRA, 2016). Sua estrutura artística envolve personagens, jornadas musicais, danças coreografadas e disputas simbólicas entre os cordões azul e encarnado.

No estado de Sergipe, especialmente em pequenas cidades do interior, o Pastoril permanece como importante prática cultural ligada às memórias afetivas da população. Em Ilha das Flores, município localizado na região do Baixo São Francisco sergipano, o Pastoril de Santo Antônio destacou-se como experiência artística e comunitária capaz de promover pertencimento social, valorização cultural e experiências estéticas compartilhadas.

O presente artigo objetiva analisar o Pastoril de Santo Antônio, de Ilha das Flores (SE), enquanto manifestação da cultura popular e possibilidade de educação estética para sua comunidade. A pesquisa busca compreender como a manifestação produz experiências de memória, identidade, sensibilidade e participação coletiva.

O trabalho deriva de parte do terceiro capítulo da dissertação de mestrado do autor, ampliando reflexões acerca da relação entre cultura popular, corpo, musicalidade e formação estética. O estudo dialoga com autores como Vieira (2010), Pessoa (2012), Cascudo (2012), Bezerra e Lemos (2013) e Nóbrega e Vieira (2011).

1. Cultura popular e experiência estética

A cultura popular constitui importante campo de produção simbólica, memória social e resistência cultural. Segundo Laraia (2001), a cultura corresponde ao conjunto de práticas, conhecimentos, crenças e experiências produzidas historicamente pelos grupos sociais.

Nesse contexto, as manifestações populares representam formas coletivas de produção cultural capazes de preservar tradições, fortalecer identidades e transmitir saberes entre gerações. Para Canclini (1990), as

culturas populares dialogam constantemente com os processos históricos e sociais, reinventando-se diante das transformações contemporâneas.

Abib (2015, p. 108) afirma que “a cultura popular constitui espaço de resistência e reinvenção das identidades coletivas”. Tal perspectiva permite compreender o Pastoril enquanto manifestação cultural que articula memória, pertencimento e experiências estéticas comunitárias.

A experiência estética relaciona-se à sensibilidade, à imaginação e às emoções produzidas pelas experiências artísticas e culturais. Vieira (2010) compreende que o Pastoril educa o corpo e a sensibilidade por meio da dança, da música e da convivência coletiva.

Dessa maneira, o Pastoril não pode ser compreendido apenas como entretenimento, mas como prática cultural capaz de produzir experiências educativas, afetivas e identitárias.

2. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas realizadas com brincantes e espectadores do Pastoril de Santo Antônio, em Ilha das Flores (SE). Conforme Duarte (2004), a entrevista qualitativa permite compreender experiências subjetivas e sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas vivências.

O estudo também dialoga com Severino (2007), compreendendo a pesquisa científica enquanto processo interpretativo e analítico das experiências humanas e sociais.

As entrevistas buscaram compreender aspectos relacionados à memória cultural, pertencimento comunitário, musicalidade, corporeidade, educação estética e valorização das tradições populares.

Os participantes foram divididos em dois grupos: brincantes do Pastoril e espectadores da comunidade. Os relatos foram analisados a partir de abordagem interpretativa, considerando os sentidos atribuídos pelos sujeitos à experiência cultural vivenciada.

A pesquisa também utilizou registros fotográficos e observações das apresentações realizadas na cidade e na Comunidade Quilombola Bongue.

3. O Pastoril de Santo Antônio em Ilha das Flores (SE)

O município de Ilha das Flores localiza-se na região do Baixo São Francisco sergipano, distante aproximadamente cento e trinta e cinco quilômetros da capital Aracaju (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE, 2020). Sua formação histórica relaciona-se às atividades

agropecuárias e às tradições culturais populares preservadas pela população local (IBGE, 2022).

O Pastoril de Santo Antônio foi criado em 2019 a partir do grupo artístico e cultural “Alegria de Viver”, ligado à Igreja Matriz de Santo Antônio. A coordenação do grupo ficou sob responsabilidade de Joelma, enquanto os passos da dança foram ensinados por Poneza.

A primeira apresentação ocorreu em 05 de janeiro de 2019, durante as comemorações da epifania, na Praça Santa Luzia, localizada na Comunidade Quilombola Bongue.

Figura 1 – Apresentação do Pastoril de Santo Antônio na Comunidade Quilombola Bongue



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Embora recente enquanto grupo organizado, o Pastoril já fazia parte das memórias culturais da população ilhaflorense. Muitas das participantes haviam dançado Pastoril durante a juventude e reencontraram na manifestação experiências afetivas ligadas à infância e às tradições locais.

Nesse contexto, o Pastoril de Santo Antônio não representa apenas um espetáculo artístico, mas uma prática de reativação cultural e fortalecimento comunitário, demonstrando como as culturas populares atuam na preservação das memórias coletivas e das identidades sociais (CANCLINI, 1990; LARAIA, 2001).

4. Cultura popular, memória e pertencimento

As falas das participantes revelam que o Pastoril constitui importante espaço de pertencimento afetivo e valorização da cultura popular. Joelma, coordenadora do grupo, destaca que o Pastoril surgiu inicialmente a partir de uma reunião comunitária e que, gradualmente, as participantes passaram a criar vínculos emocionais com os personagens e com a própria manifestação.

Segundo Joelma (2022), havia “a alegria de querer dançar”, demonstrando o envolvimento afetivo construído durante os ensaios e apresentações.

Abib (2015, p. 108) afirma que “a cultura popular constitui espaço de resistência e reinvenção das identidades coletivas”, aspecto observado nas experiências compartilhadas pelas brincantes.

Os depoimentos revelam que o Pastoril atua como espaço de fortalecimento emocional e social. Francisca descreve a experiência como “um remédio”, ressaltando os benefícios emocionais produzidos pela dança, pela música e pela convivência coletiva.

As participantes também associam o Pastoril às memórias da infância e da juventude. Tonha afirma que o Pastoril “traz à memória” experiências vividas em outros momentos da vida, demonstrando a importância da manifestação na construção da identidade cultural da comunidade.

As narrativas indicam que a cultura popular não pode ser reduzida à dimensão do entretenimento, pois envolve experiências simbólicas, afetivas e sociais que fortalecem o pertencimento cultural (CUCHE, 1999).

5. Musicalidade, dança e experiência estética

A musicalidade constitui elemento central do Pastoril. As jornadas, os cantos e os instrumentos musicais organizam a dinâmica da apresentação e fortalecem a interação entre brincantes e espectadores.

Os relatos evidenciam que as músicas do Pastoril despertam memórias afetivas relacionadas à infância e às festividades tradicionais da cidade. Para Janiele (2022), “o som da música lembra a infância”, demonstrando como a musicalidade atua como elemento de memória coletiva.

A dança também ocupa papel fundamental na experiência estética do Pastoril, articulando corpo, emoção e sensibilidade por meio das práticas culturais populares (NÓBREGA; VIEIRA, 2011).

Vieira (2010, p. 87) afirma que “o Pastoril educa o corpo pela alegria, pelo riso e pela experiência estética compartilhada”.

Figura 2 – Cordões azul e encarnado durante apresentação do Pastoril



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Francisca afirma que “a dança faz bem ao corpo” e que o Pastoril possibilita experiências de alegria e transformação emocional.

As cores dos cordões azul e encarnado também exercem forte impacto simbólico e visual. Cristina destaca a importância das cores enquanto elemento de identificação do Pastoril, lembrando as torcidas e disputas simbólicas existentes durante as apresentações realizadas antigamente.

Além disso, a manifestação promove experiências coletivas de contemplação estética. Os figurinos, os cantos, os movimentos e os elementos cênicos produzem uma experiência artística compartilhada entre comunidade e brincantes.

6. O Pastoril enquanto educação estética

A educação estética refere-se aos processos formativos relacionados à sensibilidade, à arte, à imaginação e às experiências culturais. Nesse sentido, o Pastoril constitui importante espaço educativo, pois promove aprendizagens relacionadas ao corpo, à convivência coletiva, à memória e à identidade cultural.

Santana (2019) afirma que a educação estética possibilita formas de formação humana mediadas pelas experiências artísticas e culturais.

As entrevistas realizadas evidenciam que o Pastoril contribuiu para processos de transformação subjetiva das participantes. Joelma afirma que a manifestação ajudou a superar sua timidez, enquanto outras brincantes destacam sentimentos de liberdade, autoestima e alegria proporcionados pela dança e pela participação no grupo.

Para os espectadores, o Pastoril também exerce função educativa. Dadinha ressalta que a manifestação modificou o comportamento do público durante as apresentações, estimulando atitudes de respeito, valorização cultural e participação comunitária.

Janiele destaca que o Pastoril contribui para ampliar o conhecimento sobre cultura e formação social, permitindo reflexões acerca da identidade cultural nordestina e da importância da preservação das manifestações populares.

Diderot (2000) compreende que os processos educativos não se restringem aos espaços formais de ensino, podendo ocorrer através das experiências culturais, artísticas e sociais.

Os relatos também evidenciam o potencial intergeracional da manifestação. Crianças, jovens, adultos e idosos compartilham experiências culturais durante os ensaios e apresentações, fortalecendo processos de transmissão de saberes tradicionais.

A aprendizagem ocorre por meio da convivência, da oralidade, da musicalidade e da experiência sensível. O corpo, a dança, a música e a teatralidade tornam-se instrumentos pedagógicos capazes de produzir experiências de formação humana.

Além disso, o Pastoril fortalece práticas de inclusão social e participação comunitária. Muitas das participantes relatam sentimentos de acolhimento e valorização pessoal, demonstrando que a manifestação funciona também como espaço de fortalecimento emocional e social.

Figura 3 – Participação comunitária durante apresentação do Pastoril



Fonte: Acervo do autor, 2022.

7. Resistência cultural e valorização das tradições populares

O Pastoril de Santo Antônio representa importante forma de resistência cultural diante dos processos contemporâneos de invisibilização das manifestações populares tradicionais (SANTOS, 2009).

As participantes destacam que o Pastoril contribui para manter vivas tradições que fazem parte da história local. Muitas brincantes afirmam que a manifestação rememora experiências vividas durante a juventude, fortalecendo sentimentos de pertencimento cultural e continuidade histórica.

A manifestação também fortalece vínculos comunitários e amplia os espaços de sociabilidade. Os ensaios e apresentações tornam-se momentos de encontro, troca de experiências e fortalecimento das relações afetivas entre os moradores da cidade.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização da terceira idade. Diversos espectadores demonstram admiração pela participação de mulheres adultas e idosas nas apresentações, reconhecendo nelas experiências de protagonismo cultural, vitalidade e resistência social.

O Pastoril também atua como espaço de valorização da identidade nordestina. Suas músicas, figurinos, personagens e coreografias representam elementos tradicionais das culturas populares do Nordeste brasileiro.

Assim, o Pastoril constitui importante patrimônio cultural imaterial, representando práticas de resistência simbólica, fortalecimento comunitário e preservação das tradições nordestinas.

Considerações finais

O Pastoril de Santo Antônio, em Ilha das Flores (SE), constitui importante manifestação da cultura popular nordestina, articulando memória, musicalidade, dança, corporeidade e pertencimento comunitário.

A análise das entrevistas evidencia que a manifestação ultrapassa a dimensão do entretenimento, constituindo-se como experiência estética, educativa e afetiva para brincantes e espectadores.

A música, os personagens, os figurinos, as cores e os movimentos corporais produzem experiências sensíveis relacionadas à memória e à tradição. O Pastoril transforma-se em espaço de encontro entre gerações, possibilitando a transmissão de saberes populares e a preservação da cultura local.

Além disso, a manifestação atua como espaço de educação estética, favorecendo aprendizagens relacionadas à convivência, à sensibilidade, à arte e à valorização das culturas populares.

A pesquisa evidencia também que o Pastoril constitui importante forma de resistência cultural frente aos processos de invisibilização das manifestações populares brasileiras.

Dessa maneira, compreender o Pastoril de Ilha das Flores significa reconhecer a importância das manifestações culturais populares enquanto espaços de memória, resistência, produção de conhecimento e formação estética. Valorizar essas tradições representa fortalecer a diversidade cultural brasileira e reconhecer as culturas populares enquanto patrimônios vivos da memória social nordestina (ABIB, 2015).

Referências:

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. Cultura popular e contemporaneidade. ***Patrimônio e Memória***, São Paulo, UNESP, v. 11, n. 2, p. 102-122, jul./dez. 2015.

ARANTES, Antonio Augusto. ***O que é cultura popular***. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Municípios e economia: Ilha das Flores. Aracaju, 2020. Disponível em: <https://al.se.leg.br/municipios-e-economia-ilha-das-flores/>. Acesso em: 09 set. 2022.

AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignez Novais (org.). ***Metodologia para a pesquisa das culturas populares:*** *uma experiência vivenciada*. Crato: Edson Soares Martins, 2015.

BEZERRA, Aline da Silva; LEMOS, Flávia. Gênero na lapinha: uma dança de tradição religiosa. ***Mandrágora***, v. 19, n. 19, p. 63-73, 2013.

CANCLINI, Néstor García. ***Culturas híbridas:*** *estratégias para entrar e sair da modernidade*. México: Grijalbo, 1990.

CASCUDO, Luís da Câmara. ***Dicionário do folclore brasileiro***. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

CUCHE, Denys. ***A noção de cultura nas ciências sociais***. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. ***Educar em Revista***, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

IBGE. História: Ilha das Flores Sergipe – SE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/ilha-das-flores/historico>. Acesso em: 09 set. 2022.

LARAIA, Roque de Barros. ***Cultura:*** *um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. ***Fundamentos de metodologia científica***. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NÓBREGA, Terezinha Petrúcia; VIEIRA, Maria da Silva. Um corpo lírico: elementos para compreender o pastoril como fenômeno estético, poético e cultural. ***European Review of Artistic Studies***, v. 2, n. 2, p. 13-30, 2011.

PESSOA, Dirceu Horta. ***Jornadas de pastoril***. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES. História do município: Ilha das Flores. Disponível em: <https://ilhadasflores.se.gov.br/>. Acesso em: 09 set. 2022.

SANTANA, Christine Arndt de. A educação dramática como possibilidade a uma formação estética e, por esta razão, formação cidadã: pedagogia do teatro e Diderot. ***Revista de História da UNIABEU***, Recôncavo, v. 10, n. 16, p. 74-92, jan./jun. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. ***Revista Direitos Humanos***, Brasília, n. 2, p. 10-18, jun. 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. ***Metodologia do trabalho científico***. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, Maria do Socorro. Antecedentes portugueses dos bailes pastoris natalinos do Brasil. Ministério da Cultura; **Fundação Biblioteca Nacional – Programa Nacional de Apoio à Pesquisa**, 2016.

VIEIRA, Maria da Silva. ***Pastoril:*** *uma educação celebrada no corpo e no riso*. 2010. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

ZAMBONI, Silvio. ***A pesquisa em arte:*** *um paralelo entre arte e ciência*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

O HOMEM DA NATUREZA E A ECONOMIA DO SERTÃO

Manoel Ribeiro Andrade[1]

Resumo: Este texto analisa a ótica do naturalista Antonio Moniz de Souza sobre a economia do interior do Brasil, no início do século XIX. Busca, no estudo do documento Representação Dirigida ao Corpo Legislativo, escrito em 1832, e na obra Viagens e Observações de um Brasileiro, publicada em 1834, compreender as relações existentes entre o autor, a agricultura e a sociedade interiorana, atentando para o processo de construção da identidade do Homem da Natureza, de Antonio Moniz de Souza como agricultor. Para tanto, vale-se da narrativa biográfica e das categorias "espaço de experiência" e "horizonte de expectativas" para justificar, a partir de suas memórias, o seu lugar de observação diante do mundo que se descortinava aos seus olhos.

Palavras-chaves: Agricultor. Antonio Moniz de Souza. Economia do Interior.

The Man of Nature and the Economy of the Hinterland

Abstract: This article examines the perspective of the naturalist Antonio Moniz de Souza on the economy of Brazil's interior during the early nineteenth century. Drawing on the analysis of the document *Representação Dirigida ao Corpo Legislativo* (1832) and the work *Viagens e Observações de um Brasileiro* (1834), it seeks to understand the relationships between the author, agriculture, and inland society, with particular attention to the process through which the identity of the "Man of Nature" was constructed and to Antonio Moniz de Souza's self-understanding as a farmer. To this end, the study employs a biographical approach and mobilizes the analytical categories of "space of experience" and "horizon of expectations" in order to situate, through his memoirs, his position of observation in relation to the world unfolding before him.

Keywords: Farmer; Antonio Moniz de Souza; Economy of the Hinterland.

[1] Mestre em História e graduado em Licenciatura em História e em Letras Português/Inglês. Cursou pós-graduação em Didática e Metodologia do Ensino Superior, em História do Brasil, em Gestão de Políticas Públicas com Foco em Gênero e Raça e em Psicopedagogia. Atua como historiógrafo na Prefeitura Municipal de Lagarto e como professor de História do Ensino Médio na Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. É membro da Academia Riachãoense de Letras, Artes e Cultura e pesquisador da história e da cultura de Lagarto e de Riachão do Dantas.

1. INTRODUÇÃO

Este breve estudo analisa a ótica do naturalista Antonio Moniz de Souza sobre a agricultura do interior do Brasil em seu texto “Representação Dirigida ao Corpo Legislativo”, apresentado aos “Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação” no ano de 1832. Buscar-se-á, aqui, localizar o ponto de observação deste sobre o “Outro” agricultor e compreender esse universo de pertencimento do Filósofo da Natureza nas memórias descritas em sua obra “Tomo I - Viagens e observações de um brasileiro que desejando ser útil à sua pátria se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus patrícios, os três reinos da natureza, em vários lugares e sertões do Brasil oferecidas à nação brasileira”, publicada em 1834.

Não nos restringimos a esses limites temporais, de 1832 a 1834, pois, por vezes, foi preciso recuar ou avançar nesse intervalo para conhecer como se deu a construção do pensamento deste viajante, pouco conhecido. Trata-se de um personagem imprescindível para compreender o Brasil a partir de um olhar endógeno e particular, constituídos no interior das construções políticas, socioeconômicas e culturais de sua época, e fortemente marcado por experiências subjetivas.

Este estudo insere-se no campo da história cultural e da história das representações, mobilizando categorias analíticas da historiografia contemporânea para compreender a construção da identidade de Antonio Moniz de Souza e sua leitura da economia do interior do Brasil oitocentista. Para viabilizar a construção do percurso de vida de Antonio Moniz de Souza, fez-se uso das categorias “narrativa” e “enredo”, de Antoine Prost (2012) e de “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”, de Reinhart Koselleck (2012). Buscou-se, por meio dessa trajetória particular, apresentar um quadro mais amplo, contendo cenários, que articulam os elementos da narrativa: os enredos, os personagens, o tempo e o espaço, dentro dos limites da historiografia.

Mas o que a trajetória de um vaqueiro, comerciante, capitão de forasteiros, donato e naturalista, relativamente desconhecido, pode informar sobre a história? Como a descrição limitada pela memória, pelo tempo e pelo espaço de uma vida pode responder a problemas mais amplos como a economia do interior no início do século XIX? De que forma se dá o processo de construção destas identidades, num único sujeito e perante a coletividade? Quais razões levariam Antonio Moniz de Souza a se enxergar e ver o mundo como um agricultor? Tais questionamentos orientam a análise proposta e, para respondê-los, torna-se necessário examinar o pensamento de Antonio Moniz de Souza, traduzido na obra Viagens e Observações de um Brasileiro.

Este texto organiza-se em duas partes. Inicialmente, apresenta-se uma breve biografia do autor para perceber as razões de seu posicionamento sobre os acontecimentos que presenciou e protagonizou em seu "espaço de experiência", sem, contudo, deter-se em uma descrição exaustiva sobre o sujeito e os fatos. Em seguida, analisa-se o seu texto *Representação Dirigida ao Corpo Legislativo*, componente da obra *Viagens e Observações de um Brasileiro* para identificar esse "horizonte de expectativas" relativo à realidade da agricultura e dos agricultores brasileiros, buscando correlacionar as intersecções existentes entre Antonio Moniz de Souza, a economia e o Brasil.

2. O TRAJETO DO HOMEM DA NATUREZA

A escrita de trajetórias individuais continua pujante, sobretudo, neste contexto atual de fragmentação das referências morais e ideológicas, o qual, tende a olhar para as trajetórias de vidas pretéritas como referência interpretativa para compreender desafios do tempo presente. Neste sentido, a abordagem historiográfica voltada para a reconstrução da vida de personagens e coisas, individuais ou coletivas, para além de reveladora de mundos, tempos, espaços e enredos socioculturais, torna-se também objeto de aprendizagem histórica (SCHMIDT, 1997:3-4).

Nesta perspectiva, as narrativas individuais como a do inglês Menocchio, apresentada pelo ilustre historiador Carl Ginzburg (1987), ao descrever a peleja do moleiro contra os dogmas da Igreja no século XVI, parece elucidar para a criação de um referencial em prol daqueles que lutam contra as tiranias e a monopolização de valores e padrões morais. Da mesma forma, explicitou Santos (2008), num outro contexto, evidentemente, descrevendo as contribuições de um naturalista disseminador de saberes e usos das plantas medicinais, no início do século XIX, narrando a institucionalização das práticas de cura, busca pelo conhecimento e a exploração econômica das riquezas naturais do Brasil, através dos escritos, atividades e trajetória de Antonio Moniz de Souza.

Essa reação à história tradicional levou uma geração de historiadores a atentarem para o papel dos indivíduos nas construções das relações sociais (CHARTIER, 1994, p.102). A partir destas premissas, apresentaremos aqui, então, uma outra faceta deste aventureiro, também optando por enveredar pelas trajetórias de vidas comuns, vistas sob uma abordagem analítica da "história vista de baixo" (THOMPSON, 1998).

Iniciemos este itinerário na Capitania da Bahia, no ano de 1807, embarcando com uma tropa do exército lusitano rumo a Portugal, na tentativa de combater o invasor francês. Seguiremos nesta nau ao lado de um tripulante

ufanista, Antonio Moniz de Souza, junto a sua experiência de agricultor e comerciante, porém, até a costa pernambucana, porque um trágico naufrágio provocou alterações decisivas em sua trajetória, contribuindo para a constituição do "Filósofo da Natureza". Continuaremos a viagem posteriormente, em outra embarcação, junto a este personagem até o convento franciscano de Santo Antônio, onde iremos visualizar a permuta de uma patente de Capitão de Ordenança pelo hábito de um donato, de lá, voltaremos em 1812, com o mesmo sujeito, para o nosso ponto de partida, agora já na condição de botânico, para, através de seus olhos e escritos, conhecer o Brasil sob uma lente particular.

Antonio Moniz de Souza, nasceu nas margens do rio Real de Nossa Senhora dos Campos, termo da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, em 1782, na então Capitania de Sergipe D'el Rey, subordinada à Capitania da Bahia. Rebento de uma família de agricultores, cujos progenitores foram Domingos de Souza e Oliveira e D. Vitorina Francisca Abreu Leite[2], fora criado dentro dos costumes da época e teve que abdicar dos estudos ainda cedo em favor da lida campestre. Por alguns anos cuidou da fazenda de gado de seu pai, experiência marcante em sua trajetória de vida, até que de vaqueiro veio a se tornar um comerciante renomado (EDELWEIS, 2000, p. 26).

Durante a pujança de sua vida comercial deparou-se com o afamado sargento-mor da praça da Bahia, Bento José de Oliveira, e seus capangas, que parecem ter comprometido os seus negócios. Neste tempo, foi nomeado Capitão dos Forasteiros[3] e passou a atuar na região de Lagarto, com êxito, contra os facinorosos, grupos armados, associados a autoridades da capital que buscavam se apropriarem dos bens das regiões interioranas e subjugar suas populações (EDELWEIS, 2000, p. 27).

No ano de 1807, após ter comprometido seus recursos e sua saúde contra os opressores e amparado numa boa campanha de Capitão de Forasteiro, resolveu seguir carreira ingressando nas tropas baianas a caminho de Recife, rumo a Portugal, para combater o invasor francês, em defesa dos interesses do Reino. Uma tempestade no percurso acaba mudando os rumos da história deste famigerado e jovem capitão; o naufrágio na costa pernambucana de Itamaracá inviabilizou um sonho militar. Aquele incidente acabou deixando-o com sequelas; surdo, foi excluído dos padrões exigidos na empreitada ufanista. Diante da contrariedade, segue numa embarcação rumo ao Rio de Janeiro, conduzida por circunstâncias adversas. Naquelas

[2] A data de nascimento de Antonio Moniz de Souza está embasada na sua declaração ao conde de Arcos, em 1817, quando ele próprio, afirma ter trinta e tanto anos (SOUZA, 2000, p. 27). Estas datas foram retificadas nas biografias elaboradas por Sacramento Blake (1883), Guaraná (1925) e Lima (1971:229), as quais revelaram os nomes de seus progenitores.

[3] Em alguns documentos é tratado como Capitão de Ordenanças (SANTOS, 2008, p. 35)

circunstâncias, inválido e desprovido de recursos, resolveu entrar como leigo no convento franciscano de Santo Antônio, onde viveu três anos (ARAÚJO, 2000, p. 7).

O ofício religioso não estava em seus planos, mas era uma possibilidade de superar suas frustrações e aproximar-se do conhecimento, interrompido pela sua condição campestre, comercial e militar. Enquanto esteve no convento, viveu ao lado do Provincial Fr. Antonio de S. Ursul Rodavalho, com o qual esteve em missão na província de São Paulo, e conviveu com o reconhecido Frei José Mariano da Conceição Veloso[4], do qual herdou os conhecimentos de naturalista e suas preciosas leituras (SOUZA, 2000, p. 28).

Insatisfeito com as privações religiosas, após ter prestado serviços de enfermeiro e porteiro, deixou o donato em 1812, regressando a Bahia. A partir de então passou a sobreviver dos ensinamentos aprendidos no convento de Santo Antônio, o encontro com Frei Veloso teria mudado os seus rumos, passou a ganhar a vida como botânico, viajando pelas matas do recôncavo, recolhendo ipecacuanha e ervas medicinais a fim de fornecer aos médicos e farmacêuticos da Bahia (SOUZA, 2000, p. 28), tendo recebido o apoio de ilustres liberais, a exemplo do Dr. Lino Coutinho e do Conde de Arcos que financiaram suas expedições pelo interior da capitania (ARAÚJO, 2000, p. 8).

Sua primeira expedição, fora realizada em 1817, seguia rumo aos sertões baianos por Cachoeira de S. Estevão de Jacuípe, Comissão, Orobó e Jacobina. Desta regressou com copiosas coletas e observações, tendo-as apresentado ao Conde de Arcos e adquirido reconhecimento dele e do Dr. Sebastião Navarro. No ano seguinte, em 1818, retornou aos sertões da Bahia e a Sergipe em expedição, agora apoiada pelo Conde de Palma e valorizado por ele, letrados da época - Sr. Dr. José Lino Coutinho, Sebastião Navarro de Andrade, João Ramos, Antônio Ferreira França, Silveira Lopes - e outros cirurgiões e farmacêuticos, com exceção do Dr. Paiva , pelo qual desenvolveu notável ojeriza (SOUZA, 2000, p. 44-45). [5]

---

[4] Naturalista de formação autodidata, realizada na própria colônia, em paralelo a religiosa. Esteve à frente, entre 1799 e 1801, na casa Literária do Arco do Cego, em Lisboa, por onde publicou obras sobre agricultura, navegação e medicina. Ingressou no grupo de letrados da época, sobretudo, após ter atendido as solicitações do governo português, promovendo expedições científicas responsáveis por enviar espécies de vegetais ao Museu da Ajuda e inventar grande parte da flora fluminense (SANTOS, 2008, p. 37).

[5] Dr. Paiva e Dr. Navarro eram encarregas de avaliarem as coletas de Antonio Moniz de Souza. Tendo aquele desconsiderado o trabalho do nosso viajante, este passou a alimentar uma certa antipatia pelo seu tratamento negligente, acusando-o até das rupturas com subscrições do Conde de Palmas (EDELWEIS, 2000, p. 45). O testemunho de Antonio Moniz de Souza leva-nos a entender que Paiva fazia oposição a Navarro e tendo estabelecido esta contenda com Antonio Moniz de Souza, buscando firmar seu espaço, face a institucionalização das práticas de cura no período,

Sua terceira investida, rumo ao Norte e com destino ao Pará, acertada em 1820, contou, apenas, com o apoio de alguns mecenas, mas fora interrompida no percurso, em julho de 1822, ainda no interior pernambucano, em virtude do advento da Independência (SOUZA, 2000, p. 28). Atendendo ao chamado patriótico, retorna a Sergipe no intuito de ingressar no exército pacificador, em 1823, reforçando o Batalhão do Imperador. Tendo sido rejeitado por todos os comandantes militares, em especial pelo general Labatut; considerado incapaz foi recusado como recruta e como enfermeiro e farmacêutico. Recolheu-se nas Matas de São João e aguardou a vitória, regressando a Bahia com o exército libertador (EDELWEIS, 2000, p. 28).

Mais uma vez interrompido devido à aquisição de uma moléstia no curso da viagem, passou por 13 meses enfermo. Retomou suas expedições em 1824, desta vez com destino ao Rio de Janeiro pelo litoral. Em fevereiro de 1826, deu notícias que estava em Jequitinhonha, entre 1827 e 1828 esteve desbravando os Campos de Goitacases. Acredita-se que Antonio Moniz de Souza ainda realizou outras incursões rumo aos sertões do Norte, nas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em 1850 (EDELWEIS, 2000, p. 27-28).

A partir de 1830, já estabelecido em Niterói, constituiu família, adquiriu um sítio e escravos; as obrigações familiares e a idade certamente concorreram para a diminuição das viagens, o aventureiro agora seguia os caminhos do pensamento, passando a dedicar-se às suas publicações[6]. Faleceu em 17 de setembro de 1857, após ter dado liberdade aos seus nove escravos, na chácara Santa Rosa (SOUZA, 2000, p. 29).

---

possivelmente o trabalho de Antonio Moniz de Souza tenha ganhado outra conotação (SANTOS, 2008).

[6] Após se estabilizar e constituir família, Antonio Moniz de Souza, já contando meio século, passou a partilhar suas anotações e conhecimento. Em 1834, publicou o "Tomo I - Viagens e observações de um brasileiro que desejando ser útil à sua pátria se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus patrícios, os três reinos da natureza, em vários lugares e sertões do Brasil oferecidas à nação brasileira" pela Tipografia Americana de I. P. da Costa. No ano de 1843, publicou "Máximas e Pensamentos (praticados por Antonio Moniz de Souza, o "homem da natureza" em suas viagens pelos sertões do Brasil desde 1812 até 1840. Publicado por um amigo), pela Tipografia Niteroiense, em Niterói. Doze anos depois da primeira, em 1846, publicou o Tomo II, escrito em 1824 – "Descobertas curiosas (que nos Reinos Vegetal, Animal e Mineral, por sítios e sertões vários das Brasílicas Províncias: Bahia, Sergipe e Alagoas, fez o capitão Antonio Moniz de Souza e Oliveira, natural da primeira, com uma breve descrição primordial do lugar do nascimento, e princípios de sua educação."[6] Oferecida ao Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil pelo Coronel Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. Para além destas obras acima apresentadas, faz outras duas publicações em periódicos: "Petição dirigida a S. M. I., no O Jornal Philantropo do Rio de Janeiro, em 08 de outubro de 1850 e "Tratamento da morféia pela casca da raiz de sucupira", no jornal O Correio Sergipense, em 08 de agosto de 1855 (LIMA, 1971, p. 227-231).

Ele não esteve alheio a isso tudo, apresentou seu ponto de vista posicionando-se como pequeno agricultor, patrício e naturalista autodidata. Defendeu personagens (escravos, mulheres e agricultores), criticou outros (ociosos, índios, ciganos, latifundiários, políticos e militares), falou sobre alguns temas (natureza, medicina, escravidão, costumes, violência, educação e economia do interior) e silenciou sobre outros. De seus escritos é possível extrair algumas temáticas expressivas, sobretudo, a respeito das sociedades do interior, da escravidão, da violência e desordem, do uso privado do poder político, dos entraves ao desenvolvimento da agricultura e da economia do interior e da guerra da independência.

3. O AGRICULTOR ANTONIO MONIZ DE SOUZA E A ECONOMIA DO INTERIOR

> Se os brasileiros tivessem um governo patriótico, ou se tivessem aquela civilização própria de um povo conhecedor dos seus interesses, já teriam com desvelo promovido a agricultura (...) (SOUZA, 2000, p. 176).

Esse texto evidencia a insatisfação de um profundo conhecedor da realidade agrícola brasileira diante das políticas públicas de sua época. A crítica de Antonio Moniz de Souza não se restringe à ausência de ações governamentais eficazes, mas também aponta para a fragilidade de uma consciência coletiva voltada à valorização da agricultura como base do desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, suas reflexões permitem compreender a agricultura não apenas como atividade econômica, mas como categoria estruturante de sua identidade social e de sua interpretação do Brasil. As obras de Antonio Moniz de Souza fornecem informações significativas para compreender o seu mundo e a sua ótica sobre os outros universos. Delas é possível extrair reflexões de um agricultor, de um nacionalista e de um botânico; é possível também conhecer os costumes, os lugares, a economia, a política e a cultura da época. O testemunho de Antonio Moniz de Souza apresenta uma visão sobre diferentes acontecimentos no Brasil, suas ações e seus pensamentos podem revelar muito mais que um personagem multifacetado, pode descortinar um mundo, mas nos interessa aqui, prioritariamente, esta dimensão agricultora do viajante naturalista, revelada na sua obra Viagens e Observações de um Brasileiro.

Entre as múltiplas dimensões identitárias de Antonio Moniz de Souza, uma contribuiu bastante para a sua identidade sociopolítica e cultural. Sua vida de agricultor fora imprescindível nesta construção, identificamos isso em dois momentos de seu discurso, no qual ele se reporta ao passado vivido como exemplificação da figura do bom senhor e agricultor, ao descrever a respeito "Do Péssimo Método na Criação dos Gados" e "Do Mau Método da Maior Parte dos Lavradores do Brasil".

> Meu Pai comprou uma fazenda e pôs nela vaqueiros, homens forros, cujo zelo, não surtiu aquele efeito que se esperava, e por isso foram lançados fora da fazenda, entrando em seus lugares escravos cativos de casa; porem debalde esperava meu Pai aumento naquela fazenda, pois em vez de prosperar, cada vez ia em diminuição, apesar de ter a fazenda todas as boas proporções para seu adiantamento. Havia já quatro para cinco anos que meu pai possuía esta fazenda e vendo a seu conhecimento que o atraso dela procedia da falta de um bom zelador , se resolveu a mandar-me para lá, e desde então tomou um vôo tão brilhante, que só no primeiro ano teve meu pai dobrado lucro do que em quatro anos que a fazenda foi administrada por pessoas estúpidas e sem zelo (SOUZA, 2000, p. 65).

> Para exemplo: meu pai tinha nas matas do Japão na Freguesia de N. S. dos Campos termo da Vila do Lagarto, província de Sergipe, uma roça e nela alguns escravos, e entre estes um pardo por nome Anastácio; grande calculista, porque tendo todos os outros as suas roças, os mais plantavam o que não podiam beneficiar, e por isso pouco ou nada colhiam, e ele calculava o seu trabalho de maneira tal , que, na terça parte do terreno , em que os outros colhiam três, colhia ele dez, sem maior fadiga, e plantando menos do que os outros ; mas o caso era que esse pouco era bem tratado, e por isso prosperava com vantagem; este pardo antes de contar 40 anos de idade forrou a mãe, a mulher com quem casou, e a si, além de que o seu tratamento era invejado por muitos livres madraços e frouxos , e os mais escravos nunca poderão fazei vantagem alguma (SOUZA, 2000, p. 172-173).

No dizer de Araújo (2000: 7) o “Botânico, viajante, Antonio Moniz de Souza continuou falando, pensando e agindo como um agricultor”, o campo estava enraizado na sua identidade. Evidenciamos em vários trechos de sua obra um profundo desagrado para com a ociosidade, a violência e a corrupção e tudo aquilo que a elas estivessem atrelados; a caça, a pesca, a criação de animais, o comércio e o emprego público (legislativo, executivo e judiciário), tendo inclusive condenando costumes comuns como o Entrudo e as Cavalhadas em favor do labor e do aproveitamento da mão de obra e dos recursos naturais do Brasil.

Nesta dimensão econômica e rural, ele foi de encontro à má administração agrícola do tempo e da mão de obra, criticando os inadequados métodos de se lavrar a terra, fabricar o tabaco, o açúcar e o aguardente; de se colher o olho da Copaíba e a Puaia, de produzir a farinha, armazenar o café e cultivar, colher e exportar o arroz. Falou da extração do sal sem esquecer-se de denunciar a negligência para com as plantas medicinais, batatas e o coco. Apoiou o controle do corte do Pau-Brasil e condenou a destruição das matas e florestas do Brasil, denunciando os péssimos métodos de criação de gados. Antonio Moniz de Souza falava ancorado em um universo de pertencimento.

Para ele o agricultor era o maior protagonista deste país, seja ele branco ou negro. Por isso perseguiu os ociosos: caçadores, pescadores, latifundiários, indígenas, ciganos, viciados, políticos e outros sujeitos. Condenou a escravidão, a violência e a opressão, seja ela política, doméstica ou trabalhista, reconheceu posteriormente a contribuição dos índios e dos religiosos, defendendo os negros, as mulheres e os agricultores. Destinou grande parte de sua obra para construir a imagem do bom escravo, e da figura técnica e moral do bom senhor e bom agricultor. Ainda sobre este último escreveu um texto intercedendo ao Corpo Legislativo por estes povos do interior.

Nesta representação expôs aos representantes da nação as causas do atraso brasileiro, pautando-se nas suas viagens e observações pelo interior do Brasil. No documento, questiona a falta de terra, os pesados impostos e a exploração das estruturas coloniais – distribuição desigual e o mau ou não uso da terra – expressa na condição dos arrendamentos, desfavoráveis aos pequenos agricultores pelos seus prazos curtos de arrendamento, inviabilidade da construção de benfeitorias (casas, armazéns, pastos e etc.) e impedimentos ao cultivo de gêneros de exportação como café e algodão. Segundo Antonio Moniz de Souza, “ a desgraça do Brasil chegou a seu auge! De sorte que havendo tanta terra para se cultivar e tão poucos braços para o fazer, tem a avareza de certos homens conseguido que sobrem agricultores e falte a terra!” (SOUZA, 2000, p. 118-120).

Antonio Moniz de Souza não poupou os políticos, apresentando seus horizontes de expectativas. Denunciou as negligências do império: as pontes quebradas, as habitações impróprias e a miserabilidade do interior. Nesta

reivindicação requereu aos deputados cumprirem seu dever de propor soluções em leis favoráveis ao desvalido agricultor brasileiro, que "esquecido e abandonado pelos políticos que regem os seus destinos acha sempre apoio nos férteis terrenos, e saudável clima, única âncora e amparo da nossa agricultura. Já não existiria Brasil se não estivesse apoiado em si mesmo porque os políticos não velam sobre a sua felicidade e interesses verdadeiros (SOUZA, 2000, p. 109).

O documento denuncia a contínua exploração latifundiária do Brasil pelas minorias, as quais detiveram as melhores e mais vastas terras, impedindo e limitando o acesso à terra aos agricultores. Quando permitidas, sob condições leoninas, condicionava os arrendatários a uma condição crescente de instabilidade que os impediam de acumular riqueza e de prover uma vida digna. Testemunha também a fragmentação do sistema colonial das sesmarias, o qual havia perdido a sua conotação colonizadora para significar concentração de terras nas mãos das elites poderosas que associadas aos comerciantes passaram a controlar a produção agrícola do interior, impondo-lhes as suas regras (créditos escassos, preços baixos e imposição da cultura do luxo), desviando os poucos recursos dos agricultores para as mãos dos comerciantes.

Assim como se posicionou perante a escravidão, também apresentou saídas pela situação precária da agricultura no interior. Defendendo que o único meio de melhorar a "agricultura depois de inspirar aos agricultores o amor do útil, é criarem-se caixas agrícolas para arrancar a lavoura das garras de um comércio sem civilização pouco zeloso dos interesses da Pátria, e despido de todo o bom sentimento" (SOUZA, 2000, p. 110).

Muitas razões concorreram para a mudança de pensamento de Antonio Moniz de Souza, antes defensor do Reino Português e do Império Brasileiro. Parece-nos que as negligências políticas e institucionais, sentidas e experimentadas de perto, tenham modificado sua trajetória, levando-o a reivindicar e posteriormente se recolher ao sossego familiar. Mas essas são questões para uma outra discussão, presentes na dissertação *Leituras de um viajante público (1812-1846): o homem da natureza brasileira, seus mundos e os outros.*

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, ao aproximar nossas lentes, evidenciamos o lugar de observação do viajante naturalista Antonio Moniz de Souza, em suas viagens e observações pelo interior do Brasil. Ele havia estabelecido sua perspectiva de análise a partir de um olhar de agricultor, entendido por

ele como o principal agente do desenvolvimento nacional. Esta identidade foi somada a várias outras e aperfeiçoada ao longo de sua trajetória, com base na interação pessoal e coletiva.

O fato é que ela definiu a sua forma de enxergar o outro e de ver a economia do interior, tendo demonstrado apreço e atenção pela manufatura, sobretudo pelo artesanato têxtil que se desenvolvia no centro da província da Bahia, e pelo bom manejo com a terra, as plantas e os animais. É justamente esta noção de pertencimento que justifica algumas iniciativas políticas de Antonio Moniz de Souza, sua atuação na esfera executiva - no ofício de capitão de forasteiro, agricultor e botânico – como agente da ordem em defesa das minorias e da disseminação das técnicas de produção e no âmbito legislativo, como cidadão protagonista e voz coletiva.

O botânico viajante diferenciou-se dos demais naturalistas e artistas estrangeiros que visitaram o Brasil ao distanciar-se do olhar exótico voltado para a exploração econômica e para a confirmação de suas hipóteses de pesquisa. Antonio Moniz de Souza esteve ao lado do Estado e das gentes do interior, “buscou na observação da natureza e da sociedade do interior as potencialidades e as alternativas para a cura das doenças, para o desenvolvimento da economia e para a regeneração das sociedades”, contribuições que considerava importantes para a construção da nova nação (ARAÚJO, 2000, p. 9), da identidade brasileira.

Ao situar Antonio Moniz de Souza como intérprete da economia do interior a partir de sua experiência agrária, evidencia-se a importância dos viajantes nacionais na produção de representações sobre o território brasileiro no século XIX, ampliando o campo interpretativo tradicionalmente dominado pelas narrativas de viajantes estrangeiros. O estudo do multifacetado perfil de Antonio Moniz de Souza apresenta-se, portanto, como chave interpretativa para compreender a leitura do espaço brasileiro oitocentista, na qual natureza, economia e sociedade são articuladas a partir da experiência sertaneja e de uma perspectiva interna sobre o Brasil e sua gente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Ribeiro. **Leituras de um viajante público (1812-1846): o homem da natureza brasileira, seus mundos e os outros**. 2017. 111 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. In: SOUZA, Antonio Moniz de. **Viagens e observações de um Brasileiro**. 3.ed. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 2000 [1834].

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel,1990.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida**. São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 2009.

EDELWEISS, Frederico. Antonio Moniz de Souza. In: SOUZA, Antonio Moniz de. **Viagens e observações de um Brasileiro**. 3.ed. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 2000 [1834].

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1976.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Governo de Sergipe: 1925.

KOSELLECK, Reinhart. **"Espaço de experiências" e "horizonte de expectativas": duas categorias históricas. In: Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto. Editora da PUC-RJ, 2006, p. 305-327.

LIMA, Jackson da Silva. **História da Literatura Sergipana**. vol. I. Aracaju: Livraria Regina LTDA, 1971.

PROST, Antoine. *Criação de enredos e narratividade*. In: **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 211-233.

SANTOS, Laura Carvalho dos. **Homens e natureza: saberes e usos de plantas medicinais a partir dos relatos do viajante Antônio Moniz de Souza. Salvador (1808-1828).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2008.

SCHMIDT, Benito. **Construindo biografias. Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos**. In: estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 9, 1997.

SOUZA, Antonio Moniz de. **Viagens e observações de um Brasileiro**. 3.ed. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 2000 [1834].

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das

““GUTE, GUTE, GUTE” – A TRAVESSIA DO SERTÃO PELA VOZ DE JOSÉ CATARINO: UMA ESCUTA SENSÍVEL DE HISTÓRIA ORAL ENTRE BAHIA E SERGIPE””

Willames de Santana Santos[1]

Resumo

O presente texto apresenta, de forma resumida, a narrativa oral de José Catarino Manuel dos Réis, agricultor e morador do povoado Podoroso, em Itabaianinha/SE, sobre sua travessia do sertão nordestino durante a grande seca da década de 1940. A partir da degravação da entrevista concedida ao autor, Catarino rememora a dura jornada de caminhar 22 léguas desde a Fazenda Maria Preta — onde trabalhava com o pai e o irmão, no município de Ribeira do Amparo, Bahia — até a casa de seus pais, no povoado Podoroso, em Itabaianinha, Sergipe. Em meio à caatinga devastada pela estiagem, Zé Catarino rememora encontros com onças, consumo de água lamacenta, alimentação improvisada e práticas de solidariedade sertaneja. Este artigo propõe registrar e refletir sobre essas memórias orais, compreendendo-as como fontes históricas e expressões de um saber popular de resistência que ampliam os caminhos da história local e regional. Mais que um simples relato, trata-se de um exercício de escuta e escrita da memória no qual a oralidade se converte em fonte e o cotidiano em história.

Palavras-chave: História Oral; Sertão; Memória; Oralidade; Seca.

“GUTE, GUTE, GUTE” – CROSSING THE BACKLANDS THROUGH THE VOICE OF JOSÉ CATARINO: A SENSITIVE LISTENING OF ORAL HISTORY BETWEEN BAHIA AND SERGIPE

Abstract

This text presents, in a summarized manner, the oral narrative of José Catarino Manuel dos Réis, a farmer and resident of the village of Podoroso, in Itabaianinha, Sergipe, regarding his crossing through the Northeastern Brazilian backlands during the great drought of the 1940s. Based on the transcription of the interview given to the author, Catarino recalls the harsh journey of walking 22 leagues from Fazenda Maria Preta — where he worked alongside his father and brother, in the municipality of Ribeira do

[1] Autor: Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialista em *Cultura Afro-Brasileira na Educação* e Especialista em *História da Arte* pela Educação em Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu, (UNIFOZ, Brasil). Mestrando em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Atualmente é professor de História da Rede Estadual de Educação de Alagoas. Fundador e Mentor do *Grupo de Pesquisa Histórica e Interdisciplinar Luiz Sávio de Almeida* (G.PHILSA) e Editor-Chefe da Revista Digital “DOCUMENTO HISTÓRICO” (DH). E-mail: willames.santos@professor.educ.al.gov.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0971257219535765.

Amparo, Bahia — to his parents' home in the village of Podoroso, in Itabaianinha, Sergipe. Amid the caatinga devastated by drought, Zé Catarino recounts encounters with jaguars, the consumption of muddy water, improvised food sources, and practices of backlands solidarity. This article aims to record and reflect upon these oral memories, understanding them as historical sources and expressions of a popular knowledge of resistance that broadens the paths of local and regional history. More than a simple account, this is an exercise in listening to and writing memory, in which orality becomes a source and everyday life becomes history.

Keywords: Oral History; Backlands; Memory; Orality; Drought.

Introdução

Existem histórias que não são encontradas nos arquivos, nos livros ou nas estatísticas oficiais. Histórias que sobrevivem apenas na voz cansada dos mais velhos, onde o desgaste da idade convive com a coragem e a resiliência de quem viveu. Histórias em que, entre o silêncio de uma lembrança e outra, surge o olhar penetrante e distante de quem rememora, enquanto fala, um passado vivido. Foi assim que ouvi a grande travessia do sertão[2] na voz de José Catarino Manuel dos Réis, sentado no alpendre de sua casa de taipa no povoado Podoroso, em Itabaianinha-Sergipe.

Escutá-lo não foi apenas realizar uma entrevista. Foi reencontrar fragmentos de histórias do território que também me constituiu. As casas de taipa, as estradas de barro, as olarias de tijolos e telhas, as cacimbas e os tanques de água clara do território que me viu nascer, tão bem narrados pela memória viva de Zé Catarino, fazem parte da geografia afetiva da minha própria vida. Não havia distância entre pesquisador e narrador: havia reconhecimento.

Enquanto ele falava sobre a fome, a sede e o medo das onças vividos na travessia da caatinga entre Bahia e Sergipe, eu não conseguia ouvir aquelas palavras como quem escuta um passado distante. Em sua fala, sensivelmente ouvida e metodicamente degravada neste artigo por meio de onomatopeias e palavras, eu quase podia sentir os medos que ainda atravessavam sua

[2] Considerando que José Catarino Manuel dos Réis declarou ter 14 anos quando realizou a travessia do Centro-Norte baiano até o atual povoado Podoroso, e que hoje possui 93 anos, é possível estimar que o deslocamento ocorreu por volta de 1946. Esse período se relaciona ao ciclo de secas da década de 1940, especialmente a seca severa de 1942–1943, cujos efeitos se prolongaram ao longo dos anos seguintes. Também coincide com a grande estiagem registrada entre 1947 e 1950, marcada pela escassez de alimentos, deslocamentos forçados e agravamento das condições socioeconômicas das populações sertanejas (IBGE, 1951; D'ALBUQUERQUE, 2003). Essa convergência cronológica reforça a hipótese de que a "Travessia do Sertão" narrada por Zé Catarino foi vivida no contexto desse ciclo de secas históricas, cuja memória permanece viva entre os sertanejos mais antigos.

memória. Era como se a qualquer momento um simples quebrar de galhos durante sua caminhada cansada pudesse despertar, ao longe, as famintas onças que povoavam a caatinga. Em outros momentos sua garganta parecia secar novamente, enquanto as lembranças o levavam de volta ao desespero da seca. Até o som de sua deglutição — o “gute, gute, gute” lento entre uma frase e outra — carregava o amargo alívio da sede vencida pela água bebida diretamente do tanque com água nada potável.

Imagem 1. José Catarino Manuel dos Réis aos 93 anos no alpendre de sua casa de taipa no Povoado Podoroso em Itabaianinha/SE.



Fonte: Acervo pessoal de Willames de Santana Santos - Registro fotográfico realizado em 22 de novembro de 2025.

Imagem 1. José Catarino Manuel dos Réis, aos 89 anos, em seu curral durante relato de histórias sertanejas.



Fonte: Acervo pessoal de Willames de Santana Santos - Registro fotográfico realizado em 20 de agosto de 2021.

Assim, a oralidade de Zé Catarino carrega algo que os documentos dificilmente alcançam: o peso da experiência humana. Seu relato não descreve apenas uma travessia física entre Bahia e Sergipe, mas uma travessia emocional marcada pela fome extrema, pela sede desesperadora e pela luta diária pela sobrevivência em meio à seca do sertão nordestino.

Metodologia

Registrar essa narrativa foi também um exercício de humanidade. Em muitos momentos, precisei silenciar, controlar minhas próprias emoções e me dedicar exclusivamente a participar do enredo narrado, ouvindo e gravando. Como observa Alessandro Portelli (1997), a História Oral não busca apenas registrar fatos, mas compreender os significados que os sujeitos atribuem às experiências vividas. Assim, mais importante do que verificar objetivamente cada detalhe da travessia é compreender o modo como ela permanece viva na memória, na emoção e na linguagem do narrador, o senhor José Catarino Manuel dos Réis.

A metodologia adotada na degravação da entrevista seguiu os princípios da descrição paralinguística ou contextual, tal como propõe Alessandro Portelli (1997), ao considerar que os significados das falas orais não se limitam às palavras ditas, mas também às pausas, entonações, risos, silêncios e gestos que acompanham a contação da História. Esses elementos, transcritos e anotados no texto aqui degravado, conferem densidade interpretativa à narrativa, revelando nuances afetivas e simbólicas do ato de contar.

Sob essa perspectiva, a narrativa de Zé Catarino também dialoga com as reflexões de Clifford Geertz (1989) acerca da interpretação das culturas, ao permitir compreender o sertão não apenas como espaço geográfico, mas como território simbólico, carregado de sentidos, memórias, crenças e experiências compartilhadas coletivamente.

A fala que caminha: memórias de Zé Catarino

> *Eu saí do sertão uma época cum Rogério meu irmão. Deu uma seca lá, cê num achava um dia de trabalho pur nada, de nada, nada, nem pá juntá bosta de galinha. Passemo quinze dia bebendo feijão. Bebendo feijão que ninguém achava trabaio e nem tinha cum que comprar farinha, ai eu saí mais Rogério de lá em jijuum!*
>
> *Vinte e duas léguas pá nêgo tirar na perna cum fome.*
>
> *Nós tiremo de lá pra cá: pow, pow, pow, pow. Lugar de onça...* (Sussurrou com a mão sobre a boca, como quem ainda temia acordar os ouvidos das onças escondidas na caatinga [grifo meu]).

Destá que nós toquemo de lá pra cá nesse cento de mundo do sertão em busca de Cipó.[3] *Na perna, de pé, nera muntado não, de pé! Você num usava um chinelo desse de pé que a areia dava na canela. Era de pé no chão. Eu tava cum 14 ano de idade e tocamo de lá pra cá.*

Dessa época que nós vinhemo de lá pra cá, tinha um lugar que era sete légua de trivissia de onça ("de que?", perguntei com a voz tropeçando entre o medo e a curiosidade [gripo meu]). *De onça! Trivissia de mata braba, você ia vê uma casa aqui e cum sete légua cê ia vê a ota.*

Cum sede, cum sede, cum sede, cum fome!

Nós fumava. Cadê o dinheiro pá comprar o fumo? Ninguém tinha.

*Aí toquemo nesse cento de mundo eu mais Rogério: pow, pow, pow, pow. Aí tem um lugar lá que chamava Lagoa do Soares, viu? Era uma lagoa mermo na estrada assim, den'do'raso assim (*mexeu as mãos no ar em direção ao chão como quem podia tocar a água [grifo meu]).

Até que nós cheguemo na boca da caatinga e tava cumo quem tocarum fogo. Cê num via uma fóia de mato, tava assim no chão ói, dos bicho cumé, tudo quanto era de fóia. Cum fome, macabira rasgada, mandacaru.

Nos toquemo a caminhar.

Ai cheguemo na casa de um véio que morava na boca da trivissia, ele tinha um tanquin in'redó da casa bem fundo.

[3] A referência à "busca de Cipó" indica que o narrador partiu de uma região mais ao noroeste do estado da Bahia, deslocando-se pelo interior sertanejo até alcançar o atual território de Itabaianinha (SE). O município de Cipó localiza-se na região Nordeste do Brasil, no estado da Bahia, integrando a mesorregião do Centro-Norte Baiano e a microrregião de Feira de Santana. Trata-se de uma área de transição entre o Recôncavo Baiano e o semiárido nordestino, marcada por clima quente e semiárido, com paisagens de caatinga e fragmentos de cerrado — características que ajudam a compreender o percurso narrado e o ambiente de origem do viajante.

Ôôôh meu pai do céu, ôôh, agora eu sufri mucho nessa vida! (Lamentou a penúria da seca [grifo meu]).

Cheguemo, chamemo:

— Ôh de casa!

Ele morava sozinho... (Sussurrou olhando para mim [grifo meu])

— Ôh de fora!

Aí saiu.

— O sinhó me dá um poco d'água?! (Perguntou ao senhor [grifo meu])

— Meu fio, eu vô dá um caneco po'cês dois! Só pá moiá as guela... que meu tanquin tá muito embaixo.

— Éh!

Entremo sete hora do dia na boca da trivissia. Ele pegou a água pá nois e disse:

— Meu fio, vão viajar hoje, agora? Cuidado, que esta noche as onças tavam virada aqui dento da mata!

Eu cum uma espingardinha, Rogério cum ota e toquemo o pé, toquemo o pé, toquemo o pé, toquemo o pé, toquemo o pé. Andemo base de quatro hora nós cheguemo na lagoa. Quando ôiémo o qui caçá, só tinha urubu e o gado tudo atolado dento da lama.

Carniça de cavalo, de jegue, de vaca véia. O resto da água da lagoa tava só lama 'lagrejando' de bicho de mosca, só via bubuiá e nós bebemo a água!

Bebemo a água meu fio! Bebemo a água! Pôde! Pôde! Pôde! Pôde, num tinha quem guentasse.

Nós cheguemo assim na lagoa, abrimo assim, tiremo assim, fizemo um buraquin assim, joguemo pra lá e prá cá e metemo a boca den'da água: gute, gute, gute, gute.

Quando você sortava um vento num tinha quem guentasse.

Sede!

Sede!

E um homem acumpanhando tudo do lado de lá, de cadeado, numa cerca da altura dessa capanga sentado na porta com um rifle na mão (apontou para uma roupa que estava em uma cadeira no último cômodo da casa [grifo meu]). *Botasse o pé ele atirava em você de lá.*

Aí descemo nesse mundo. Pow, pow, pow. Quando cheguemo nesse cento de mundo, tinha um veinho que nós dormia na casa dele, o véio chamava até Libano. Era umas ocho hora. Cum'a fome, agora era uma fome! Cheguemo e chamamo:

— Seu Libano! Seu Libano!

Ele já tava dormindo.

— Quem é?

— É o sertanêjo!

Quando ia pra lá durmia, quando vinha durmia. Ele já cunhecia nós.

Aí ele abriu a porta.

— Entre pra cá, meu fio. Trazem fome?

— Tamo seu Libano!

– Uma farinha veia seca...

Num trazia nada, a farinha seca pá beber sem água, sem nada.

Ele se levantó-se e ascendeu o fogo. Ai botó a panela no fogo, vú? Feijão cum jabá, dento! Um cheiro... (Respirou profundo como quem trazia o cheiro do feijão na memória [grifo meu])

Eu ôiéi pá panela e pensei:

— Eu como tudo! Cum dois dias e meio de fome!

Cum dois dias e meio de fome tem quem guente?

Aí ele botou o di'cumé, nós cumemo. Na hora que eu acabei de cumé esmuricí. Agora o suor caia: taki, tike, tiki, tuko, e me detchei numa esteira. Aí ele dichi:

— Vocês fumam?

— Fuma!

Ele me deu um fumo que você pegava o taco assim botava na mão e virava pólva, cum páia de mío. Tocava fogo e ascendia a barba. Vooupo! Êêêta!

Ai se detchêmo lá mais ele, durmimo. Quando foi tantas hora Rogério me chamou:

—Ôh Zé?

— Oi!

— Vamo?

Ele (seu Líbano [grifo meu]) *dichi:*

— Não meu fio, vão agora não. Agora num tá hora de viagem não.

Era um véio sabido, viu?

Ele dichi:

— Quando for a hora de vocês viajá eu chamo vocês.

— Tá certo! (Respondeu, levantando a mão como quem conversava com o próprio Líbano [grifo])

Também se aquetemo. Quando foi na base de quatro hora ele dichi:

— Ôh gente?

— Sinhó!

— Num tô mandando não, mas se vocês quiserem viajar agora pode viajar.

Ai nós toquemo, cum fome. Cumemo lá na casa dele de noite e toquemo cum fome. Ele deu um taco de fumo e toquemo: pow, pow, pow, pow, pow aí por dento do Saquin, Campo Grande, aí por dento de pé.

Quando você batia os óio avuava vagalume dos óio, de fome! De fome! Aí toquemo: pow, pow, pow, pow, pow. Quando nos cheguemo aqui na Água Boa (povoado de Itabaianinha/SE [grifo meu])*, na casa de Luís da Água Boa, nos passemo tinha um tanque no beiço da estrada nos óiemo assim, eu oiéi de cá: umas banana!!! Umas bananêras véia.*

Eu puxei o facão, cortei os pé de macambira. Verde! Verde! Tiremo só a casca e nós entremo! Agora entremo, entremo na banana verde ai esmorecemo,

se detchêmo no beiço do tanque. Tinha uma cuia do povo pegar água, bebemo água e se detchêmo. Ia dá quatro hora da tarde, da Água Boa pa gente vir aqui pro Garangau/Podoroso. É longe da gota. Pra nós tirá de lá pá vim praqui.

Cumemo as banana e toquemo. Poke, poke, poke, poke. Chegava a amargá (falou como quem salivava ao rememorar o sabor da banana enquanto olhava para mim [grifo meu])*. Entró cumo se fosse galinha, hômi. Era o mermo que tá cumendo um taco de galinha. Ai inchemo a barriga e toquemo e vinhemo simbora. Quando foi na boca da noite cheguei ali onde é dos Kelementos, nós morava pra baixo um pouco.*

Ai chamei a véia, ela se acordó, se levantou. Quando eu cheguei na porta:

— Mamãe se tiver de cumé pode botá que eu to acabando de morrer!

Ela botó umas foinhas, botó sár. Cumi e me detchei e dormi o resto da noite toda e fui me acordar 10 hora do oto dia esmuricido de fome.

Hoje nos veve no mundo assombrado por causa das partes que num presta.

A escuta como reencontro com o sertão

Ouvir Zé Catarino foi compreender que a história oral não é apenas técnica de pesquisa, mas encontro humano. Sua fala revela um sertão profundamente humano, onde a dor convive com a dignidade e onde a sobrevivência depende tanto da coragem quanto da solidariedade. Em muitos momentos da entrevista, não me senti diante de um "objeto de estudo", mas diante de um velho amigo sertanejo compartilhando comigo uma parte dolorosa da própria vida que se misturava com minha ancestralidade.

Conclusão

A narrativa de José Catarino ultrapassa a condição de simples lembrança individual. Sua travessia entre Bahia e Sergipe representa a experiência histórica de inúmeros sertanejos que enfrentaram a seca, a fome e a sede no Nordeste brasileiro, mas também revela formas de resistência, solidariedade e pertencimento construídas no interior do sertão.

Imagem 1. José Catarino Manuel dos Réis com Willames de Santana Santos durante um reencontro em novembro de 2025.



Fonte: Acervo pessoal de Willames de Santana Santos - Registro fotográfico realizado em 22 de novembro de 2025.

Mais do que registrar fatos, este texto buscou compartilhar emoções. Escutar Zé Catarino foi sentir o sertão atravessando novamente o presente

através da memória. Sua voz transforma sofrimento em testemunho histórico e devolve humanidade às experiências muitas vezes invisibilizadas pela história tradicional.

Como propõe Alessandro Portelli (1997), a História Oral não reside apenas na veracidade objetiva dos acontecimentos, mas nos significados humanos atribuídos às experiências vividas. Assim, o artigo **““Gute, Gute, Gute” – A travessia do sertão pela voz de José Catarino: uma escuta sensível de história oral entre Bahia e Sergipe”** permanece ecoando não apenas como o som da água apressadamente bebida, mas como símbolo da luta pela vida e da preservação da memória sertaneja.

Os símbolos presentes na narrativa — a água barrenta, a caatinga seca, as onças, o feijão com jabá e a caminhada pelas estradas do sertão — revelam dimensões culturais profundas que transformam a experiência individual de Zé Catarino em patrimônio simbólico da memória sertaneja.

Talvez seja justamente isso que a história oral nos ensina: algumas memórias não sobrevivem apenas porque foram vividas, mas porque continuam sendo compartilhadas entre aqueles que reconhecem no território, na fala e na dor do outro, um pedaço de si mesmos.

REFERÊNCIAS:

D’ALBUQUERQUE, José Lindoso. *Secas no Nordeste: gênese e historicidade de um problema brasileiro.* Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico de 1950.* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética e a história oral*. São Paulo: Contexto, 2000.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

RÉIS, José Catarino Manuel dos. *Entrevista sobre a travessia do sertão e experiências de vida no povoado Podoroso (Itabaianinha/SE)*. Entrevista concedida a Willames de Santana Santos. Itabaianinha, 12 ago. 2021. Gravação digital em áudio (54 min.). Degravada por Willames de Santana Santos em ago. 2023.

Gentil Daltro Dantas: uma trajetória entre documentos, família e memória sergipana

Yanka Santos Silva[1]

RESUMO

O presente trabalho teve por escopo levar ao leitor pela história e pela memória de uma família sergipana, tendo como ponto de partida documentos históricos relacionados a Gentil Daltro Dantas, personagem cuja trajetória se insere em diversos registos da história familiar e social de seu tempo. Ao longo da pesquisa, apresento aspetos de sua vida, relações familiares e atuação na sociedade sergipana que contribuem para a compreensão de sua trajetória e do contexto histórico em que viveu. Abordagem entre documentos, referências históricas e histórias familiares na tentativa de reconstruir aspetos de sua trajetória, a pesquisa distingue fatos documentados comprovados, informações provenientes de fontes secundárias e questões que permanecem sob investigação, registando, assim, tanto os resultados alcançados quanto o percurso documental ainda em construção. A fim de fundamentar o que foi apresentado foram utilizadas documentação de inventários, hemeroteca digital e histórias familiares, promovendo.

Palavras-chave: Gentil; daltro, mucury, genealogia.

ABSTRACT

This study explores the history and memory of a Sergipe family through historical documents related to Gentil Daltro Dantas. It presents aspects of his life, family relationships, and role in Sergipe society, considering the historical context in which he lived. By combining documentary sources, historical references, and family accounts, the research distinguishes documented facts from information derived from secondary sources and questions that remain under investigation. Estate inventories, digital newspaper archives, and family accounts were used to reconstruct aspects of his life and family history, recording both the findings and the ongoing documentary research.

Keywords: Gentil Daltro; mucury; genealogy

[1] Graduada em direito pelo Centro Universitário Pio Decimo, Aracaju, Sergipe, Brasil E-mail: yankasant@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Compreender a história de uma família exige considerar também o tempo histórico em que seus integrantes viveram e participaram da sociedade. As relações familiares, os registros civis e as formas de reconhecimento da filiação não podem ser analisadas de maneira isolada, especialmente quando se trata de indivíduos que viveram em períodos marcados por profundas transformações sociais, políticas e jurídicas no Brasil.

Esta pesquisa tem como ponto de partida a trajetória de Gentil Daltro Dantas, personagem cuja história foi reconstruída a partir do levantamento, cruzamento e análise de diferentes documentos históricos e familiares. Nascido, segundo estimativas obtidas a partir de registros posteriores, por volta de 1878 ou 1879, em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, Gentil era filho do Dr. Dionísio Rodrigues Dantas e de D. Eugênia Daltro da Silva Dantas. Sua trajetória atravessou um período de importantes transformações da sociedade brasileira, desde os últimos anos do regime escravista até as primeiras décadas do século XX.

Quando Gentil nasceu, a escravidão ainda fazia parte da estrutura social e econômica brasileira. A abolição somente ocorreu em 13 de maio de 1888, por meio da Lei nº 3.353, conhecida como Lei Áurea. Dessa forma, sua vida foi marcada pela passagem de uma sociedade escravista para um Brasil formalmente livre, contexto relevante para compreender as relações sociais e familiares estabelecidas naquele período.

Os documentos reunidos ao longo da pesquisa permitem acompanhar diferentes momentos da trajetória de Gentil Daltro Dantas e demonstram que sua presença deixou vestígios que ultrapassam os registros estritamente familiares. Sua história aparece relacionada à atividade rural, às propriedades, aos engenhos e a atividades econômicas desenvolvidas em Sergipe, além de documentos que possibilitam observar relações sociais e patrimoniais.

Entre os registros localizados encontram-se referências à sua participação no contexto da atividade açucareira sergipana e à sua condição de proprietário rural. Posteriormente, documentos relacionados ao Mucury registram a existência dos “Estábulos Mucury de Gentil Daltro”, enquanto outros registros apontam relações com atividades vinculadas a engenho. Algumas dessas conexões permanecem em investigação e, por essa razão, são apresentadas neste trabalho de acordo com o grau de comprovação alcançado pela documentação.

Sua trajetória familiar também pode ser acompanhada por documentos que registram seu casamento com Eugênia de Matos Daltro, celebrado em 25 de dezembro de 1912. O casamento constitui um marco para

a reconstrução de sua história, pois permite identificar a formação de um núcleo familiar formal e acompanhar acontecimentos posteriores relacionados à família.

A partir desse ponto, entretanto, a trajetória de Gentil apresenta uma dimensão que ultrapassa o núcleo familiar constituído pelo casamento. Cerca de dois anos depois, em 16 de julho de 1914, nasceu Mário Santos, filho de Alexandrina dos Santos. Mário nasceu fora do casamento e não teve a paternidade atribuída a Gentil em seu registro de nascimento. Entretanto, documentos posteriores e relatos preservados pela família mantêm sua história relacionada à família de Gentil.

É justamente nesse encontro entre documentação e memória que se encontra uma das questões centrais desta pesquisa. A ausência do nome paterno no registro de nascimento de Mário não permite, isoladamente, afirmar ou negar uma relação de filiação. Da mesma forma, a constituição de uma família formal por Gentil não permite, por si só, excluir a existência de outras relações familiares.

Diante disso, esta pesquisa parte da seguinte questão: como a análise cruzada de documentos históricos, registros familiares e relatos de memória pode contribuir para a reconstrução da trajetória de Gentil Daltro Dantas e para a compreensão de suas relações familiares e sociais no contexto sergipano entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX?

A pesquisa busca, portanto, compreender como diferentes documentos e relatos familiares podem ser relacionados na reconstrução dessa trajetória. A presença de Gentil como testemunha em documentos distintos, entre eles o inventário amigável de Fortunato Machado do Nascimento e, posteriormente, a certidão de casamento de Mário Santos e Josefa Araújo Santos, constitui elemento documental que deve ser analisado em conjunto com as demais informações reunidas, sem que esses registros sejam apresentados isoladamente como prova definitiva de filiação.

O objetivo deste trabalho é reconstruir aspectos da trajetória de Gentil Daltro Dantas e de suas relações familiares e sociais, preservando informações encontradas em documentos históricos e referências familiares. Busca-se, ainda, registrar o percurso documental da pesquisa, distinguindo aquilo que foi comprovado por fontes primárias, aquilo que foi localizado em fontes secundárias ou relatos familiares e aquilo que permanece sob investigação.

Nesse sentido, o trabalho não pretende apresentar uma narrativa definitiva, mas construir um registro documental da trajetória pesquisada. A reunião das fontes permite observar não apenas a história individual de Gentil, mas também aspectos da sociedade sergipana em que viveu, suas estruturas familiares, relações econômicas e formas de reconhecimento social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Família, filiação e reconhecimento no Brasil do final do século XIX e início do século XX

As formas de constituição das famílias no Brasil do final do século XIX e início do século XX eram diversas. As relações afetivas e de filiação nem sempre correspondiam ao modelo formal de casamento reconhecido nos registros oficiais, circunstância que pode produzir lacunas importantes para pesquisas históricas e genealógicas.

A documentação civil constitui uma das principais fontes para a identificação das relações familiares, mas seus registros refletem as condições sociais, jurídicas e culturais existentes no momento de sua produção. Assim, a ausência de determinada informação em um registro não significa necessariamente que o fato não tenha ocorrido, mas indica que ele não foi formalmente registrado naquele documento.

A filiação constitui exemplo particularmente relevante. O nome do pai poderia não constar do registro de nascimento, enquanto o reconhecimento poderia ocorrer posteriormente ou permanecer ausente da documentação oficial. Essas situações exigem cautela na reconstrução de relações familiares, sobretudo quando a pesquisa se apoia em documentos produzidos em momentos diferentes da vida dos indivíduos.

Nesse sentido, a reconstrução de uma possível relação de filiação deve considerar o conjunto documental disponível, evitando conclusões baseadas em um único registro. Documentos posteriores, relações de parentesco, testemunhos, inventários, registros matrimoniais e demais fontes podem contribuir para compreender como determinada relação familiar foi registrada, reconhecida ou preservada ao longo do tempo.

É nesse contexto que se insere a história de Mário Santos. Seu registro de nascimento não apresenta Gentil Daltro Dantas como pai, mas documentos posteriores e a memória familiar relacionam sua trajetória à família de Gentil. A análise dessa relação exige, portanto, o cruzamento de fontes e a distinção entre o que pode ser documentalmente comprovado e aquilo que permanece como elemento da memória familiar ou objeto de investigação.

2.2. Abolição da escravidão e permanências sociais

A trajetória de Gentil Daltro Dantas também deve ser compreendida dentro das transformações ocorridas na sociedade brasileira entre o final do século XIX e o início do século XX. Seu nascimento ocorreu em um período no qual a escravidão ainda constituía parte da estrutura social e econômica do país, enquanto sua vida adulta se desenvolveu após a abolição.

A Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, extinguiu juridicamente a escravidão no Brasil. Entretanto, a mudança legislativa não significou o desaparecimento imediato das estruturas sociais, econômicas e culturais construídas ao longo do período escravista.

Essa perspectiva é relevante para pesquisas de história familiar porque as relações sociais estabelecidas durante o período escravista e seus efeitos posteriores podem repercutir na formação das famílias, na documentação de filiações e na transmissão da memória entre gerações.

As relações entre pessoas livres, libertas e escravizadas, bem como as diferentes formas de constituição familiar existentes naquele período, precisam ser analisadas dentro de seu contexto histórico. A documentação disponível pode revelar apenas parte dessas relações, especialmente quando determinados vínculos não foram formalizados ou registrados.

A trajetória de Gentil, situada entre o período escravista e as décadas posteriores à abolição, permite observar uma sociedade em transformação e evidencia a importância de considerar o contexto histórico na interpretação dos documentos familiares.

2.3. Guarda Nacional, coronelismo e formas de prestígio social

A compreensão dos títulos e formas de tratamento utilizados para determinadas pessoas no final do século XIX e início do século XX também exige atenção ao contexto social e político da época.

A patente de coronel esteve historicamente relacionada à Guarda Nacional e, posteriormente, o termo “coronel” também passou a ser empregado como forma de tratamento social atribuída a indivíduos associados ao poder econômico, à propriedade rural e à influência local. Dessa maneira, a utilização da denominação “coronel” em documentos, nomes de instituições ou referências sociais não deve ser automaticamente interpretada como prova de exercício efetivo de uma função militar.

No contexto das elites locais, a propriedade rural, a atividade econômica e as relações sociais poderiam contribuir para a construção de prestígio e autoridade. A utilização de determinadas formas de tratamento

pode, portanto, constituir elemento relevante para compreender a posição social atribuída a determinado indivíduo em seu tempo.

Essa discussão é importante para a análise das referências encontradas relacionadas a Gentil Daltro Dantas e ao denominado “Colégio Coronel Gentil Daltro”. A interpretação dessa denominação deve considerar o contexto histórico da utilização social do termo “coronel”, distinguindo uma eventual patente formal de uma forma de tratamento posteriormente incorporada à memória e à identificação pública do personagem.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem documental e histórica, com o objetivo de reconstruir aspectos da trajetória de Gentil Daltro Dantas, de suas relações familiares e de sua atuação no contexto social e econômico de Sergipe.

O levantamento teve início a partir de informações e memórias preservadas no âmbito familiar, utilizadas como ponto de partida para a localização de documentos capazes de confirmar, complementar ou questionar os relatos transmitidos entre as gerações. A pesquisa não considerou a memória familiar como prova isolada, mas como fonte de informações e hipóteses a serem confrontadas com registros documentais.

Foram consultados diferentes tipos de fontes, entre elas registros de nascimento, casamento e falecimento, inventários, documentos relacionados a propriedades rurais e engenhos, registros administrativos, publicações históricas, documentos referentes à atividade açucareira e fontes genealógicas. Também foram utilizados acervos digitais e bases de pesquisa histórica e genealógica, especialmente quando disponibilizavam reproduções ou referências de documentos históricos.

A investigação genealógica foi realizada principalmente por meio do levantamento de nomes, datas, localidades, relações de parentesco e variações de identificação encontradas nos documentos. Quando uma mesma pessoa aparecia com nomes diferentes, foram consideradas as informações disponíveis em conjunto, evitando-se estabelecer uma identificação apenas pela semelhança nominal.

Outro procedimento fundamental foi o cruzamento entre fontes. Informações encontradas em um documento foram comparadas com outros registros, buscando verificar a correspondência entre pessoas, acontecimentos, propriedades e relações familiares. Esse procedimento foi especialmente importante na reconstrução da relação entre Gentil Daltro Dantas e Mário Santos, bem como na investigação das referências ao Mucury, aos engenhos e às propriedades relacionadas à trajetória de Gentil.

Os relatos familiares também foram incorporados à pesquisa como parte da memória histórica da família. Para isso, foram realizadas entrevistas com familiares, especialmente aqueles que poderiam preservar informações transmitidas por gerações anteriores. Os relatos foram analisados em conjunto com a documentação disponível, distinguindo-se, ao longo do trabalho, aquilo que corresponde à memória familiar daquilo que encontrou confirmação documental.

Quando um relato familiar encontrou respaldo em uma fonte histórica, a informação foi relacionada ao respectivo documento, permitindo que a narrativa familiar fosse acompanhada de sua comprovação documental. Nos casos em que a documentação ainda não foi suficiente para confirmar determinada informação, a questão foi mantida como hipótese ou apresentada no capítulo destinado aos pontos que permanecem em investigação.

A pesquisa também adotou como princípio a preservação das lacunas documentais. Quando não foi possível estabelecer determinada informação com segurança, optou-se por não a preencher por meio de suposições. Dessa forma, datas aproximadas, relações familiares ainda não comprovadas e possíveis conexões patrimoniais foram identificadas como questões abertas à continuidade da investigação.

Esse procedimento permitiu construir a trajetória de Gentil Daltro Dantas a partir do diálogo entre documento, memória familiar e pesquisa histórica, procurando distinguir aquilo que as fontes permitem afirmar daquilo que permanece como possibilidade de investigação.

A metodologia adotada, portanto, não teve como finalidade apenas reunir informações sobre um indivíduo, mas reconstruir uma história familiar a partir dos vestígios documentais disponíveis, preservando tanto as descobertas quanto as lacunas que ainda poderão ser investigadas por futuras gerações.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Gentil Daltro Dantas: trajetória documental e familiar

4.1.1. O casamento e a formação familiar

O casamento de Gentil Daltro Dantas com Eugênia de Matos Daltro, celebrado em 25 de dezembro de 1912, constitui um dos principais marcos documentais para a reconstrução de sua trajetória familiar.

A certidão permite identificar a condição civil dos nubentes, suas idades declaradas, naturalidades, residências e filiações. Além de constituir registro formal da união, o documento fornece informações que podem ser

relacionadas a outras fontes e utilizadas para estabelecer conexões entre diferentes integrantes da família.

A análise desse documento também demonstra a importância dos registros matrimoniais para pesquisas de história familiar. As informações presentes em uma certidão de casamento podem funcionar como ponto de ligação entre gerações, permitindo localizar pais, naturalidades, residências e outros elementos relevantes para a reconstrução de trajetórias familiares.

4.2 O inventário de Gentil Daltro Dantas

O inventário de Gentil Daltro Dantas constitui uma das principais fontes documentais utilizadas nesta pesquisa para a reconstrução de sua trajetória. Segundo o documento, Gentil Daltro, também referido como Gentil Daltro Dantas, faleceu em 13 de abril de 1944, aos 65 anos, na Fazenda Mucurí, situada no município de Cotinguiba, antigo Socorro, no Estado de Sergipe.

O documento registra Gentil como brasileiro, casado, pecuarista e agricultor, além de informar que faleceu sem testamento. Essas informações permitem identificar aspectos de sua condição civil e de sua atividade econômica no momento do falecimento.

Entre os documentos juntados ao processo encontra-se a certidão de casamento de Gentil Daltro Dantas e Eugênia Matos Daltro. Segundo a certidão, o casamento foi realizado em 25 de dezembro de 1912, em São Cristóvão. Gentil é identificado como solteiro, com 34 anos, natural de Sergipe e residente no Socorro. Eugênia é identificada como viúva, com 24 anos, natural de Missão de Japaratuba e residente no Engenho Cumbe. O documento também registra os pais dos nubentes.

A inventariante foi sua esposa, Eugênia de Matos Daltro, também identificada no documento pelas formas Eugênia Matos Daltro e Eugênia Daltro Nabuco. O inventário registra que o casal era casado sob o regime de comunhão de bens, circunstância que se refletiu na organização e divisão do patrimônio deixado por Gentil.

Também foi juntada ao processo a certidão de óbito, na qual constam informações referentes à filiação, ao estado civil, à naturalidade, à residência e aos demais elementos do registro. Em razão da dificuldade de leitura de determinado trecho da reprodução disponível, sua transcrição deve ser realizada com cautela, evitando atribuir ao documento informações que não possam ser identificadas com segurança.

Na relação dos bens declarados no espólio encontra-se a Fazenda Serro Azul, situada no município de Esplanada, no Estado da Bahia. O

inventário informa que o imóvel havia sido adquirido mediante escritura pública de compra e venda celebrada em 6 de julho de 1940, tendo como adquirente Eugênia de Matos Daltro, também identificada no documento como Eugênia Matos Daltro ou Eugênia Daltro Nabuco.

O inventário também relaciona uma casa, em sistema de chalet, situada na Praça Nossa Senhora de Pompéia, na cidade de Esplanada, Estado da Bahia.

Para fins de delimitação da análise, os dados apresentados nesta seção foram extraídos exclusivamente do inventário de Gentil Daltro Dantas e dos documentos nele incorporados. Não foram acrescentadas, neste momento, informações provenientes de jornais, almanaques, recenseamentos ou de outros inventários familiares.

4.3. Cruzamento de histórias e o surgimento de uma filiação

Cerca de dois anos após o casamento de Gentil Daltro Dantas, em 16 de julho de 1914, nasceu Mário Santos, filho de Alexandrina dos Santos. Mário nasceu fora do casamento e não teve Gentil identificado como seu pai no registro de nascimento.

A ausência do nome paterno no documento de nascimento não permite, isoladamente, estabelecer uma conclusão definitiva sobre a existência ou inexistência da filiação. Por essa razão, a questão é analisada a partir do cruzamento de diferentes fontes e dos relatos preservados pela família.

Entre os documentos reunidos encontra-se o inventário amigável de Fortunato Machado do Nascimento, datado de 17 de agosto de 1905, no qual Gentil Daltro figura como testemunha. Anos mais tarde, na certidão de casamento de Mário Santos e Josefa Araújo Santos, realizado em 26 de julho de 1938, Gentil Daltro aparece novamente como testemunha.

A presença de Gentil nesses documentos não constitui, isoladamente, prova de filiação. Entretanto, quando analisada em conjunto com os relatos familiares, com a identificação de Mário como filho de Gentil preservada na memória familiar e com os demais documentos reunidos durante a pesquisa, passa a integrar o conjunto de elementos relevantes para a reconstrução dessa história.

A trajetória de Mário, portanto, não é apresentada apenas a partir da ausência do nome paterno em seu registro de nascimento. Ela é analisada considerando o conjunto documental e os acontecimentos posteriores que permitem compreender como determinada relação foi preservada e reconhecida no âmbito da memória familiar.

Dessa forma, a trajetória de Gentil Daltro Dantas ultrapassa sua atuação como proprietário rural e sua posição na sociedade sergipana. Sua história também envolve relações familiares, diferentes formas de reconhecimento da filiação e marcas de uma sociedade que havia passado, poucas décadas antes, pela abolição da escravidão.

A reconstrução dessa trajetória demonstra, assim, que a história familiar não se encontra necessariamente concentrada em um único documento. Ela pode permanecer fragmentada entre registros civis, inventários, documentos patrimoniais, referências sociais e memórias transmitidas entre gerações. O trabalho documental consiste justamente em reunir esses vestígios, estabelecer suas conexões e reconhecer também os limites daquilo que as fontes permitem afirmar.

Nesse sentido, a pesquisa sobre Gentil Daltro Dantas permanece aberta às novas evidências documentais. O que já foi comprovado é apresentado como fato documental; aquilo que deriva de relatos ou referências familiares é identificado como tal; e as questões ainda não solucionadas permanecem registradas como objeto de investigação.

4.4. Mucury e os Estábulos Mucury de Gentil Daltro

A história do Mucury ocupa lugar importante na trajetória da família Daltro Dantas e, posteriormente, na de Gentil Daltro Dantas. As referências encontradas permitem acompanhar o nome do estabelecimento em diferentes momentos, inicialmente à família de D. Eugênia Daltro da Silva Dantas e, décadas mais tarde, diretamente a Gentil.

Uma das primeiras referências localizadas remota a 1888, quando Antônia Daltro Dantas, irmã de Gentil Daltro Dantas e filha de D. Eugênia Daltro da Silva Dantas e do Dr. Dionísio Rodrigues Dantas, contraiu matrimônio com Gumercindo Bessa. Segundo publicação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a cerimônia ocorreu em 7 de janeiro daquele ano, no Engenho Mucury de Socorro, apresentado na publicação como pertencente à família.

A informação ganha especial importância quando confrontada com o inventário de D. Eugênia, aberto em 1923, após seu falecimento. Logo no início do processo, ao serem relacionados os herdeiros, como apresentado na árvore genealógica. O próprio documento registra que Gentil era casado e residente no Engenho Cumbe.

A documentação do inventário é particularmente relevante porque demonstra que o Mucury fazia parte do patrimônio de D. Eugênia e que, registra que o estabelecimento era destinado à fabricação de açúcar, permitindo compreender que o Mucury não era apenas uma denominação familiar ou geográfica, mas estava relacionado a uma atividade produtiva.

Em última referência surge em 1933, quando o Cadastro Commercial, Industrial Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe, ao relacionar os estábulos registrados no Departamento de Saúde Pública do Estado e seus respectivos proprietários, registra o "Estabulo Mucury – de Gentil Daltro".

A denominação encontrada em 1933 é especialmente significativa quando observada em conjunto com a documentação anterior. O nome Mucury já estava associado à família de Gentil no final do século XIX e fazia parte do patrimônio inventariado de sua mãe em 1923. Dez anos depois, aparece m Estábulo Mucury pertencente a Gentil Daltro. A documentação, portanto, permite acompanhar a permanência do nome no universo familiar e patrimonial dos Daltro Dantas ao longo de várias décadas.

Entretanto, embora a sequência documental seja significativa, é necessário distinguir aquilo que os documentos efetivamente comprovam daquilo que ainda depende de investigação. As fontes permitem afirmar a existência de um Estábulo Mucury relacionado à família de D. Eugênia e, posteriormente, pertencente a Gentil. Ainda não é possível afirmar, apenas com esses documentos, que o Estábulo Mucury de 1933 correspondia exatamente ao mesmo imóvel do Engenho Mucury mencionado em 1888 e no inventário de 1923.

A eventual continuidade entre os dois estabelecimentos constitui, portanto, uma questão patrimonial a ser esclarecida por meio de documentos como a partilha do inventário, escrituras, registros de transmissão de propriedade ou outros documentos relativos ao imóvel. Caso essa continuidade seja comprovada, será possível reconstruir de forma ainda mais precisa a passagem do patrimônio familiar de D. Eugênia para a geração de seus filhos e, particularmente, a relação de Gentil Daltro Dantas com o Mucury.

4.5. Registros documentais e transcrições

A trajetória de Gentil Daltro Dantas pode ser acompanhada, ao menos parcialmente, por meio de diferentes registros publicados entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Essas fontes permitem observar mudanças em sua atuação profissional e econômica, além de sua presença em diferentes localidades e atividades.

A referência mais antiga localizada até o momento data de 1895 e foi publicada pelo periódico *Santos Commercial*. O registro informa que, pela "inspectoria da alfandega de S. Paulo", foram enviados à alfândega de Santos, para atuarem como guardas em serviços de descargas e outros, "os srs. José André, Pedro Daltro Dantas, Gentil Daltro Dantas e Fortunato Claudio de Abreu". A menção é significativa por identificar Gentil Daltro Dantas, ainda no século XIX, como guarda da Alfândega e por situá-lo profissionalmente no eixo São Paulo – Santos.

Dois anos depois, em 1987, o *Almanak do Estado de São Paulo: Administrativo, Commercial e Profissional* registra novamente seu nome, desta vez de forma sucinta: "Gentil Daltro Dantas, guarda Alfandega". A repetição do registro permite observar que sua atuação na Alfândega não se limitava à referência de 1895, permanecendo documentado ao menos até aquele momento.

Após esse período, as fontes localizadas passam a apresentar Gentil relacionado a atividades comerciais, industriais e rurais. Em 1912, o *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* insere se nome na categoria "Comemercio, indústria e profissões", sob a classificação "Aguardante (Engendos de): Gentil Daltro". A mesma publicação volta a registrá-lo em 1915, desta vez na categoria "Industrias", sob a classificação "Assucar (Engenhos de): Gentil Daltro".

A documentação torna-se mais detalhada em dezembro de 1916, quando um relatório referente à indústria açucareira do Estado de Sergipe apresenta, no município de São Cristóvão, o estabelecimento denominado "Cumbe", tendo como proprietário "Gentil Daltro". O documento registra ainda o valor da propriedade, além de informações relativas às instalações e ao funcionamento da unidade produtiva, com detalhes relacionado às safras. Trata-se de um dos registros mais expressivos encontrados até o momento, por apresentar não apenas o nome de Gentil, mas também informações sobre a estrutura produtiva vinculada à propriedade.

A presença de Gentil na atividade relacionada aos engenhos de aguardente também permanece registrada nos anos seguintes. O *Almanak Laemmert* o menciona em 1918, 1919, 1922, 1925, 1916 e 1927 demonstrando a permanência de sua vinculação documental com atividade ao longo de vários anos.

Outro registro relevante encontra-se no *Recenseamento do Brazil*, realizado em 1 de setembro de 1920. Na relação dos proprietários rurais do município de São Christovão, aparece o nome “Gentil Daltro”, associado à localidade ou estabelecimento “Cumbe”. O registro é especialmente significativo quando confrontado com o relatório da indústria açucareira de 1916, que também identificava Cumbe como propriedade de Gentil Daltro. Dessa forma, duas fontes oficiais de natureza distintas, produzidas em momentos diferentes, apresentam o nome de Gentil associado à propriedade rural em Cumbe, em São Cristóvão.

Em 1933, já em outro contexto de sua atividade econômica, o *Cadratro Commercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe* registrava os estabelecimentos submetidos ao Departamento de Saúde Pública de Sergipe. Entre os estábulos relacionados encontra-se o “Estabulo Mucury – de Gentil Daltro”. O documento acrescentava, portanto, uma nova dimensão à trajetória econômica registrada nas fontes, vinculando Gentil também à atividade pecuária.

Os registros encontrados permitem acompanhar, de maneira fragmentada, diferentes momentos da trajetória de Gentil Daltro Dantas. No final do século XIX, aparece relacionado serviço da Alfândega em São Paulo e Santos, nas décadas seguintes, passa a ser identificado em registros comerciais e industriais ligados aos engenhos de aguardente e açúcar; em 1916 e 1920, aparece associado à propriedade rural denominada Cumbe, em São Cristóvão; e, em 1933, figura como proprietário do Estabulo Mucury. A documentação, assim revela uma trajetória que ultrapassa a simples identificação de Gentil como proprietário rural, permitindo observar sua presença em diferentes atividades profissionais e econômicas ao longo do tempo.

4.6. Linha do tempo da trajetória de Gentil Daltro Dantas

A seguir apresenta-se uma cronologia documentada dos principais eventos da vida de Gentil Daltro Dantas, fundamentada em fontes primárias e secundárias. A sequência inicia-se com sua data de nascimento estimada (c. 1878/1879) – calculada a partir da idade declarada em seu óbito – e abrange fatos familiares (casamentos, falecimento) e econômicos (participação na indústria açucareira, registros estatais). Cada data é acompanhada de breve explicação sobre o documento que a sustenta e sua relevância biográfica.

- C. 1878/1879 – Nascimento (estimado)

Essa data é aproximada (“c.“) em função da idade de 65 anos registrada em sua certidão de óbito, o que remete a nascimento em torno de 1878-79. Não há certidão de nascimento disponível online, recomenda-se

consultar o Cartório de Registro Civil do município de nascimento para confirmar a data exata.

- 17/08/1905 – Testamento de Fortunato Machado de Nascimento

Em 17 de agosto de 1905 foi lavrado um testamento amigável por Fortunato Machado de Nascimento (Cartório de Aracaju). Embora este documento não envolva diretamente Gentil, trazendo apenas como testemunha, assim envolvendo vínculo entre as famílias Daltro e Nascimento.

- 16/07/1912 – Nascimento de Mário

Nasce Mário, posteriormente identificado também como Mário Alexandrino Santos. Seu nascimento antecede em poucos meses o casamento de Gentil Daltro Dantas.

- 25/12/1912 – Casamento com Eugênia Matos Daltro

Gentil Daltro Dantas casou-se em 25 de dezembro de 1912 com Eugênia Matos Daltro. O registro do matrimônio está em cartório, marcando o início de sua família.

- Dezembro de 1916 – Indústria Açucareira (Engenho Cumbe)

Gentil Daltro é citado no Relatório Oficial da Indústria Açucareira de Sergipe como proprietário do engenho chamado Cumbe, no município de São Cristóvão. O documento registra o valor da usina e descreve suas moendas, motores e produção açucareira. Isso comprova sua atuação no setor açucareiro sergipano antes de 1917.

- 1919 – Registro no Almanaque Laemmert

Em 1919 o Almank Laemmert inclui Gentil Daltro na categoria “Aguardante (Engenhos de)” sob título “Commercio, indústria e profissões”. Isso indica que ele continuava ligado à produção de aguardente naquele ano. Trata-se de fonte comercial que lista seus nomes, deve ser verificado o Amanaque Laemmert de 1919 (edição RJ) disponível em hemeroteca.

- 01/09/1920 – Recenseamento Rural do Brasil

No Recenseamento de 1920 aparece Gentil Daltro listado como proprietário (registro nº 74) do estabelecimento rural denominado Cumbe, no município de São Cristóvão (estado de Sergipe). Essa fonte oficial do governo federal confirma o vínculo de Gentil com o engenho Cumbe, reforçando os dados do relatório de 1916. O recenseamento foi publicado em 1928 pela Diretoria de estatística da Agricultura.

- 1923 – Inventário da mãe, Eugênia Daltro

Em 1923 foi aberto o inventário dos bens de D. Eugênia Daltro da Silva Dantas (mãe de Gentil). O documento relaciona os direitos sobre o Engenho Mucury e lista Gentil entre os herdeiros, indicando que ele residia no Engenho Cumbe. Embora não haja cópia pública online, essa fonte é crucial para entender a transmissão patrimonial familiar, deve ser conferida no Cartório de Inventários de Sergipe

- 1933 – Estábulo Mucury

Em 1933 o Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo de Sergipe registra um "Estábulo Mucury – de Gentil Daltro" no departamento de Saúde Pública local. Isso mostra que Gentil era então proprietário de um estabelecimento chamado Mucury. O uso do nome "Mucury" é notável, pois já aparecera no engenho da família (1888 e 1923), surgindo possível continuidade patrimonial. A fonte é um cadastro público estadual (Ato do Governo de Sergipe, 1933)

- 26/07/1938 – Casamento de Mário

Em 26 de julho de 1938 casou-se Mário, conforme certidão de casamento. Esse evento familiar é importante para as apurações genealógicas da descendência de Gentil. Recomenda-se chegar a certidão de casamento em cartório (em Nossa Senhora do Socorro) para detalhes do ato.

- 10/02/1943

No processo nº 3.291/39, consta o registro: "Gentil Daltro e outros – São Cristóvão – Transferência de inscrição". O documento registra a participação de Gentil Daltro em procedimento administrativo relacionado à transferência de inscrição perante o Instituto do Açúcar e do Álcool.

- 13/04/1944 – Falecimento de Gentil Daltro

Gentil Daltro Dantas faleceu em 13 de abril de 1944, aos 65 anos, conforme sua certidão de óbito (Cartório Civil de Nossa Senhora do Socorro, SE). A certidão oficializa o óbito e registra detalhes como filiação e idade, sendo fonte primária para data e local do falecimento.

- 22/08/1946

No processo nº 27.591/45, consta o registro: "Gentil Daltro Dantas – Cotinguiba de Socorro – Desistência de transferência de engenho para Antônio Mesquita, e venda do mesmo a José do Prado Franco", com determinação de arquivamento em 22 de agosto de 1946.

Notas sobre OCR e Ortografia

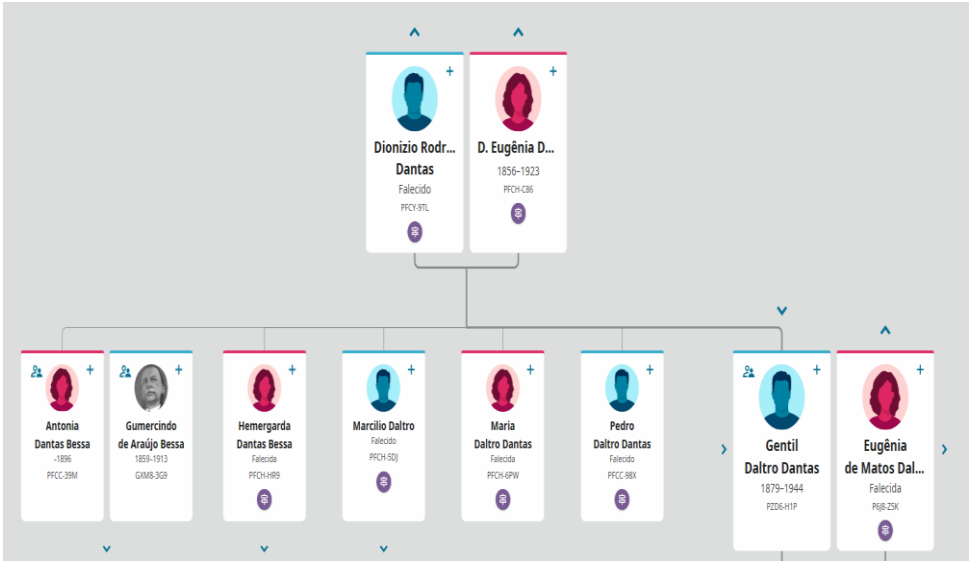
Os documentos consultados apresentam grafias da época e/ou podem conter erros de digitalização (OCR). Exemplos: 'alfandega' em vez de alfândega, 'Industria' sem acento, "Commercio" com duplo "m", e abreviações

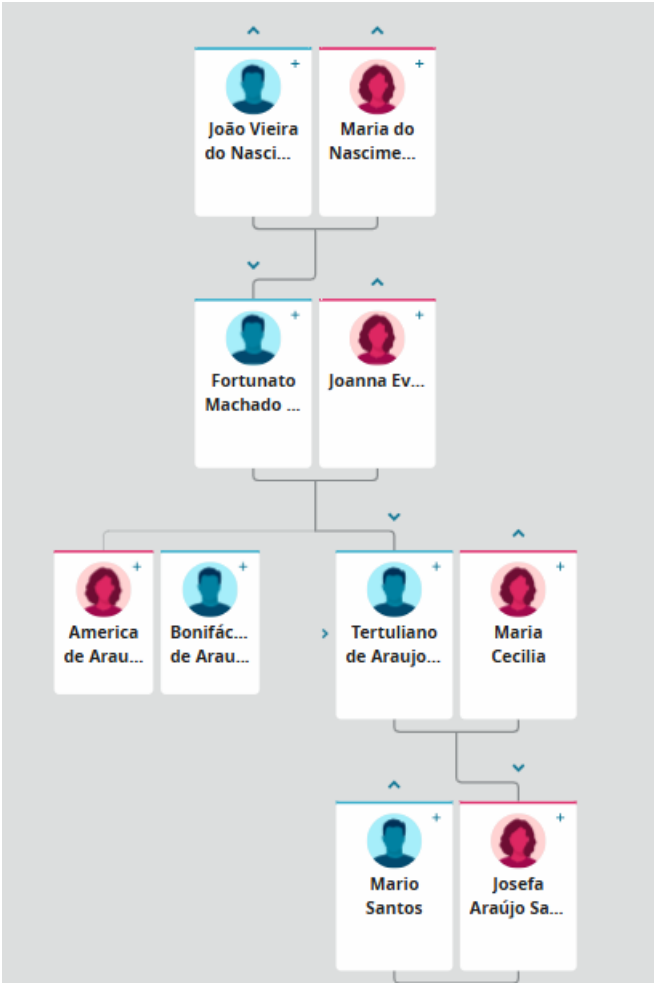
dos registros (e.g. “Sr.” para “Senhor”). No Recenseamento de 1920 digitado, o nome “Gentil Daltro” aparece corretamente, mas pontuação e espaços podem ter erros de transcrição (ex.: pontos para indicar colunas). Recomenda-se conferir sempre a imagem original quando possível e considerar essas variações ortográficas ao pesquisar os arquivos digitais.

4.7. Árvore genealógica e relações familiares

A presente genealogia é apresentada a partir de uma abordagem documental, priorizando-se informações respaldadas por fontes históricas, registros civis, documentos cartoriais e demais evidências identificadas ao longo da pesquisa. Buscou-se evitar o estabelecimento de conexões genealógicas fundamentadas exclusivamente em homonímias, tradição familiar ou informações ainda não confirmadas documentalmente.

As árvores genealógicas a seguir foram elaboradas com o objetivo de representar, de forma visual, as relações familiares identificadas e documentadas na pesquisa. Inicialmente, apresenta-se a ascendência de Gentil Daltro Dantas, a partir de seus pais, Dionízio Rodrigues Dantas e Eugênia Daltro da Silva Dantas. Em seguida, é apresentada a descendência documentada a partir de Josefa casada com Mario, retirada do inventário amigável de Fortunato, permitindo visualizar a continuidade da linhagem familiar nas gerações posteriores.





4.8. Histórias familiares: memória e relatos dos antepassados

A reconstrução da história de uma família envolve a relação entre memória, documentação e contexto histórico. A memória familiar constitui importante fonte para a preservação de acontecimentos, nomes, relações e experiências que nem sempre permanecem registrados de maneira completa nos documentos oficiais. Entretanto, a memória não substitui a documentação, devendo ser analisada em diálogo com as fontes disponíveis e considerando-se os limites próprios das lembranças individuais e coletivas.

No estudo de trajetórias familiares, os documentos assumem papel fundamental porque permitem identificar pessoas, relações, propriedades, acontecimentos e diferentes momentos da vida dos indivíduos. Registros civis, documentos patrimoniais, inventários, certidões, registros econômicos e outros documentos históricos podem revelar informações que, quando

analisadas de maneira conjunta, possibilitam reconstruir trajetórias que permanecem fragmentadas em diferentes fontes.

No caso de Gentil Daltro Dantas, a reconstrução de sua trajetória depende justamente do cruzamento dessas diferentes formas de registro. Sua história não está concentrada em um único documento, mas distribuída entre certidões, inventários, registros patrimoniais, referências econômicas, documentos relacionados à atividade rural e relatos preservados pela família. O conjunto dessas fontes permite construir uma narrativa progressiva, na qual cada documento contribui para preencher parte das lacunas existentes, enquanto os relatos familiares indicam caminhos para novas investigações.

As entrevistas realizadas com familiares revelaram informações que permanecem preservadas pela memória da família e que, em alguns casos, encontram correspondência em documentos históricos. Em outros, entretanto, os relatos permanecem sem comprovação documental até o momento. Por essa razão, as informações provenientes da memória familiar são apresentadas neste trabalho de forma diferenciada dos fatos documentalmente comprovados, preservando-se a narrativa transmitida pelos familiares sem atribuir a ela, isoladamente, valor de prova.

Entre as características atribuídas a Gentil pela memória familiar está a descrição de que seria um homem branco, loiro e de olhos azuis. Segundo os relatos coletados, sua condição econômica também era percebida como elevada, sendo lembrado como um homem de muitas posses e dono do engenho Mucury. As memórias familiares mencionam que, em sua residência, as refeições eram realizadas ao som de música e que havia objetos e itens domésticos confeccionados em ouro, elementos associados pela família ao padrão de vida de Gentil. Também foi relatada a realização, em período posterior, de exame genético por familiares, cujo resultado teria sido interpretado como indicativo de sangue puro.

Parte dessa memória encontra correspondência na documentação localizada durante a pesquisa. Registros relacionados à atividade rural, ao Recenseamento Rural de 1920 e a referências posteriores aos Estábulos Mucury de Gentil Daltro demonstram sua atuação econômica e sua condição de proprietário rural. A qualificação de Gentil como “muito rico”, entretanto, permanece como uma caracterização proveniente da memória familiar, devendo ser distinguida dos dados patrimoniais que podem ser efetivamente demonstrados pelos documentos.

A relação de Gentil com o Mucury também constitui ponto em que memória e documentação podem ser aproximadas. O inventário de Eugênia Daltro da Silva Dantas, de 1923, registra direitos relacionados a terras e benfeitorias do Engenho Mucury, destinado à fabricação de açúcar, enquanto documentação posterior, de 1933, registra os “Estábulos Mucury de Gentil

Daltro". Esses documentos permitem identificar a presença do nome de Gentil relacionada ao Mucury, embora a continuidade patrimonial entre os diferentes registros ainda deva ser analisada com cautela, não sendo possível afirmar, apenas a partir deles, que todas as referências correspondam à mesma propriedade ou à mesma forma de domínio.

A memória familiar também atribui a Gentil a condição de "coronel", havendo o relato de que teria recebido ou adquirido uma patente e que não teria servido no Exército. Essa informação é relevante enquanto memória transmitida entre gerações, sobretudo porque se relaciona às formas de autoridade e prestígio social existentes no período estudado com documentos atribuindo-o a essa condição. Entretanto, até o momento, o relato não deve ser apresentado como fato comprovado. A existência de eventual patente, sua natureza e as circunstâncias de sua obtenção permanecem sob investigação documental.

Outro conjunto de relatos familiares está relacionado à vida conjugal de Gentil e à possibilidade de outras relações familiares além daquela formalizada pelo casamento com Eugênia de Matos Daltro, celebrado em 25 de dezembro de 1912. A documentação do casamento permite comprovar a formação desse núcleo familiar, enquanto registros posteriores permitem acompanhar outros integrantes da família e suas relações. A existência de um terceiro casamento de Eugênia com Pedro Leopoldo Daltro Nabuco e os filhos dessa união constitui, nesse sentido, elemento documental relevante para compreender a continuidade das relações familiares após o período do casamento com Gentil.

É nesse contexto que surge uma das principais narrativas preservadas pela família: a história de Mário Santos. Segundo o relato familiar, Gentil teria mantido uma relação com Alexandrina dos Santos, e Mário teria nascido dessa relação. A narrativa acrescenta que, após o nascimento da criança, Alexandrina teria viajado para evitar que a situação fosse conhecida, havendo ainda a lembrança de que teria passado período em Laranjeiras. Também foi transmitida a existência de outro filho que teria falecido durante o parto. Até o momento, essas circunstâncias específicas não foram comprovadas documentalmente e, por isso, são registradas como memória familiar.

A documentação, entretanto, permite confirmar parte importante do contexto em que essa narrativa se insere. Mário Santos aparece em registros posteriores relacionados à família e sua trajetória pode ser acompanhada por documentos, inclusive por seu casamento com Josefa Araújo Santos tendo como testemunha Gentil. Dessa forma, a memória familiar que relaciona Mário como filho de Gentil, o relato oral junto com as documentações utilizados sendo utilizado como prova de filiação.

Segundo outra memória preservada pela família, quando Gentil faleceu, Mário seria o único filho reconhecido, mas teria dividido aquilo que recebeu com suas irmãs, sendo lembrado por sua generosidade. Essa narrativa deve ser confrontada com o inventário de Gentil e com os demais documentos sucessórios e terceiro matrimonio de Eugênia, que poderão demonstrar quem foram formalmente reconhecidos como herdeiros e quais bens compuseram a sucessão. Assim, o relato familiar é preservado como memória, enquanto a documentação fornece o referencial necessário para verificar sua correspondência com os fatos jurídicos e patrimoniais.

A mesma metodologia é aplicada aos relatos relacionados à venda de gado e às propriedades rurais. Segundo a memória familiar, Gentil teria vendido seu gado e, posteriormente, retornado muito triste. Embora o aspecto emocional dessa narrativa pertença ao campo da memória e não possa ser comprovado documentalmente, houve uma desistência de transferência datada posterior ao seu falecimento. Sendo, o registro de 22 de agosto de 1946, referente ao Processo nº 27.591/45, intitulado “Gentil Daltro Dantas – Cotinguiba de Socorro – Desistência de transferência de engenho para Antônio Mesquita, e venda do mesmo a José do Prado Franco”, demonstra documentalmente a existência de uma negociação envolvendo engenho associada ao seu nome. O documento não comprova, por si só, todos os elementos presentes na memória familiar sobre a venda de bens ou sobre o estado emocional de Gentil, mas fornece um referencial histórico concreto.

A reconstrução da história familiar, portanto, não resulta da escolha entre memória ou documento, mas do diálogo entre essas duas formas por meio de uma tentativa de comprovação a partir de registros do passado. Os relatos familiares indicam acontecimentos, relações e hipóteses que podem orientar a pesquisa documental, enquanto os documentos permitem confirmar, complementar, questionar ou limitar aquilo que foi transmitido pela memória.

Nesse sentido, a memória familiar não é utilizada neste trabalho como substituta das fontes documentais, mas como parte do próprio processo de investigação. Cada relato é considerado segundo o grau de correspondência que encontra nas fontes históricas disponíveis. Quando existe documentação comprobatória, a narrativa familiar pode ser contextualizada e corroborada; quando há apenas indícios, a informação é apresentada como hipótese; e, quando não foi localizada documentação suficiente, o relato é preservado como memória familiar e registrado como questão ainda em investigação.

A reconstrução da trajetória de Gentil Daltro Dantas constitui, assim, um processo documental em construção. O objetivo não é transformar todas as lembranças transmitidas pela família em fatos históricos, mas preservar essas narrativas, confrontá-las com os documentos disponíveis e registrar, de maneira transparente, aquilo que já foi comprovado, aquilo que encontra

respaldo parcial nas fontes e aquilo que permanece como memória ou hipótese para futuras pesquisas.

4.9. O que permanece em investigação

A documentação reunida ao longo desta pesquisa reconstruir diferentes aspectos da trajetória de Gentil Daltro Dantas. Entretanto, algumas conexões permanecem sem comprovação documental suficiente. Em vez de preencher essas lacunas com suposições, elas são aqui apresentadas como questões ainda em investigação.

A data de nascimento de Gentil ainda não foi localizada de forma exata em um registro de nascimento ou batismo. A documentação disponível permite situá-lo aproximadamente entre 1878 e 1879, especialmente a partir da idade indicada em seu registro de falecimento. Permanece, portanto, a busca pelo documento que possa estabelecer com precisão sua data de nascimento, localidade e demais informações do registro original.

Os documentos encontrados permitem acompanhar Gentil em diferentes momentos de sua vida, mas ainda existe uma lacuna entre os registros mais antigos e aqueles que passam a demonstrar de maneira mais clara sua atuação econômica em Sergipe. Permanece em investigação como se desenvolveu sua trajetória nesse intervalo, especialmente sua passagem de uma atividade registrada no final do século XIX para sua posterior atuação como proprietário rural e produtor ligado ao Cumbe.

Não há, até o momento, documentação suficiente parar afirmar como ocorreu essa transição, nem se ela decorreu de herança, aquisição, sociedade ou outra circunstância.

O inventário de D. Eugênia Daltro da Silva Dantas, mãe de Gentil, demonstra documentalmente a existência de direitos relacionados às terras e benfeitorias do Engenho Mucury, além de registrar a presença de diversos de seus filhos naquele local. Posteriormente, em 1933, surge o registro do “Estabulo Mucury – de Gentil Daltro”.

A sequência documental é significativa, mas ainda não permite afirmar, por si só, como Gentil passou a estar relacionado ao Mucury ou qual era exatamente a natureza jurídica dessa relação. Também permanece em investigação se o Engenho Mucury mencionado no inventário corresponde o mesmo registrado como Estábulo Mucury, de Gentil Daltro.

Ainda não foi encontrado documentação suficiente para esclarecer se os registros de 1916 e 1920 representam propriedades distintas, propriedades pertencentes a uma mesma estrutura familiar, atividades diferentes exercidas simultaneamente ou relações patrimoniais que foram se modificando ao longo

do tempo. A identificação precisa das propriedades e de suas relações entre si permanece como uma das questões documentais da pesquisa.

Permanece igualmente sem esclarecimento documental suficiente a origem do tratamento do título “Coronel”. O termo, portanto, deve ser preservado quando aparecer em documentos ou referências que o utilizem, mas sua origem permanece em investigação.

O Inventário Amigável de Fortunato Machado do Nascimento, de 17 de agosto de 1905, foi incorporado à pesquisa por sua possível importância para a compreensão das conexões familiares anteriores. Um dos elementos que torna o documento particularmente relevante para esta pesquisa é a presença de Gentil Daltro Dantas como testemunha. A presença de Gentil nesse documento pode ser considerada no estudo das relações sociais e familiares existentes naquele período.

Outro elemento que permanece relevante é a certidão de casamento de 26 de julho de 1938 de Mário Santos e Josefa Araujo Santos, na qual Gentil Daltro aparece como testemunha. A soma desses documentos não constitui, por si só, prova de paternidade, mas forma um conjunto de indícios que justifica a continuidade da investigação e da relação entre Gentil Daltro Dantas e Mario Santos. Entretanto, a recorrência de sua presença em documentos relacionados às famílias envolvidas constitui elemento que justifica a continuidade da investigação sobre a natureza dessas relações.

A ascendência de Gentil também possui uma questão que permanece aberta. A documentação já permite identificar D. Eugênia Daltro da Silva Dantas e Dr. Dionísio Rodrigues Dantas como seus pais, mas algumas conexões das gerações anteriores estão sendo investigadas.

Entre essas questões está a reconstrução das gerações anteriores de sua família. A pesquisa permitiu estabelecer a identificação de Dr. Dionisio Rodrigues Dantas (1832 – 1880), encontrado também um perfil genealógico no FamilySearch, cuja identificação foi confrontada com o conjunto de referências reunidos ao longo da pesquisa. A unificação dessa identificação contribui para a reconstrução da ascendência de Gentil, embora a investigação documental sobre as gerações anteriores de Gentil, embora a investigação documental sobre as gerações anteriores permaneça em desenvolvimento.

As questões ainda abertas não diminuem a documentação já reunida. Pelo contrário, revelam os limites entre aquilo que os documentos permitem afirmar e aquilo que ainda necessita de comprovação. A pesquisa sobre Gentil Daltro Dantas permanece, portanto, em processo de construção, especialmente no que diz respeito às relações patrimoniais envolvendo Mucury e Cumbe, às conexões entre as famílias e à reconstrução das gerações anteriores.

Mais do que encerrar a história de Gentil Daltro Dantas, este levantamento estabelece os pontos em que a documentação encontrada permite chegar e indicar os caminhos que permanecem abertos para futuras pesquisas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconstruir a trajetória de Gentil Daltro Dantas foi, ao longo desta pesquisa, mais do que reunir datas, nomes e documentos. Foi buscar, nos vestígios deixados pelo tempo, elementos capazes de compreender quem foi esse homem, sua trajetória familiar, suas relações sociais e sua participação na sociedade sergipana em um período marcado por profundas transformações.

A pesquisa permitiu reunir diferentes documentos que ajudam a reconstruir aspectos de sua vida. Foi possível identificar sua origem familiar, seus pais, seu casamento com Eugênia de Matos Daltro, sua relação com atividades rurais e com engenhos, além de registros que demonstram sua presença em diferentes momentos da vida econômica e social de Sergipe.

Ao longo desse percurso, o Mucury tornou-se um dos elementos centrais da investigação. O inventário de D. Eugênia Daltro da Silva Dantas registra direitos relacionados às terras e benfeitorias do Engenho Mucury, enquanto documentos posteriores fazem referência aos “Estábulos Mucury de Gentil Daltro”. Outros registros encontrados também demonstram a relação de Gentil com engenho e com procedimentos de transferência e venda. Embora algumas dessas conexões ainda necessitem de comprovação documental mais específica, o conjunto reunido permite reconhecer a importância das propriedades rurais e dos engenhos na trajetória de Gentil.

A pesquisa também permitiu observar que a história familiar não está presente apenas nos documentos que registram formalmente os acontecimentos. Em determinados momentos, foi necessário recorrer à memória familiar para compreender relações que não aparecem de maneira direta nos registros oficiais. É nesse contexto que surge a história de Mário Santos, filho de Alexandrina dos Santos, cuja trajetória permaneceu ligada à família de Gentil Daltro.

Mário nasceu fora do casamento e não foi registrado por Gentil Daltro. Entretanto, os relatos preservados pela família afirmam seu reconhecimento como filho pelos filhos de Eugênia Daltro. A documentação posteriormente encontrada acrescenta elementos a essa história, entre eles a presença de Gentil como testemunha em documentos relacionados a pessoas ligadas à trajetória de Mário.

O caso de Mário demonstra uma das principais características desta pesquisa: a necessidade de aproximar memória e documento. A memória familiar preservou informações que, em determinados casos, não poderiam ser compreendidas apenas pela leitura isolada dos registros oficiais. Ao mesmo tempo, os documentos permitiram estabelecer limites para aquilo que poderia ser afirmado, evitando que uma narrativa transmitida entre gerações fosse apresentada como fato sem o devido respaldo.

Esse cuidado também foi necessário diante das lacunas encontradas durante a investigação. A data exata de nascimento de Gentil ainda não foi localizada em seu registro original; algumas relações patrimoniais envolvendo Mucury, Cumbe e os engenhos mencionados nos documentos ainda precisam ser esclarecidas; e parte da reconstrução das gerações anteriores continua em desenvolvimento. Essas lacunas não representam um fracasso da pesquisa. Ao contrário, demonstram que a reconstrução histórica depende dos documentos que sobreviveram ao tempo e que nem todas as respostas podem ser encontradas em uma única investigação.

Outro aspecto importante foi perceber que diferentes documentos, quando analisados em conjunto, podem revelar uma história que não aparece de forma completa em nenhum deles isoladamente. Um inventário pode indicar uma propriedade; um registro administrativo pode demonstrar uma transferência; uma certidão pode revelar uma relação familiar; e um relato pode preservar uma informação que permaneceu ausente dos documentos oficiais. O cruzamento dessas fontes tornou possível construir uma narrativa mais ampla sobre Gentil Daltro Dantas e sua família.

Ao final desta pesquisa, Gentil deixa de ser apenas um nome presente em documentos familiares. Sua trajetória passa a ser compreendida dentro de um contexto histórico específico, marcado pela transição entre o período escravista e o Brasil pós-abolição, pela importância da propriedade rural e dos engenhos e pelas diferentes formas de constituição e reconhecimento das relações familiares.

Mais do que reconstruir a trajetória de um antepassado, esta pesquisa procurou preservar uma parte da história de uma família. Cada documento localizado, cada relato recuperado e cada dúvida registrada representam uma forma de impedir que essas informações se percam com o passar das gerações.

Por isso, as questões que permanecem sem resposta também fazem parte deste trabalho. Elas indicam que a história de Gentil Daltro Dantas não se encerra com esta pesquisa. Ao contrário, os caminhos aqui reunidos podem servir de ponto de partida para novas buscas documentais, novas entrevistas e novas descobertas.

Este trabalho, portanto, não pretende apresentar uma história definitiva, mas registrar aquilo que foi possível reconstruir até o presente momento. Seu propósito é deixar para as próximas gerações não apenas os nomes e acontecimentos que foram encontrados, mas também os caminhos percorridos para que essa história pudesse ser conhecida.

A memória familiar permanece viva quando encontra formas de ser registrada. E, quando a memória encontra o documento, aquilo que antes poderia permanecer apenas como lembrança passa a fazer parte da história que pode ser pesquisada, confrontada e preservada.

REFERÊNCIAS

DANTAS, Eugênia Daltro da Silva. *Inventário de Eugênia Daltro da Silva Dantas*. Aracaju: Arquivo Judiciário de Aracaju, 1923.

NASCIMENTO, Fortunato Machado do. *Inventário amigável de Fortunato Machado do Nascimento*. Aracaju: Arquivo Judiciário de Aracaju, 1905.

DANTAS, Gentil Daltro. *Inventário de Gentil Daltro Dantas*. Aracaju: Arquivo Judiciário de Aracaju, 1944.

SANTOS, Mário; SANTOS, Josefa Araújo. *Certidão de casamento de Mário Santos e Josefa Araújo Santos*. 1938.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=818470&pesq=%22Gentil%20Daltro%22&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=620

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829200&pesq=%22Gentil%20Daltro%22&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=294

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pesq=%22Gentil%20Daltro%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=100740

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720534&pesq=%22Gentil%20Daltro%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1385

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=356581&pesq=%22Gentil%20Daltro%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=324

https://archive.org/stream/recenseamento1920se/Sergipe_djvu.txt

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=002534&pesq=%22Gentil%20Daltro%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=15523

CRÔNICAS

Um dia de Reis?

Tiago Carvalho Santos[1]

Quem passasse por Japaratuba em seis de janeiro do presente ano, não imaginaria que esta data é consagrada, há mais de século, a principal festa da cidade. Neste dia de Reis, não se ouviu um roncar de onça, um bater de pandeiro, tamborim ou caixa, um soprar de apito marcando o compasso, uma batucada sequer. Por onde passou o cortejo? Alguém viu o Rei ou Rainha do Cacumbi? Os generais ou embaixadores da chegança? Dona Deusa ou Mateus do Reisado? Alguém viu?... acho que não! Será que os Reis do Cacumbi perderam o cetro e a coroa? Que a chegança em razão de tormenta naufragou? Que "Dona Deusa se casou e acabou-se a amizade que tinha" com Mateus, arruinando por sua vez o reisado? Espero que não!

Por uma questão de conveniência a prefeitura dividiu a "Festa de Santos Reis e São Benedito" em três fases: Religiosa, Festival Arthur Bispo do Rosário e a Parte profana. A primeira destinada as missas e procissão, a segunda as expressões artísticas em geral e a cultura popular e a terceira destinada a grupos "pops" como por exemplo: o "Novo É o Tchan". Até aí tudo bem, faz parte da política administrativa cultural do Município. O problema é se ter passado o dia de Reis em branco. Gravíssimo desrespeito as tradições.

Ora, com o dia de Santos Reis termina o ciclo natalino de nossas festividades, o período de celebração ao Menino Jesus, data que, supostamente, os três Reis Magos chegaram a Belém trazendo presentes ao Menino Deus! Dia de Reis é dia de se desfazer os presépios, de reisados, pastoris e cheganças saírem em cortejo pelas ruas da cidade, pedindo sala nas casas que montaram os referidos presépios para louvarem o Deus Menino e os Reis Magos do Oriente.

Dia de Reis é dia de cacumbi, taieira e maracatu saírem em cortejo louvando a São Benedito, que, aqui, há mais de século, preferiu ser louvado nesta data! Dia de Santos Reis meu Deus!... consagrado desde então a coroação do rei e rainha do Cacumbi ponto alto das festividades, tamanha sua importância e simbolismo! Incompreensível é que neste ano, o município decretou feriado em razão da data ter caído numa quinta-feira, porém, nada promoveu! É feriado pela sacralização da alegria e lúdica e Fé nos Santos Reis e São Benedito. Nada de alegria e fé. Só silencio...

[1] Aracaju-SE

A cultura popular tem seus motivos ensejadores, expressos nos diversos grupos. Indissociáveis, portanto, são a fé e a lúdica. O religioso e a brincadeira. A dança, a missa e a coroação do Rei e Rainha do Cacumbi, trazem, assim, elementos do sagrado cristão europeu e das tradições, religiosas e lúdicas, africanas. Principalmente, da coroação dos Reis de Congo e Congadas.

A sociedade de consumo transforma tudo em produto e todos em consumidores. Tem transformado a cultura popular, bens culturais de natureza imaterial em bens de consumo. O homem é o seu tempo. Existe um turismo cultural, importante que Japaratuba explore seu potencial, que lucre com isto, mais, ainda, os brincantes. Temerário é o desrespeito a tradição, religiosa e lúdica, concentrando as apresentações no Festival de Artes Arthur Bispo do Rosário sob pena de esvaziamento dos bens culturais em mero espetáculo estético.

Afinal, que Santo louva o povo desta terra? O Menino Jesus, os Reis Magos e a São Benedito. Ou será o "santo do altar da Prefeitura?" "Meu São Benedito... Meu São Benedito... protegei o Meu Cacumbi"... protegei minha Chegança, meu Reisado, meu Maracatu! Salve Mestres Curau, Batinga, Beto, Antônio de Sirico do Cacumbi, Mestras Ieda(taieira) e Dona(maracatu) e Mestre Sabal do Guerreiro de Marimbondo! Salve! Salve! Saravá!

Aracaju, 15 de janeiro de 2011.

CONTO

PÉROLAS DOURADAS

Ailton Santos

— Existe uma antiga lenda Kate — disse Antony para sua neta de doze anos, que caminhava à seu lado. — Ela conta que se a pessoa encontrar pérolas douradas, encontrará o amor verdadeiro.

— Mas não existem perolas douradas. — questionou, correndo a sua frente para o quarto. — Existem vovô?

— Não é bem verdade Kate. Mas uma jovem as tinha e encontrou seu grande amor.

Chegaram ao quarto da menina. Bem decorado, tons rosa e desenhos de fadas. Pelúcias de gatinhos. Antony estava cansado, sobrepujado por seus oitenta anos. Não era mais o jovem que se formou em direito, a mesma profissão de seu pai, e sonhava com mundos fantásticos. Todas essas ilusões o haviam abandonado.

As últimas fantasias se foram com a morte de seu filho na Grande. Sua nora morreu pouco tempo depois, em um acidente de carro. A neta passou a morar com ele. Era seu universo. Só existiam os dois em seu mundo. Viúvo, órfão de filhos, de amigos e de sonhos.

— Há muitos anos minha querida, saíamos de uma terrível guerra. Muitos jovens cumpriam serviço e, naquele inverno, os ciganos chegaram à vila. Um grupo de soldados retornava para sua base e, próximo aos escombros de um bar, eles foram atacados por bandidos. Pessoas más que se aproveitavam daquela realidade para roubar o que a guerra não consumiu.

— E o que eles fizeram? — perguntou, enquanto Antony a cobria.

— Começaram a atirar. Uns contra os outros.

A menina arregalou os olhos e se acomodou para sentar-se. Mas o avô, com um toque delicado, a fez deitar novamente.

Sentou-se com dificuldade na poltrona ao lado da cama. O couro marrom estava visivelmente gasto.

— Matt era um dos soldados e, buscando a cobertura de uma árvore, revidou os disparos! Tremeu, ao ver mais um dos seus amigos ser morto. A troca de tiros continuou.

Começou a chover. Forte. Um grito chamou sua atenção e, quando buscou de onde viera, percebeu que acaba de perder o último amigo.

Quieto, se escondeu com o fuzil encostado ao peito.

Afastou os pensamentos e recarregou a sua arma. Lhe restavam apenas três munições. Ao mirar, notou uma sombra correndo. O disparo de Matt finalizou aquela silhueta.

— Já chega!!!

Ouviu o grito se alastrar sobre o silêncio. Duas formas saíram de um abrigo. Revelando-se à pouca luz que a tempestade deixara ver.

Seu vestido era longo e colorido. Tons verdes querida. Usava colares e vários anéis. Cabelos pretos e longos, jogados à frente do corpo. Atrás dela havia um indivíduo alto e magro, vestido em couro marrom. Seu olhar era severo.

— Para ou acabo com ela!

Matt percebeu os lábios trêmulos da moça. Eles balbuciaram alguma coisa para ele, mas não entendeu o que. O bandido forçou a sua pistola contra as costas dela. Torceu seu braço com mais forma.

Matt se viu admirando a ondulação dos cabelos dela.

Bailavam, tomados pela vida, contrários a toda aquela chuva. Fantasmagóricos.

Com um movimento lento, soltou seu rifle.

Sempre foi um detalhista sentimental. Fraco para os seus superiores. Espantava-se em ter vivido tanto na realidade que viveu. Ainda estar vivo, sendo alguém que se importava com os civis. Ainda mais ciganos. Ninguém gostava deles.

— Eles roubam cavalos. Não é vovô?

— Não é bem assim querida. Mas, uma vez, roubaram o do Matt. E ele andou por muitos quilômetros, humilhado por seus colegas. Passou seis meses limpando os estábulos e, por conta disso, lhe apelidaram de “esterco”.

A pequena riu, colocando as mãos na barriga. O velho acompanhou suas gargalhadas.

Após um momento, continuou:

— A moça girou o corpo de súbito, quando o vilão ergueu o braço para atirar, e agarrou seu punho. O disparo atingiu o chão entre os pés de Matt. Ele saltou para o lado e mais uma faísca nasceu contra a chuva. Um disparo, seguido de outro. O bandido caiu sobre o cascalho do cruzamento.

— E o que aconteceu com a cigana? — A pequena se sentou com um impulso. Os olhos brilhavam, enormes encarando o avô.

— Calma. Vou continuar.

Matt, recobrando a consciência, correu para a cigana caída. O sangue manchou o seu vestido. A moça lhe olhou profundamente e, naquele momento, o rapaz o quanto era linda.

— Como... como. Você está bem?

— Estou. Obrigado! — Ela olhou para o corpo ao lado e lágrimas se destacaram em seu rosto.

Kate pôs um dedo no queixo.

— E dá para perceber a diferença? — perguntou. — Água não tem a mesma cor?

— Nem sempre. O sentimento transparece em tempestades ou primaveras, minha querida. — respondeu, inclinando-se em direção à cama.

— Deixa eu ver, onde é que estávamos? Ah, sim...

A casa do entroncamento ainda tinha metade de sua cobertura. Era o suficiente para passarem à noite. Estava longe de sua base e ainda mais de sua casa.

Com muito trabalho, conseguiu acender a lareira com a pouca madeira seca que pôde achar. Vasculhou em sua mochila. Pegou uma lata de feijão e um pedaço de carne seca. Tudo o que havia. Dividiram a refeição e começaram a conversar.

Kassy, o nome da cigana era Kassy.

Ela lhe contou que emigrava com seu grupo, em busca de segurança. Mas tudo o que viam era desolação.

— Houve confrontos, mas conseguíamos fugir. Esses aí nos alcançaram a alguns quilômetros desse lugar. Mataram-nos e morreram! Sobraram aqueles dois desgraçados de seu bando de miseráveis. Me levaram junto com a Meire. Ela morreu, um pouco antes de vocês chegarem — Virou o rosto para um canto e Matt percebeu o embrulho manchado de sangue.

— Chegaram a machucar vocês? — disse, com a voz baixa. Medindo as palavras.

— Não tocaram em mim! Mas, não posso dizer o mesmo sobre ela. Precisavam de alguém para levá-los à cidade. Infelizmente só uma bastava.

Apertou o vestido molhado contra o corpo, se envolvendo em um abraço.

— Se não tivessem chegado, eu teria sofrido o mesmo fim. Ou coisa ainda pior — completou. — Lamento por seus amigos.

Matt esboçou um sorriso em resposta aos olhos que o acolhiam.

— Nos perdemos nas colinas. Nosso rádio anunciou o fim da guerra. Mas, só restaram nós três. Andávamos há dois dias, no fim das provisões e sem comunicação. Chegamos aqui. — olhou ao entorno. — Isso é quase uma piada macabra para se contar.

— Não se pode ter um final feliz. Mesmo na guerra?

— Eu continuo acreditando que sim. Alguém deverá sobreviver, alguém melhor que nós. Continuar de pé, e cantar uma mensagem: que vale a pena acreditar em finais felizes.

A moça meneou a cabeça.

Dormiu, próximo ao fogo, aninhada em seu vestido. Não demorou muito para Matt também cair no sono. A chuva continuou, agredindo as paredes que lutavam para se manter em pé.

O sol da manhã rompeu as nuvens. Ao abrir os olhos, Kassy não viu seu novo amigo. Ouviu um barulho fora da casa. Chegou no momento em que o rapaz terminava de cavar.

— Todos merecem um enterro cristão. Essa é a sua mensagem, Matt?

O soldado continuou. Parou ao terminou a quinta cova.

A pergunta lhe pareceu curiosidade e não zombaria.

— Ninguém merece virar comida de abutres. Todos devemos partir com uma mensagem de Deus. — concluiu, ao subir. Largou a pequena pá sobre o monte de terra ao lado.

A moça o ajudou com a tarefa. Logo depois, cravaram a última cruz improvisada. Rezaram de cabeça baixa. Matt se despediu dos amigos e Kassy de sua prima.

Ele se viu pensando na ironia do mundo. O mais fraco, foi o único sobrevivente de toda a unidade. Sabia que a guerra tinha o poder de acabar com a gentileza, como um tanque esmaga a flor, mas ele não permitiria que isso lhe acontecesse.

— Opcha, Opcha, minha Santa Sara Kali, mãe de todos os ciganos desta terra e do além-túmulo! — disse a mulher, erguendo os braços acima da cabeça, ao fim da prece.

— O que foi isso?

— Uma oração, para que o espírito de Meire seja recebido e para que os que ficaram encontrem esperança. — respondeu, tomando as mãos do jovem soldado entre as suas.

Ele tremeu, paralisado com aquele olhar. Mas, sua atenção foi roubada pelos brincos da moça.

Duas pérolas douradas.

Impossíveis. Tanto quanto um encontro improvável.

— E o que aconteceu depois da estalagem? — a menina perguntou.

— Ele não chegou a sua base. Mas não sentiu medo pelo futuro. Foi tomado por uma sensação que até então não conhecia.

— Que sensação foi essa, vô?

— A de ter encontrado um lar, minha querida.

— E depois, o que aconteceu?

— Isso já fica para outra história. É hora de dormir.

Levantou-se, apoiado nos braços da poltrona.

Beijou Kate na testa.

— Boa noite meu amor!

— Boa noite vovô!

Da porta, olhou longamente para a menina que virou para dormir.

Desligou a luz e saiu.

Na biblioteca, Antony serviu-se de um copo de whisky e ligou a antiga vitrola. Ela rompia o silêncio. Sentou-se à mesa de leitura e abriu uma gaveta. Pegou a pequena caixa.

Tomou mais um pouco da bebida, colocou o copo sobre a mesa, e observou a chuva cair sobre a janela. A água escorria pelo relevo que formava uma paisagem de céu estrelado. A lua encontrava o sol sobre um campo aberto.

— Como naquele dia.

O cansaço foi vencido por um sono que veio de súbito, dominando corpo e mente.

Fechou os olhos.

Seu braço pendeu, escorregando sobre o apoio da poltrona. De sua mão caiu uma caixa. Pequena, coberta por entalhes.

Do estojo, voou um pedaço de papel, acompanhado de duas esferas com um brilho de ouro gasto. Elas rolaram e pararam aos pés do antigo soldado. A noite fria habitou aquela sala. Apenas um retrato em preto e branco permaneceu sobre a mesa, enquanto a vitrola tocava.

Voinho

Renata Dantas do Amaral[1]

Era uma vez um lindo voinho, bem grandão e magrinho. Tão amoroso e presente na minha vida, tornou-se incrustrado na minha infância e na minha memória.

Vivíamos numa antiga casa de azulejos portugueses azuis e brancos, que ainda se encontra na esquina da praça principal. As palmeiras imperiais que rodeavam a praça eram o abrigo das cigarras que não me deixavam dormir à noite. Para completar a infeliz cantoria das minhas noites insones, havia os cachorros que latiam solitários uns uivos tristes. Eu não uivava, mas a noite expressava uma solidão tão desamparada, por isso eu odiava tanto os chiados das cigarras e ainda mais dos cachorros. Na verdade o que eu não suportava era o meu estado de presenciar acordada o rasgar calado e melancólico da madrugada.

Nessa época, eu pensava muito e sofria por muito pensar. Pensava em muitas coisas, mas principalmente no sofrimento dos bichos e dos loucos. Quem dá de comer ao gato que mora na rua? Como ele dorme nas noites frias se não tem casa? Por que tanta gente louca no mundo? O que será que aconteceu para Bezita enlouquecer? Por que maltratam os bois pondo em seu lombo as iniciais do dono com um ferro em brasa? Não havia nenhuma resposta. Será também que alguém se importava com isso?

A menininha de cabelos dourados amava tanto o voinho e o voinho amava tanto a menininha. Ele era um porto seguro e sua presença era um bem-querer, igualzinho àquela boneca ou paninho que não se quer largar porque traz proteção. Quando meus pais e eu nos mudamos para outra cidade ele arriou-se de cama. Uma parte dele parecia ter morrido.

Sábado era dia de feira e de ganhar boi de barro. Domingo era um dia quieto, calado, dia de ir à igreja. Às tardinhas, voinho me levava para passear na praça, essa que até hoje me recorda tanta coisa vivida: brincar de canto, de manja, de se esconder. Ali tinha um coreto, várias árvores em forma de casinha e uma fonte luminosa que até já tomei banho. Tudo era um convite.

Sua presença me reconfortava diante dos vários doidos que rondavam nossa casa. A vizinha escandalosa que também colecionava bois de barro, maluca de doer, saia gritando praça afora. Havia um doidinho, quase nu,

[1] Psicóloga e Diretora do Centro de Memória Digital de Simão Dias-SE

que ficava parado na esquina, com os olhos alucinados, só pulando. E o inteligente, que toda manhãzinha ia discursar sua retórica, aos gritos na casa de minha vó.

Meu belo voinho foi-se embora sem se despedir de mim, sem dizer uma palavra, sem nenhum abraço... Quem o tomou de mim, assim, desse jeito? Quem teria essa coragem?

No dia do enterro, mandaram-me para a casa de uma tia. A morte foi escondida. Aquela ausência dolorosa, sem explicação, tornava os dias vazios, tristes, enganadores. Fatos ocorridos, porém ocultados da consciência de uma menina que tudo via, tudo sentia e tudo captava. Assim, a dor se multiplicou. A dor da perda vezes a dor do engano, a dor da saudade vezes a dor de um assunto proibido. Ai como eu queria falar do meu amor por meu avô, da falta que ele fazia, mas com quem eu iria conversar, se não nominaram a morte? Este assunto não existia em palavras, mas por isso mesmo explodia e explode dentro de mim. Eu preciso gritar essa dor e esse escrito é um grito, grito duplo, da menina de 4 anos que passou por essa perda e desta que agora escreve e continua perdendo.

A morte foi calada, pensando-se que assim ela não seria acompanhada de sofrimento. Mas o sofrimento está aqui e agora, na infância que pula em mim e no louco desejo de segurar o tempo para que ele não me leve embora nem rasgue as minhas circunstâncias queridas.

À tardinha, minha casa era invadida pelo minotauro, aquele monstro horroroso do Sítio do Pica-pau Amarelo, o que me fazia sair correndo em disparada pelo tablado de madeira antiga rumo às longas pernas do meu voinho. Agora, também corro até ele, para que me acuda na minha dor e me ajude a trazer à memória as minhas lembranças boas, e que eu deixe os momentos maus serem tragados pelos terríveis braços da morte, esta inditosa senhora que traz pavor a todas as gentes.

POEMAS

Esculpir palavras

Ailton Santos

Quantas são as palavras
que, no cotidiano da vida,
se veem empregadas na
luta, no choro e na lida?
Aquelas que conhecemos,
expressamos de forma doméstica.
Cem, duzentas ou trezentas?
Algumas curtas, outras complexas.
Envolvemos nosso sentimento
em vocábulos e, através deles,
buscamos exprimir a face dos dias,
com alegrias, tristezas e partidas.
Todo tipo de emoção e ato,
embora tais coisas não caibam
apenas em palavras e, ao fim de tudo,
sejam impossíveis de expressar.
Romeu declamou belas falas.
Mas nenhuma delas teve efeito,
ou o sentido que empregava,
ao ter o coração saltando do peito.
Julieta esqueceu as sílabas
e tantas orações ditas com ardor.
No entanto, nas palavras infindas dos dias,
mantém-se firme o amor.
O silêncio livra o homem do tédio.
Porém, outras formas de linguagem,
expressões, ações ou talvez imagens
hão de pôr abaixo taciturnos prédios.

27/04/2025

Enumerar passados

Ailton Santos

Velhos risos entre dentes.
Velhos isso, velhos aquilos,
entre faias e sementes.
Dias quentes, dias frios.
Foi um olhar que não se abriu,
o sentimento inaudito.
Despertar lento no domingo,
a oportunidade que se perdeu.
O sentido do adeus,
cá e lá do firmamento.
Um quedar contentamento,
o sofrer que não doeu.
Dormir e acordar novamente,
entre os passos que não se leu.
Ansioso ou descontente,
melindroso como o “eu”.
Dentes velhos entre risos,
isso envelheceu e também aquilo.
Sem as sombras, novos brotos.
Dias quentes, tantos frios.

31/07/2025

CORAGEM DE SER ARRAIÁ

Alessandro Américo Menezes dos Santos

Quando a fogueira se apaga devagar,
não é fim de festa, é começo de lembrar.
Lembrar que esse chão de barro e esperança
só vira palco porque o povo não cansa.

Tem sanfoneiro que nunca teve cachê,
atriz que atua pra sobreviver,
poeta que escreve no banco da praça,
artista plástico de sonhos num muro que lhe abraça.

Tem bordadeira que costura a tradição,
jovem da quadrilha que ensaia no puxadinho do portão,
cantor que afina a voz no quintal apertado,
e cineasta de celular, editor improvisado.

Hoje a praça é luz, sem bandeirinha colorida, não precisa!
mas a gente sabe quanto custa essa vida.
Por trás de cada passo no salão,
tem suor, tem renúncia, tem coração.

Por isso a gente grita, sem medo de falar:
sem artista regional não existe Arraiá.
Sem apoio, sem respeito, sem garantia,
quem segura a chama da nossa alegria?

Não queremos esmola, nem favor de ocasião,
queremos política pública, respeito e condição.
Queremos cachê justo, contrato na mão,
queremos cultura como direito, não como doação.

Se um dia nossa voz se calar de vez,
se o verso desistir de nascer em português,
se a quadrilha dançar só em comercial de TV,
que tipo de Lagarto é... que a gente vai ser?

Mas enquanto houver um sarau no terreiro,

enquanto um verso segurar seu escritor verdadeiro,
enquanto um menino escrever seu cordel,
enquanto uma mestra da cultura olhar pro céu,

Vai ter resistência no silêncio da canção,
vai ter protesto no toque do baião,
vai ter futuro plantado nesse chão,
porque cultura é semente, não é distração.

Hoje, aqui na praça, nesse Arraiá bonito,
a gente declara em alto e bom grito:
Que: VIVA O ARTISTA DA NOSSA REGIÃO!
Que viva o povo que faz de si próprio o seu sermão!

De Lagarto ao lugar mais distante,
Que esse giro firme, forte e constante
Celebre o parafuso que nasceu nessa identidade
Que tem nome, imaginário e sua lagartinidade

Se um dia perguntarem: Quem acendeu essa fogueira?
digam: foi o povo, foi a artista, foi a cozinheira,
foi o menino da luz, a moça da maquiagem,
foi o som, foi a dança, foi a coragem.

MENINA MOÇA

André Barbosa de Santana

Fita laranja no cabelo, menina moça, moça menina linda, olhos cor de mel.
Alva como as nuvens do céu.
Roda menina, menina moça a bailar.

O sonho da menina era dança com os pássaros e voar bem alto.
Menina moça de laço laranja, um encanto de moça nos embalos da vida.
Um dia ela acordou bem cedinho, colocou seu lindo vestido de seda azul céu e correu até o pasto para ver o baile das viuvinhas.

Ela bailava e cantava com a alegria de ser menina moça.
Seu sorriso encantador os pássaros e a todos ao seu redor.
Roda menina moça, moça menina, linda e encantadora menina.

Passou o tempo, a menina transformou-se em uma linda mulher, seu charme e pureza eram vistos de longe por todos.
Seu amor pelos pássaros e vontade de voar não pararam e de longe, ouvia o som dizendo: Vem menina moça, moça menina, bailar conosco.

Em memória de minha Vovó Moça

ESTAÇÃO POLAR

Ascendino Santos Souza[1]

No branco imenso da paisagem,
onde o horizonte se desfaz,
o vento escreve sua mensagem
em flocos de silêncio e paz.

A noite veste o céu de estrelas,
a lua ilumina o chão gelado,
e o frio, com suas mãos tão belas,
abraça o mundo adormecido e calado.

Entre montanhas de gelo e neve,
um pinguim caminha devagar,
enquanto a aurora, leve e breve,
pinta o céu e começa a dançar.

Ali, o tempo parece parado,
sem pressa de chegar ao fim;
e o coração, diante do infinito,
descobre um universo dentro de si.

Estação polar, terra distante,
onde o frio encontra a imensidão,
és um retrato fascinante
da força e beleza da criação.

[1] Nascido em Estância, Sergipe. Professor especialista em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Piauí e em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho, também pela Universidade Federal do Piauí. Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Possui poesias publicadas em algumas antologias e coletâneas. Já participou de mais de 30 concursos literários.

CÍRCULO PERFEITO

Ascendino Santos Souza[1]

Caminho em círculos,
sem saber onde começa
nem onde termina.
Talvez a vida seja isso:
um passo repetido
à procura de um sentido
que nunca se deixa alcançar.

Carrego perguntas no bolso
como pedras silenciosas.
“Quem sou?”
“Para onde vou?”
“Por que continuo?”
E o mundo não responde
apenas gira,
indiferente à minha fome de eternidade.

Há dias em que acredito
que o destino é uma linha.
Em outros, descubro
que toda linha é apenas
um círculo disfarçado.

Volto aos mesmos medos,
aos mesmos desejos,
às mesmas portas fechadas.
Mudo o rosto,
mudo o nome das coisas,
mas encontro, no espelho,
o mesmo estranho
pedindo uma razão para existir.

Talvez a perfeição
não esteja em chegar.
Talvez esteja em compreender
que o caminho não leva a lugar algum
e ainda assim caminhar.

Porque o círculo perfeito
não precisa de saída.
Ele se fecha sobre si mesmo
como a noite sobre o mundo,
e, no instante em que aceito
que não há centro, descubro:
eu era o centro
procurando a borda.

A ESPADA E A LEI

Ascendino Santos Souza[1]

Entre a espada e a lei, há um caminho,
feito de coragem, justiça e razão;
de um lado, o poder que abre o destino,
do outro, o dever que guia a mão.

A espada reluz quando a noite avança,
promete defesa, impõe proteção;
mas a lei, quando nasce da esperança,
deve ser escudo, jamais opressão.

Não vence quem golpeia mais forte,
nem quem faz do medo seu maior rei;
vence aquele que enfrenta a própria sorte
sem trair os princípios da lei.

Pois a espada, sem lei, vira tirania,
e a lei, sem justiça, perde o valor;
uma precisa da outra, noite e dia,
para que o poder não se torne dor.

Que a força se curve diante do direito,
que a justiça não tema a autoridade;
e que todo homem carregue no peito
o dever de lutar pela liberdade.

Assim, entre a espada e a lei,
que permaneça erguida a verdade:
pois mais forte que qualquer rei
é a justiça guiando a humanidade.

DEVOÇÃO

Ascendino Santos Souza[1]

Entrego a ti meus silêncios,
os sonhos que escondo no peito,
as palavras que não digo
e todo amor imperfeito.

És chama em noite fria,
és abrigo em temporal,
a doce luz que ilumina
meu caminho desigual.

Em cada amanhecer,
meu pensamento te procura;
em cada estrela que nasce,
vejo um pouco da tua ternura.

Não prometo eternidades,
nem juras escritas ao vento;
ofereço apenas meu coração,
inteiro, em cada momento.

Se amar é perder o medo
de se entregar sem condição,
então recebe, com carinho,
esta humilde devoção.

E quando os dias forem longos,
quando a vida pesar demais,
lembra que em meu peito existe
um amor que não se desfaz.

Pois, entre todas as escolhas
que o destino pode trazer,
eu escolheria, outra vez,
amar você.

QUANDO O DIA AMANHECER

Ascendino Santos Souza[1]

Quando o dia amanhecer,
e a noite enfim se despedir,
que o sol venha nos lembrar
que sempre é possível sorrir.

Que os sonhos, adormecidos,
despertem junto à manhã,
como flores entreabertas
sob a luz de um novo amanhã.

Quando o dia amanhecer,
deixe o vento levar a dor,
e que cada raio de sol
traga esperança e amor.

Que o passado fique distante,
feito estrela que já se apagou,
e que o presente, tão brilhante,
mostre tudo o que ainda restou.

Quando o dia amanhecer,
não tenha medo de recomeçar;
há caminhos esperando seus passos,
há novos céus para contemplar.

E se a vida parecer escura,
lembre-se, mesmo sem perceber:
depois da mais longa noite,
sempre existe um novo amanhecer.

A SÚTIL ARTE DA GENTILEZA

Mariana Assunção Ralim Santos[1]

Na mão caridosa estendida
Na escuta sem pressa
No sorriso de surpresa
No olhar de luz

A gentileza vive
Na arte de quem sabe viver
Com amor ao próximo
E no saber andar devagar

A luz, o amor
Transborda no olhar,
No tom de voz suave
Na arte de ser gentil!

[1] Nasceu em Aracaju, Sergipe. Escritora e poetisa. É Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Possui Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe e Bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Possui participação em Antologias.

RESENHAS

RIDENTI, Marcelo.* O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2010. [1]

Jonatas Silva Santos[2]

O fantasma da revolução brasileira, obra em questão, não surge apenas como um livro de intervenção ou crítica política. Sua origem remonta à tese de doutorado defendida por Marcelo Ridenti na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP-FFLCH), constituindo o resultado de uma vasta pesquisa acadêmica e de um amplo levantamento de dados. Dessa forma, a obra se sustenta em uma investigação desenvolvida pelo autor desde a década de 1980, trajetória que contribuiu para consolidá-lo como uma das principais referências nos estudos sobre as esquerdas brasileiras e a ditadura militar.

Partindo para a obra em si, ela tem como ponto de partida apresentar a esquerda revolucionária aos leitores, sempre com características muito próximas às da História Social e Política, apontando as decisões dos partidos com base em suas diretrizes apresentadas na época estudada. Esse tipo de levantamento proporciona uma rica análise que auxilia no objetivo central do texto: compreender o tal fantasma da revolução brasileira.

Ao tratar do início dos anos 1960, Ridenti levanta posicionamentos vindos do PCB, que possuía clara posição de vanguarda e era referência quando se tratava de partidos da esquerda brasileira. Em sua corrente de pensamento estavam algumas teses bastante debatidas na época — e não seria exagero dizer que algumas delas ainda são debatidas nos dias atuais —, como, por exemplo, a ideia de que o Brasil teria de superar seu feudalismo ou semifeudalismo para que posteriormente pudesse chegar ao socialismo, ou seja, uma perspectiva etapista de construção do socialismo.

Essa concepção estava basicamente ancorada na ideia de que a revolução burguesa deveria preceder uma revolução do proletariado no caso brasileiro. Alinhado a isso, havia também uma definição dos inimigos e aliados dessa revolução: os aliados iriam desde os setores nacionalistas até a burguesia nacional, todos considerados fundamentais para eliminar aquilo que era entendido como o principal inimigo do Brasil, o imperialismo.

[1] O presente texto, foi inicialmente desenvolvido com a finalidade de ser uma atividade avaliativa da disciplina de História do Brasil República (2026.1) do curso de História-UFS.

[2] Graduando(a) do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristovão, Sergipe, Brasil. E-mail: jonatasssilvaaa17@gmail.com.

Estando essa visão certa ou errada, a verdade é que ela fracassou. Segundo Ridenti, a ala revolucionária do PCB assistiu ao golpe sem ter muitos meios para resistir. Entretanto tratava-se de uma ala revolucionária que tocava, cantava, pesquisava e atuava, e que, por esses e outros motivos, conseguiu alcançar grande relevância na cultura e na arte brasileiras, inclusive nos anos subsequentes ao golpe de 1964.

Após discutir a condição de 'testemunha perplexa' do PCB e de outros partidos diante do golpe, o autor passa a se ater à reorganização dessas organizações — muitas delas dissidentes do próprio PCB, como a ALN, o PCdoB, o PCBR e diversas outras dissidências internas (DIs).

Com a ajuda de alguns quadros, tabelas e guias de siglas, Ridenti vai trabalhar as diferentes visões desses partidos, que, segundo ele, poderiam ser divididos em:

> três grandes coordenadas as divergências entre vários grupos em que se fragmentava a esquerda brasileira na década de 1960: uma, referente ao caráter da revolução brasileira; outra às formas de luta para chega ao poder; uma terceira, ao tipo de organização necessária à revolução. (Ridenti, 2010, p. 32).

Com esses três pressupostos, podemos exemplificar várias das divergências entre os partidos, desde a revolução por etapas defendida pelo PCB e em partes pela ALN e PCBR contra a revolução imediata do VPR, VAR-Palmares etc. As formas de luta também variavam significativamente, indo desde a via pacífica defendida pelo PCB e da guerra popular prolongada proposta pelo PCdoB e pela AP, até o foquismo adotado por grupos como o MR-8 e o COLINA e a guerrilha urbana armada defendida pela ALN e pela VPR.

Por fim, havia divergências quanto ao tipo de organização necessária para conduzir a revolução: desde o partido leninista tradicional, defendido pelo PCBR e pelo MR-8, passando pelo militarismo e pela negação do partido presentes na ALN, até a concepção da guerrilha como vanguarda revolucionária defendida pela VPR e pelo COLINA.

Por mais que seja quase impossível não se perder em meio a essa quantidade de siglas e intersecções entre elas, o mais importante é observar o grau de concordância e discordância existente entre esses movimentos.

Falando agora sobre as concordâncias, Ridenti vai elucidar dois pontos claros que, embora fossem debatidos de maneiras diferentes, estariam presentes na maior parte das organizações revolucionárias: o imperialismo e o latifúndio. Para a esquerda revolucionária, o imperialismo norte-americano sobre o Brasil e a presença dos latifúndios seriam alguns dos principais motivos

por trás da estagnação econômica do país, que, por sua vez, impactaria diretamente o desenvolvimento socioeconômico do povo brasileiro.

> Não haveria alternativa de desenvolvimento enquanto o país estivesse submetido ao imperialismo, cuja marca seria garantida pela força bruta do regime militar, único caminho de manutenção do sistema capitalista (ou imperialista) em decomposição. (Ridenti, 2010, p. 56).

Além disso, segundo o autor, essas organizações terão como característica o fato de serem tipicamente urbanas, não passando de esboços as tentativas de guerrilhas rurais (RIDENTI, 2010, p. 58). Outrossim, outra convergência dessas organizações foi a derrota.

> Com o aumento da repressão, com a recuperação do capitalismo brasileiro e com o refluxo dos movimentos de massas, os grupos armados foram perdendo suas bases sociais, mas insistiam na ofensiva da luta armada, sem se dar conta do isolamento para que caminhavam e tampouco das transformações da conjuntura, o que viria a implicar a virtual destruição das organizações guerrilheiras. (Ridenti, 2010, p.58).

A partir do capítulo "A canção do homem enquanto seu lobo não vem: as camadas intelectualizadas na revolução brasileira", Ridenti decide aprofundar o que vinha fazendo desde os primeiros capítulos, ou seja, destrinchar, por categoria, os setores que faziam parte dos partidos de esquerda radical. A começar pelos artistas, o autor destaca — sempre com base em seus quadros estatísticos — que havia uma penetração significativa desses profissionais na esquerda armada. Contudo, o número de artistas denunciados por envolvimento com a luta armada poderia ter sido muito maior se aqueles que atuavam de outras formas — formas estas que não foram detectadas pela repressão do regime, como o ativismo em movimentos sociais, a agitação teatral, a solidariedade financeira e, especialmente, a produção cultural crítica — também tivessem sido identificados pelo aparato repressivo (RIDENTI, 2010, p. 72).

Vale lembrar que, ainda assim, o meio cultural e artístico foi vítima de censura, prisões e torturas. Outro ponto que se mostra relevante na análise do autor acerca dos artistas na resistência ao golpe é o florescimento cultural do início da década de 1960. Retomando experiências como o CPC, o Cinema Novo, o Teatro de Arena e a Bossa Nova, Ridenti aborda as estruturas e referências artísticas que continuariam compondo esse quadro mesmo após o golpe.

Para explicar o contexto econômico e social vivido pelo Brasil durante a década de 1960, Ridenti trava um importante diálogo com o autor britânico Perry Anderson. Segundo Anderson (1986 apud RIDENTI, 2010, p. 74), a modernidade europeia seria marcada pela coexistência de elementos pré-capitalistas, tecnologias emergentes da Segunda Revolução Industrial e pela proximidade imaginativa da revolução social. Ridenti complementa essa análise ao transportá-la para a realidade brasileira e terceiro-mundista — realidade que o próprio Anderson já havia apontado como possuidora de características particulares.

O autor afirma que, diferentemente da Europa — cuja modernidade teria chegado ao fim com o encerramento da Segunda Guerra Mundial —, o Brasil permaneceria inserido nesse processo mesmo após o término do conflito.

> Havia toda uma ilusão libertária com o salto na industrialização a partir do governo Kubitschek, também uma luta contra o poder remanescente das oligarquias rurais e suas manifestações políticas e culturais, além de um impulso revolucionário respaldado em amplos movimentos de massas, e portador de ambiguidades nas propostas de uma revolução brasileira, burguesa (de libertação nacional) ou socialista, com diversos matizes intermediários. (Ridenti, 2010, p. 75)

Tal contextualização teórica nos ajudará a compreender boa parte da produção do autor acerca das camadas artísticas e intelectuais ao longo da década de 1960. A começar pela disputa entre os nacionalistas da MPB e os vanguardistas da Tropicália. Ambos possuíam uma visão um tanto quanto otimista: os nacionalistas por acreditarem que estariam relativamente isentos da indústria cultural e que conseguiriam alcançar a romântica visão de arte e povo brasileiro idealizada no início da década; já os tropicalistas tinham como norte a ideia de que seria possível dialogar com a indústria cultural sem necessariamente se submeter a ela, como expressa Caetano Veloso ao afirmar: "Nós, eu e ele [Gil], tivemos a coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas, e vocês?" (RIDENTI, 2010, p. 99).

Ao lado desse debate, também se discutia a real relevância dessa classe artística e intelectual. Seria ela culturalmente dominante em escala nacional? O autor reconhece explicitamente que essa produção artística "contestadora" atingia um público restrito, chegando a citar um ensaio de Roberto Schwarz, que estimava que tal cultura não alcançava mais de 50 mil pessoas em um país com cerca de 90 milhões de habitantes (RIDENTI, 2010, p.

103), apesar de o próprio Ridenti considerar esse número um tanto deflacionado.

Saindo campo cultural e acentuando-se no intelectual, Ridenti segue sua estrutura de apresentar a categoria de maneira macro, para que posteriormente especifique as alas dessa categoria. Nesse caso, vemos primeiro o caso dos estudantes, que são estavam divididos em uma minoria crescente que era da classe trabalhadora menos abastada e uma classe trabalhadora em ascensão e até mesmo uma aristocracia decadente em confluência com as inseguranças econômicas que acabavam por delimitar um futuro um tanto quanto pessimista até pra quem via a universidade como uma possibilidade de mobilidade social.

Isso tudo alinhado a uma presença inicialmente crescente do ME e da UNE, porém, que a partir especialmente de 1968 se transformaram em movimentos completamente clandestinos até serem bastante podados voltando a ter alguma relevância parecida já no momento de redemocratização.

Caminhando para o fim do livro, Ridenti passa a falar da classe trabalhadora numa clara tentativa de evidenciar que a luta contra a ditadura não foi composta por artistas ou intelectuais, e que sim, teve a presença dos trabalhadores simples. Assim como boa parte das outras categorias, a inserção das esquerdas armadas nas bases da sociedade revela uma tentativa de representação das camadas populares que, embora tenha alcançado alguns sucessos localizados, enfrentou grandes barreiras estruturais e repressivas.

Posteriormente, Ridenti vai detalhar a camada dos trabalhadores simples. Alguns dos movimentos relevantes abordados por Ridenti são: o movimento operário de Osasco, os ex-militares subalternos (sargentos, marinheiros e cabos), os trabalhadores rurais e a guerrilha do Araguaia (Embora a presença de lavradores fosse numericamente pequena nos processos [apenas 2,4%], o campo era o cenário central do projeto revolucionário) e as mulheres de extração popular (Ridenti, 2010, p. 219).

De maneira geral, a trajetória desses trabalhadores sob a lente de Ridenti demonstra um desenraizamento social progressivo: conforme as pontes com a sociedade eram cortadas pela repressão e pelo refluxo dos movimentos de massa, as organizações mergulhavam em uma dinâmica de sobrevivência que as levava inevitavelmente à autodestruição.

Partindo para o último fragmento do livro antes do posfácio, encontramos o capítulo *"Luta, conspiração e morte"*. Nele, Ridenti procura compreender, tanto do ponto de vista sociológico quanto político, alguns dos fatores que contribuíram para o fracasso do projeto revolucionário brasileiro. Entre os aspectos destacados pelo autor estão a representatividade e a clandestinidade, elementos que, embora necessários para a sobrevivência das

organizações em determinados momentos, acabaram produzindo efeitos negativos sobre elas.

O primeiro desses fatores é aquilo que Ridenti denomina de “ilusão da permanência representativa”. Em linhas gerais, trata-se da crença de que uma liderança continuaria representando sua base social mesmo após afastar-se dela. Entretanto, ao mergulhar na luta armada e na clandestinidade, muitos militantes acabaram perdendo contato direto com os grupos sociais em nome dos quais afirmavam lutar. O resultado foi o enfraquecimento dos vínculos com parcelas da classe trabalhadora e a dificuldade de construir um enraizamento político mais amplo.

Associado a isso, surge o problema da clandestinidade. Segundo o autor, a intensa repressão do regime militar obrigou diversas organizações a direcionarem grande parte de seus esforços para a própria sobrevivência. Dessa forma, em muitos casos, a manutenção da estrutura clandestina passou a ocupar um espaço tão central que a perspectiva revolucionária acabou sendo colocada em segundo plano.

Na parte final da obra, Ridenti apresenta um dos capítulos mais sensíveis do livro: *“Vida e morte de um projeto revolucionário”*. Nesse momento, a análise se afasta parcialmente das estruturas organizacionais e volta-se para a experiência humana dos militantes – não se deixando levar e perdendo se caráter de análise sociológica. O autor destaca o forte sentimento de pertencimento existente entre aqueles que compartilhavam a clandestinidade, criando laços que frequentemente assumiam características semelhantes às de uma família. Ao mesmo tempo, são discutidos os impactos psicológicos produzidos por essa condição, marcada pela perseguição constante, pelo isolamento, pelo medo e pela convivência cotidiana com a possibilidade da prisão, da tortura e da morte. Assim, o encerramento da obra procura demonstrar que a derrota da revolução brasileira não foi apenas política, mas também profundamente humana.

Considerações Finais – Indicação

Ao lono de *O fantasma da revolução brasileira*, Marcelo Ridenti consegue além de traçar um panorama dos anos 1964-1974, aprofundar e contribuir na compreensão do movimento revolucionário e de resistência brasileiro dessa época. A obra contempla no que diz respeito as motivações, estratégias, expectativas de maneira critica sem cair na romantização ou condenação desses movimentos, entendendo-os como movimentos contraditórios da sociedade de classes brasileira.

Devido a densidade e complexidade do material, indico essa obra para estudantes e pesquisadores das áreas de História, Sociologia, Ciência Política e

Ciências Sociais em geral, sobretudo aqueles interessados em compreender a ditadura militar brasileira, a formação das esquerdas revolucionárias e as relações entre cultura e política durante as décadas de 1960 e 1970.[3]

[3] Esse texto foi corrigido ortograficamente com o auxílio de ferramentas digitais como: Chat GPT e LanguageTool.

Revista da Academia Sergipana de Letras

N. 19 - 26.10.2026

Dossiê Enoch Santiago

Publicação Oficial

Academia Lagartense de Letras

Formato 17cm x 25 cm
Tipologia Calibre